



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo**



**DHIONE ANDRADE FIGUEREDO**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A ATUAÇÃO DA COFASPI  
NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE DA DIAMANTINA-BA.**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA**  
**2020**

**DHIONE ANDRADE FIGUEREDO**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A ATUAÇÃO DA COFASPI NO  
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE DA DIAMANTINA-BA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGeo-UESB, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Produção do espaço geográfico

Linha de pesquisa: Dinâmicas da natureza e do território

Orientador: Prof. Dr. João Phelipe Santiago

**Vitória da Conquista- BA  
2020**

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

F495d

Figueredo, Dhione Andrade.

Desenvolvimento territorial e a atuação da COFASPI no território de identidade Piemonte da Diamantina -Ba. / Dhione Andrade Figueredo, 2020.

145f.; il. (algumas color.)

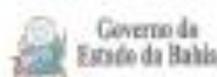
Orientador (a): Dr. João Phelipe Santiago.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2020.

Inclui referência F. 133 – 140.

1. Políticas públicas. 2. Desenvolvimento territorial. 3. COFASPI. 4. Piemonte da Diamantina. I. Santiago, João Phelipe. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 379.121



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB  
 Reconhecida pelo Decreto Estadual  
 nº 18.825, de 04.07.2016

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E A ATUAÇÃO DA COFASPI NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PIEMONTE DA DIAMANTINA - BA.**

**DHIONE ANDRADE FIGUEREDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 01 de abril de 2020.

Banca Examinadora

**Prof. Dr. João Felipe Santiago**  
(Orientador) (UESB)

**Prof. Dr. João Roberto Diniz dos Santos**  
Examinador interno - UESB

**Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca**  
Doutor em Geografia  
(Examinador externo - UFBA)

**Vitória da Conquista- BA**

Campus da Vitória da Conquista

(75) 3424-8111 | ppggeo@uesb.edu.br

**Avançado de Ingresso**  
 Rua da Vitória, 40  
 Vitória-BA  
 CEP 41.700-000  
 Fone: (75) 3331-4900

**Campus da Itapicuru**  
 Rua Expediente Setecentos, 911  
 Itapicuru-BA  
 CEP 45.205-100  
 Fone: (75) 3331-9000

**Campus de Vitória da Conquista**  
 Estrada do Bom Jesus, 400  
 Vitória da Conquista-BA  
 CEP: 45.067-300  
 Fone: (75) 3424-8000

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a minha vizinha, Edineuza, (in memoriam), personificação maior do conceito de família, amor, cuidado e proteção.

## AGRADECIMENTOS

Quando percebemos que durante o percurso temos inúmeros motivos para agradecer, a caminhada se torna mais leve e cheia de significados. Por isso, ao encerrar mais uma etapa de minha vida pessoal e acadêmica, utilizo da gratidão para com todos aqueles que de alguma forma colaboraram, incentivaram, e torceram para que eu obtivesse êxito em mais essa empreitada.

Tendo a fé como fundamento maior da minha existência, e crendo que “somos mais que vencedores por meio daquele que nos amou” (Romanos 8:37), agradeço a Deus pela minha vida e pela perseverança na busca por alcançar os propósitos idealizados.

Agradeço imensamente a minha família, por sempre se preocupar em oferecer-me uma educação de qualidade: a minha base familiar (vô Adelmo, vó Neide – in memoriam –; mainha – Débora –; meu padastro Luziano e minha irmã Kíria), obrigado por todo amor, apoio e incentivo; e acima de tudo por entenderem minha ausência e meus estresses. *“Enquanto tiver vocês do outro lado, aqui do outro eu consigo me orientar”*.

Incluo aqui também todos aqueles familiares que sempre se fizeram presente em etapas de minha formação, em especial a Talete – tia Eliete –, madrinha Eliene e sua família; tia Dé e tio Nelson; tia Dalva e sua família, e a Betânia e sua família: A vocês, minha eterna gratidão.

Agradeço aos professores que ao longo da caminhada plantaram sementes de conhecimento e da incessante busca pelo saber. Agradeço-os em nome da Escola Municipal José Inez Carneiro, do Colégio Ação, do Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição e da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV, Jacobina: em cada conquista minha tem um pouco de vocês!

Agradeço por *“em vez de selos ou livro, colecionar amigos de verdade, que não comprava na feira nem nas lojas chiques da cidade, mas que ganhava nos anos de paz e sinceridade”*. Aos meus amigos, obrigado por todo amor, e acima de tudo, por acreditarem em mim quando eu não acreditava.

Gratidão a Cristiano, por me mostrar todos os dias a força e a intensidade que um amor verdadeiro pode carregar consigo. Obrigado por cada palavra de incentivo, pelo apoio e cuidado.

Agradeço aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGeo–UESB, por todas as contribuições ao longo desse período formativo.

Agradeço ao meu orientador João Phelipe Santiago, esse ser ímpar, por toda ajuda, incentivo, auxílio e valorosas contribuições durante toda a realização desta pesquisa.

Aos colegas da turma 2018.1, que mais que colegas, fizeram-se amigos e tornaram a exaustão da distância uma condição mais fácil de lidar. Com certeza levá-los-ei sempre comigo. Cada um de vocês muito me ensinou e contribuiu nesse processo: Adriana tornou-se o presente de Deus em minha vida; Maiara, a companheira de tantas madrugadas filosóficas; Cris, a doce amiga de todos os momentos; Mateus, Gabi e Ury, inesquecíveis pela disponibilidade em ajudar sempre; Junio e Nielson pela leveza de encarar a vida, Eliana, Macsuele, Rita e Eliane, pela força feminina em driblar todas as dificuldades e na sua melhor versão encarar os percalços que a vida acadêmica nos proporciona.

Agradeço as secretárias do PPGeo-UESB, que nunca mediram esforços para ajudar-nos a atender as demandas.

Minha gratidão a todos aqueles representantes da COFASPI, em especial a Leonardo Lino e Robson Aglayton, por toda disponibilidade, atenção e receptividade nos momentos de entrevista e coleta de documentos. Assim como, a cada agricultor familiar, que disponibilizou seu tempo e sua confiança para contribuir com essa pesquisa.

Agradeço a banca de qualificação, por todas as contribuições; e por tornar aquele momento um espaço de discussão geográfica que alimentou minha alma acadêmica.

Por fim, agradeço ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Aos demais, que fizeram parte de minha formação e que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste trabalho.

**É no semiárido que a vida pulsa.  
É no semiárido que o povo resiste!**

(ASA Brasil)

## RESUMO

A temática relativa ao desenvolvimento nacional e regional é recorrente no pensamento social, econômico e político mundial e brasileiro, sobretudo no pensamento geográfico. É uma questão que sempre se fez presente na elaboração de planos e diretrizes propostas pelo Estado brasileiro. Pautado em um discurso de superação da miséria e do subdesenvolvimento – especialmente no Nordeste – o Estado tem historicamente criado condições para que o “desenvolvimento” aconteça, embora se observe que as políticas de desenvolvimento regional não têm sido eficientes e socialmente justas. A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, e a expansão das ações do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT, objetivaram engendrar o planejamento e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, fortalecendo e dinamizando suas economias; disseminando concepções de desenvolvimento de caráter multidimensional e descentralizador; propondo envolver ativamente a sociedade civil, tanto no planejamento quanto na condução das políticas públicas de forma mais participativas, dando voz aos mais diversos atores sociais, incentivando o estreitamento das relações entre o Estado e a sociedade. Nesse contexto, a Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI), fundada em 2003, objetivou assessorar tecnicamente atividades agropecuárias voltadas à agricultura ecológica, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente adaptada, contribuindo para o desenvolvimento sustentável no Território de Identidade Piemonte da Diamantina – BA – e em outros possíveis campos de atuação dentro dos municípios do semiárido baiano. Objetiva-se analisar de que maneira as políticas de desenvolvimento territorial e a atuação da COFASPI interferem na dinâmica dos agricultores familiares do Piemonte da Diamantina – BA, considerando os diferentes contextos políticos do Estado brasileiro. Para isso, faz-se necessário realizar a revisão de literatura; assim como uma pesquisa de campo, com observação e aplicação de questionários e entrevistas. Acredita-se que a adesão da COFASPI as políticas públicas de desenvolvimento territorial potencializou a atuação da cooperativa, interferindo positivamente na dinâmica dos agricultores familiares do Território de Identidade Piemonte da Diamantina – BA. Apresenta relevância por socializar entre outras implicações, os resultados das atividades desenvolvidas por uma entidade de destaque nessa região da Bahia; já que os subsídios produzidos abasteceram o pensamento socioeconômico, político e geográfico, contemplando o cenário político brasileiro, no que se refere a certas mudanças operadas no Estado e na questão regional.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Desenvolvimento Territorial; COFASPI; Piemonte da Diamantina.

## ABSTRACT

The theme related to national and regional development is recurrent in social, economic and political thought in the world and in Brazil, especially in geographic thought. It is an issue that has always been present in the elaboration of plans and guidelines proposed by the Brazilian State. Based on a discourse of overcoming misery and underdevelopment - especially in the Northeast - the State has historically created conditions for the “development” to happen, although it is observed that regional development policies have not been efficient and socially just. The creation of the Ministry of Agrarian Development - MDA, and the expansion of the actions of the Sustainable Development Program for Rural Territories - PRONAT, aimed to engender the planning and self-management of the sustainable development process of rural territories, strengthening and dynamizing their economies; disseminating multidimensional and decentralizing development concepts; proposing to actively involve civil society, both in planning and in conducting public policies in a more participatory manner, giving voice to the most diverse social actors, encouraging closer relations between the State and society. In this context, the Piedmont Sustainable Family Agriculture Work and Assistance Cooperative (COFASPI), founded in 2003, aimed to technically advise agricultural activities aimed at ecological, economically viable, socially just and culturally adapted agriculture, contributing to sustainable development in the Territory of Piedmont of Diamantine identity - BA - and in other possible fields of action within the municipalities of the semiarid region of Bahia. The objective is to analyze how the territorial development policies and the performance of COFASPI interfere in the dynamics of family farmers in Piedmont of Diamantine - BA, considering the different political contexts of the Brazilian State. For this, it is necessary to carry out a literature review; as well as a field research, with observation and application of questionnaires and interviews. It is believed that COFASPI's adherence to public territorial development policies enhanced the cooperative's performance, positively interfering in the dynamics of family farmers in the Piedmont of Diamantine Territory- BA. It has relevance for socializing, among other implications, the results of the activities developed by a leading entity in this region of Bahia; since the subsidies produced fueled socioeconomic, political and geographic thinking, contemplating the Brazilian political scenery, with regard to certain changes in the State and in the regional issue.

**Keywords:** Public policies; Territorial development; COFASPI; Piedmont of Diamantine.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do cenário da pesquisa: Território de Identidade Piemonte da Diamantina - BA.....	25
Figura 2 - Tipologias do rural definidas pelas Organizações Internacionais. ....	32
Figura 3 - Etimologia da palavra desenvolvimento. ....	42
Figura 4 - Estrutura do planejamento a partir da abordagem territorial.....	59
Figura 5 - Territórios de Identidade da Bahia, 2018.....	70
Figura 6 - Território de Identidade Piemonte da Diamantina - BA.....	74
Figura 7 - Plantação de sisal, Ourolândia - BA. ....	76
Figura 8 - Pastagens, zona rural de Várzea Nova - BA. ....	76
Figura 9 - Mapa de Potencial Eólico do Território de Identidade Piemonte da Diamantina - BA. ....	77
Figura 10 - Parque Eólico Serra da Babilônia, Umburanas - BA.....	78
Figura 11 - Fábrica Torres Eólica do Nordeste, Jacobina - BA. ....	78
Figura 12 - Mapa Potencial turístico e hidrográfico do TI Piemonte da Diamantina-BA. ....	80
Figura 13 - Organograma da COFASPI.....	89
Figura 14 - Reunião de monitoramento de projetos.....	92
Figura 15 - Brasão da COFASPI. ....	92
Figura 16 - Cisternas para captação de água. ....	93
Figura 17 - Momento educativo com os agricultores e agricultoras.....	94
Figura 18 - Cisterna de captação de água da chuva para consumo humano, zona rural de Várzea Nova – BA.....	108
Figura 19 - Tipos de Cisternas Calçadão. ....	110
Figura 20 - Cisterna de captação de água da chuva para produção, zona rural de Várzea Nova – BA. ....	111
Figura 21 - Feira Agroecológica de Jacobina – BA.....	114
Figura 22 - Participação dos (as) agricultores (as) familiares no II Seminário Territorial do Bahia Produtiva. ....	120
Figura 23 - Convocatória de ato unificado em Jacobina – BA.....	121
Figura 24 - Página da COFASPI na rede social facebook. ....	122

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Variação da População rural no Brasil. ....	28
Gráfico 2 - Percentual de População rural brasileira - por região. ....	29
Gráfico 3 - Percentual de População rural do Piemonte da Diamantina - BA. ....	82
Gráfico 4 - IDH municípios do Piemonte da Diamantina - BA. ....	85
Gráfico 5 - Participação dos (as) agricultores (as) em espaços decisórios. ....	102
Gráfico 6 - Grau de importância da atuação da COFASPI. ....	103
Gráfico 7 - Participação na Feira Agroecológica de Jacobina – BA. ....	115

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados demográficos do Piemonte da Diamantina - BA.....	81
Tabela 2 - Estabelecimentos agropecuários no TI Piemonte da Diamantina - BA. ....	82
Tabela 3 - DAP por município. ....	83
Tabela 4 - Dados econômicos - TI Piemonte da Diamantina - BA. ....	84
Tabela 5 - Linhas de ações da COFASPI.....	90
Tabela 6 - Programas desenvolvidos pela COFASPI. ....	104
Tabela 7 - Cisternas construídas pela ASA no TI Piemonte da Diamantina.....	107

## LISTA DE SIGLAS

ABA	Articulação Baiana de Agroecologia
ANCOSOL	Associação Nacional das Cooperativas de Crédito da Economia Familiar Solidária
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
ASCOOB	Cooperativa de Crédito Rural do Piemonte
ASPTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNB	Banco do Nordeste
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEDETER	Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CET	Coordenação Estadual dos Territórios
CMDR	Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CODETER	Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável
COFASPI	Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOU	Diário Oficial da União
EDORA	<i>European Development Opportunities in Rural Areas</i>
ESPON	Rede de Observação Europeia para o Desenvolvimento Territorial e Coesão
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GRH	Gerenciamento de Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IPB	Instituto de Permacultura da Bahia
LEADER	Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MOC	Movimento de Organizações Comunitárias
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG's	Organizações não Governamentais

OPPA	Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura
PDT	Políticas de Desenvolvimento Territorial
PDSTR	Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PESP	Parque Estadual das Sete Passagens
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAD	Programa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual Participativo
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores
REFAS	Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte
RIMISP	Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEAGRI/SUAF	Secretaria da Agricultura, Irrigação, Reforma Agrária, Aquicultura e Pesca / Superintendência da Agricultura Familiar
SEDES	Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento
SETRE/SESOL	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes / Superintendência da Economia Solidária
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCs	Territórios da Cidadania
TIs	Territórios de Identidade
TRs	Territórios Rurais
TIPD	Território de Identidade Piemonte da Diamantina – Bahia
UE	União Europeia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICAFES	União Estadual das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL .....</b>	<b>27</b>
<b>2.1 O Novo rural e o discurso do desenvolvimento .....</b>	<b>28</b>
<b>2.2 As Políticas públicas e o desenvolvimento rural.....</b>	<b>37</b>
2.2.1 Sobre o conceito de desenvolvimento .....	41
2.2.2 Território: Do conceito geográfico às abordagens na PDT .....	47
2.2.3 Desenvolvimento territorial: Potencialidades e limitações. ....	57
<b>3 CENÁRIO REGIONAL DA PESQUISA.....</b>	<b>69</b>
<b>3.1 Territórios de Identidade na Bahia.....</b>	<b>69</b>
<b>3.2 Território de Identidade Piemonte da Diamantina – Bahia.....</b>	<b>72</b>
<b>4 A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO PIEMONTE DA DIAMANTINA SOB AS PERSPECTIVAS DA COFASPI .....</b>	<b>87</b>
<b>4.1 A COFASPI: Constituição e Funcionamento .....</b>	<b>87</b>
<b>4.2 A atuação da COFASPI no Piemonte da Diamantina e sua apropriação às PDT..</b>	<b>96</b>
4.2.1 Tecnologias sociais de captação de água.....	105
4.2.2 Projeto Feiras Agroecológicas .....	112
4.2.3 Se reinventar em tempos de crise: A COFASPI nos dias atuais.....	117
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>139</b>
Roteiro de Entrevista1 .....	139
Roteiro de Entrevista 2.....	141
Modelo de Questionário 1 .....	143

## 1 INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento brasileiro, além de recorrente desde sua fundação como nação, é de atualizada relevância. Embora sejamos uma potência territorial<sup>1</sup>, a quinta do mundo em extensão; possuímos uma formação territorial marcada por profundas desigualdades sociais, e grandes contrastes na produção do espaço regional e local.

Com o acirramento de discussões referentes ao desenvolvimento, no final do século XX em meio as várias teorizações propostas, o conceito de território ganhou um significado essencial por ser um campo tácito e estratégico para balizar toda logística das redes engendradas pelo capital e pelos recursos técnicos operacionais necessários para fomentar o desenvolvimento regional, municipal e local.

Tais questões podem ser contidas num quadro de capitalismo hiper-tardio e dependente, com fortes marcas de subdesenvolvimento social, como se pode observar ao comparar as diversas paisagens regionais urbanas e rurais, e assim identificar dados estatísticos nas várias regiões da Bahia, do Nordeste, do Brasil e do mundo.<sup>2</sup>

No século XXI, com o governo Luís Inácio Lula da Silva, iniciado em 2013, especialmente através da linha de ação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, o PRONAT, surge a perspectiva de desenvolvimento territorial proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que se apresenta em oposição as abordagens economicistas de projetos de desenvolvimento realizadas anteriormente, o que caracteriza essa nova política brasileira como inovadora, por conter um aspecto multidimensional e descentralizado, com metodologias voltadas para participação social (Schneider e Tartaruga, 2004 apud LIMA, 2014, p.83).

No âmbito estadual, com a criação da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, e a instituição do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável (CODETERs), objetivou-se promover um modelo de desenvolvimento democrático, sustentável e solidário,

---

<sup>1</sup> A ideia de potência territorial no pensamento ratzeliano é importante pois, “a teoria do Estado é também uma teoria do território” (SANTIAGO, 2005, p. 62), e a forma de atuação como “incremento da potência e solidez do Estado” não se pode compreender neste caso sem as políticas públicas resultantes. (RATZEL, 1990, p.73-4). Todavia a extensão e expansão do Estado não pode ser compreendida sem o primado das redes geográficas, significado e sentido do entendimento sobre os elementos e fatores que induzem o desenvolvimento regional e global. Ver o papel das redes técnicas (SANTANA, 2013).

<sup>2</sup> Atlas Nacional do Brasil Milton Santos, Anuário Estatístico do IBGE, entre outros.

através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais.

A vinculação da visão do uso potencial e das formas de apropriação pela sociedade tem concebido ressignificações aos conceitos de desenvolvimento e território; concepções que adquiriram importância, sobretudo pela implicação central e conexa ao planejamento e gestão, e toda a dinâmica da produção do espaço e da circulação do espaço social.

Esses conceitos, além de tornarem-se o objeto de discussões teóricas no meio acadêmico, também têm servido de base no desenvolvimento de estudos empíricos, devido a um sentido de intervenção sobre a realidade concreta e sua dialética como momentos dessa totalidade; interagente entre seus fatores e elementos, formando uma totalidade concreta (KOSIK, K., 1976).

No caso do estudo regional, a região também é compreendida num contexto de escalas de desenvolvimento diferenciado, mas articulado de forma desigual como parte na divisão do trabalho, “reprodução e desenvolvimento do sistema em escala nacional” (ROSSINI, 1983, p. 13).

O estudo local não nos exige de pensarmos o espaço produzido como uma totalidade viva e complexa<sup>3</sup>, haja vista que as famílias locais são compostas por várias pessoas, que reproduzem modos de vida, que a princípio resvalaremos enquanto um conjunto de fatos do cotidiano, que tiveram influência ou não das políticas públicas na sua dinâmica de produção e sobrevivência real, concreta.

No sentido mais amplo “a totalidade considerada como pano de fundo da análise regional é o espaço produzido pela formação econômico-social capitalista, que ultrapassa o território de uma nação para abranger o espaço dos países capitalistas” (Idem, 1983, p. 8).

Nesse sentido, a análise do espaço geográfico regional, nacional e global, concebida nas diversas pesquisas acerca dessa temática tem servido de referencial central para as formulações das políticas territoriais brasileiras, assim como este trabalho contribui para o entendimento das conjunturas governamentais mais atuais, resultantes do processo histórico da formação econômica e social, territorial, espacial (SANTOS, 1978, 1985, 1994, 1996, 2005; RECLUS 1985a; b; SANTIAGO, 1993, 2013).

O espaço se constitui uma produção humana, sendo o seu processo de criação e transformação determinado pelo modo como os homens produzem sua existência, isto é, pelo modo de produção vigente. Mas como o modo de produção é apenas um elemento da totalidade, determinando-a e sendo por ela determinado, o processo de produção espacial deve ser analisado a partir

---

<sup>3</sup>Santiago (2005, 2013); Santos (1978, 1985, 1994, 1996, 2005).

dessa totalidade – ou seja, a categoria mais geral que é a formação econômica da sociedade (ROSSINI, 1983, p. 5).

Portanto, no nível regional e local; em um contexto marcado por propostas descentralizadas e plurais, através de uma valorização do envolvimento dos diversos segmentos e agentes sociais na formulação das políticas públicas; e incentivando o estreitamento das relações entre o Estado e a sociedade, a Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI) é uma organização que tem se destacado no Território de Identidade Piemonte da Diamantina (TIPD), sobretudo pelo protagonismo na condução da política territorial implantada pelo MDA (FIGUEREDO; LIMA, 2014).

A apropriação da COFASPI às concepções defendidas pela Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) nos levou a seguinte questão central; e objetivo específico da pesquisa: de que maneira as políticas de desenvolvimento territorial e a atuação da COFASPI interferem nas atividades dos agricultores familiares do Território de Identidade Piemonte da Diamantina – BA?

Delimitou-se como objetivos específicos, investigar o processo de fundação da COFASPI; averiguar a atuação da COFASPI junto aos agricultores familiares dos municípios do Piemonte da Diamantina; verificar como as políticas públicas de desenvolvimento territorial aderidas pela COFASPI interferiram na atuação junto aos agricultores familiares do Piemonte da Diamantina – BA; e por fim, analisar como a dinâmica política atual interferiu na atuação da cooperativa em questão no Território de Identidade, visto ser a regionalização atual do Estado.

Os pressupostos teórico-metodológicos são fundamentais para o desenvolvimento de uma pesquisa científica. Assim como nas demais ciências, na pesquisa em Geografia tem-se uma heterogeneidade metodológica que apresenta vários posicionamentos e diretrizes a serem consideradas; cabendo ao pesquisador apropriar-se daqueles princípios que sendo conexos, geram uma coerência com o ponto de vista do pesquisador acerca da realidade estudada “no tempo e no espaço” (LÖWY, 1994, p.7) –, segundo as circunstâncias históricas, sociais e geográficas, norteando a compreensão do processo de produção social do espaço da época e de sua formação social.

Assim, com relação ao contexto em foco que contém a COFASPI, adotaremos uma “perspectiva de conjunto” da análise, buscando apreender o sentido da verdade, na sua “estrutura categorial”, bem como buscar entender através da crítica a apropriação das conceituações trabalhadas como um “pensamento socialmente condicionado – que pode ser

ideológico ou utópico”, isto é, a ideia, pensamento ou “*visão social de mundo*” (*Weltanschauung*). Este instrumento conceitual busca dar conta da complexidade e magnitude do “fenômeno sócio-cultural” (LÖWY, 1994, p.12) e “político” (RAFFESTIN, 1993, p.34) em questão, ou seja, a “*démarche*” (paradigma) sobre a questão do desenvolvimento territorial.

Como parte de “um conjunto relativamente coerente de ideias, sobre o homem, a sociedade, a história e sua relação com a natureza”, (LÖWY (1994, p.13); “visão de mundo”, que “está ligada a certas *posições sociais (Standortgebundenheit)* [...], aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais” (SANTIAGO, 2005, p. 3), esse paradigma faz nexo à questão nacional, emergente na circunstância aqui reservada.

Nesse sentido, buscamos inferir, a partir do modo de vida das famílias pesquisadas, uma perspectiva de análise que esclareça a dinâmica social econômica e espacial no bojo das contradições enfocadas no cenário regional de nossa pesquisa.

Relação que, por sua vez, está ligada a uma das grandes visões sociais de mundo, a uma perspectiva global socialmente condicionada. A noção de verdade objetiva que daí se extrai é como uma “*paisagem*”, que, no caso, [é concebida no sentido amplo da linha de pesquisa do programa de pós-graduação (PPGEO) em nexo as *dinâmicas da natureza e do território*].

Entretanto, o grau de verdade dessa paisagem ou a interpretação da realidade está relacionada ao nível ou situação do “*observatório*”, onde se encontra o pintor/autor/pensador/pesquisador, “permitindo-lhe uma vista mais ampla e de maior alcance do panorama irregular e acidentado da realidade social” (LÖWY, 1994, p.12-14; SANTIAGO, 2005, p. 4).

Através da análise crítica podemos aquilatar sobre a “*visão social de mundo*” (*Weltanschauung*), (LÖWY, 1994) no exame das contradições internas da própria sociedade e de seu modo de produção, como pertinente a sua formação sócio-espacial, territorial; aduzindo informações para o entendimento de como a atuação do Estado e de seu discurso sobre o desenvolvimento territorial considera a história, a natureza e a sociedade, como um “processo de recíproco desenvolvimento” (RATZEL, 1990 a, p.53apud Santiago, 2013). Isto é, até que ponto as políticas públicas consideram o desenvolvimento como uma reciprocidade, como uma mutualidade, haja visto que entendemos que no contexto de uma produção do espaço dependente, se faz necessário uma política de desenvolvimento social consequente e exequível, visto ser a sociedade e as famílias camponesas carentes de rendas e de recursos que promovam um desenvolvimento local e por sua vez regional; que engendrem um aumento significativo do IDH, por exemplo.

Ou seja, que o Estado brasileiro tal qual entendemos enquanto potência regional e territorial inserido como semi-periferia do mundo globalizado, possuidor de grande desigualdade na distribuição da renda, possui também um processo de “agudização das contradições sociais do capitalismo histórico” (BECKER e EGLER 1993, p. 247). Refletindo na menor rotação do capital e menos assistido na introdução das inovações necessárias a superação da crise. Daí a importância da geografia no trato das questões regionais.

Portanto, buscamos o entendimento do ser regional na sua dimensão histórico-concreta, através de como as famílias geram trabalho e excedentes produtivos, e assim tecem seu modo de vida. Da mesma forma podemos entender como por meio da interdisciplinaridade (filosofia, sociologia, economia, logística, saberes, conhecimentos, ciências humanas e da natureza), são fornecidos os princípios essenciais da análise, capazes de dissecar as temáticas – segundo os capítulos e respectivas seções do nosso enfoque – configuradores do *background* geográfico (SANTIAGO, 2013) e histórico de suas épocas; ou seja, do cenário regional trabalhado.

Nesse sentido, cremos está produzindo uma pesquisa e uma dissertação que busca compreender a geografia como unidade, apesar de estarmos aprofundando um determinado recorte.

Ademais é recorrente conceber o método como uma “meta”, um meio e/ou “caminho” (SPOSITO, 2004); pois utilizar com pertinência os métodos científicos é de fundamental importância para alcançar os objetivos propostos. Portanto, buscar-se-á investigar a problemática territorial presente nessa pesquisa analisando-a a partir dos conflitos e contradições presentes na realidade estudada, já que, a “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 2008, p. 14), ou seja, geográficas.

Dessa forma, os dados quantitativos foram pautados na contextualização do objeto de estudo, considerando seus diversos aspectos e relações, e contribuindo para uma análise qualitativa da realidade, sobretudo ao levar em conta instâncias ligadas à “luta dos contrários”, observando que “as contradições não expressam dualismos, mas sim pares dialéticos que devem ser analisados criticamente, como: pobreza e riqueza, mercado e Estado, matéria e consciência, necessário e contingente, forma e conteúdo, realidade e possibilidade, tempo e espaço” (SALVADOR, 2012, p.102), pois assim pode fazer nexos à questão regional e nacional, no bojo das determinações políticas e administrativas (ROSSINI, 1983).

No processo de transformação constante, e por meio da “negação da negação” tem-se uma busca permanente pelo conhecimento, construindo através da atualização da produção do conhecimento e do debate, um esforço para captar o movimento incessante de transformação e dinâmica da realidade e da territorialidade; exercitamos a análise no sentido de gerar uma determinada prospecção<sup>4</sup> sobre a temática obra apresentada (SANTIAGO;1990,2005, 2013).

O método dialético justifica-se pela necessidade de se considerar a formação social atual, caracterizada pelo modo de produção capitalista, sistema que apresenta fortes contradições, que serão entendidas nesse trabalho pelos conflitos e relações de poder entre o Estado e a Sociedade; e o papel da gestão/planejamento governamental nesse contexto regional do Território de Identidade Piemonte da Diamantina.

Contudo, ao nos posicionarmos quanto ao método científico, do mesmo jeito trataremos dos procedimentos e das técnicas utilizadas com vistas a alcançar o objetivo principal da pesquisa; além de buscar as bases teóricas que subsidiaram o caminho percorrido, uma vez que estes muito expressam a perspectiva do pesquisador.

No desenvolvimento desta pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico, que paralelo às discussões com o corpo docente e discente durante a presença no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia–PPGeo-UESB, e com a dinâmica da pesquisa de campo, embasaram a continuidade desta redação.

Ao mesmo tempo se deram várias conversas pessoais e através de um diálogo contínuo com o orientador, e envio dos capítulos da dissertação via plataforma WhatsApp e e-mail. Também foi feito um estágio acadêmico na disciplina de Formação Territorial e Regionalização do Brasil, na graduação do curso de Licenciatura Plena em Geografia da UESB, no semestre 2019.1, ministrada pelo Professor Titular Dr. João Phelipe Santiago; momento em que foram feitas algumas correlações com a pesquisa e a temática em andamento durante as aulas ministradas. Posteriormente, na qualificação foram feitas considerações pelos membros da banca que muito contribuíram na finalização da escrita da dissertação.

Dessa forma por meio da revisão bibliográfica foi possível formular uma concepção de rural, ao considerarmos o que vem sendo desenvolvido por autores como Wanderley (2000), Abramovay (2000), Delgado et al., (2013), entre outros. Uma conceituação de desenvolvimento também foi retomada, e, para tanto, as contribuições de Favareto (2006),

---

<sup>4</sup>Sabemos que ao buscarmos desenvolver os procedimentos lógicos, captando “as estruturas da dinâmica social (...) [criamos] um instrumental que exalte o dinamismo dos conteúdos novos, mesmo que se reconheça não haver o novo total”. (DEMO, 1985, p.91).

Furtado (1974, 2004), Sen (2005) e Brandão (2012) foram de fundamental importância.

Com relação a uma abordagem sobre território partimos das contribuições de autores como Haesbaert (2006, 2010) Santiago (2005, 2013, 2014, 2016). Gottman (2012), Raffestin (1993) e Saquet (2003, 2011, 2018). Consideramos as diversas tendências epistemológicas, tentando aglutinar uma conceituação do que consideramos convergente nas caracterizações feitas por estes autores; em especial as que consideram as multidimensionalidades e relações de poder entre os aspectos natural, histórico, social, político, econômico e cultural, ou seja, uma visão que se coadune com o postulado básico de considerar o espaço como uma totalidade viva e complexa.

Nesse sentido, destacamos a dimensão da materialidade como um processo de construção e produção do espaço pelo trabalho social, no sentido de como o modo de produção e as diversas culturas vai se apropriando dos recursos naturais.

Na busca por compreender como as novas propostas de ordenamento territorial são engendradas perfazendo o recorte regional desta pesquisa, observamos como historicamente tem se dado a construção do espaço social e da formação econômica, conforme se engendraram os interesses do Estado, expressados na sua geografia através das configurações/organização e arranjos espaciais geradores do desenvolvimento regional.

Basicamente delineamos uma teorização que atendesse aos aspectos quantitativos – área, limites, distâncias, dados estatísticos diversos dentre outros – e os ligados aos aspectos qualitativos, sobre a caracterização ambiental e a formação social, e o engendramento da regionalização atual considerada como Território de Identidade; assim como, das conjunturas políticas e governamentais; e por fim, as características dos segmentos e atores sociais ligados a estrutura agrária e ao modo de vida das famílias pesquisadas envolvidas na atuação da COFASPI.

Realizaram-se também discussões referentes às políticas públicas estatais, e a produção do espaço na escala territorial, considerando diferentes posicionamentos quanto ao desenvolvimento territorial e o alcance deste enquanto proposta tida como inovadora. Para isso, as discussões de Lima (2014) e Alcântara (2013) foram essenciais.

As realizações das pesquisas de campo foram fundamentais, pois enriqueceram o levantamento de informações e a elaboração dos instrumentos de coleta de dados adequados aos objetivos propostos; dando feedback para a continuidade desta dissertação.

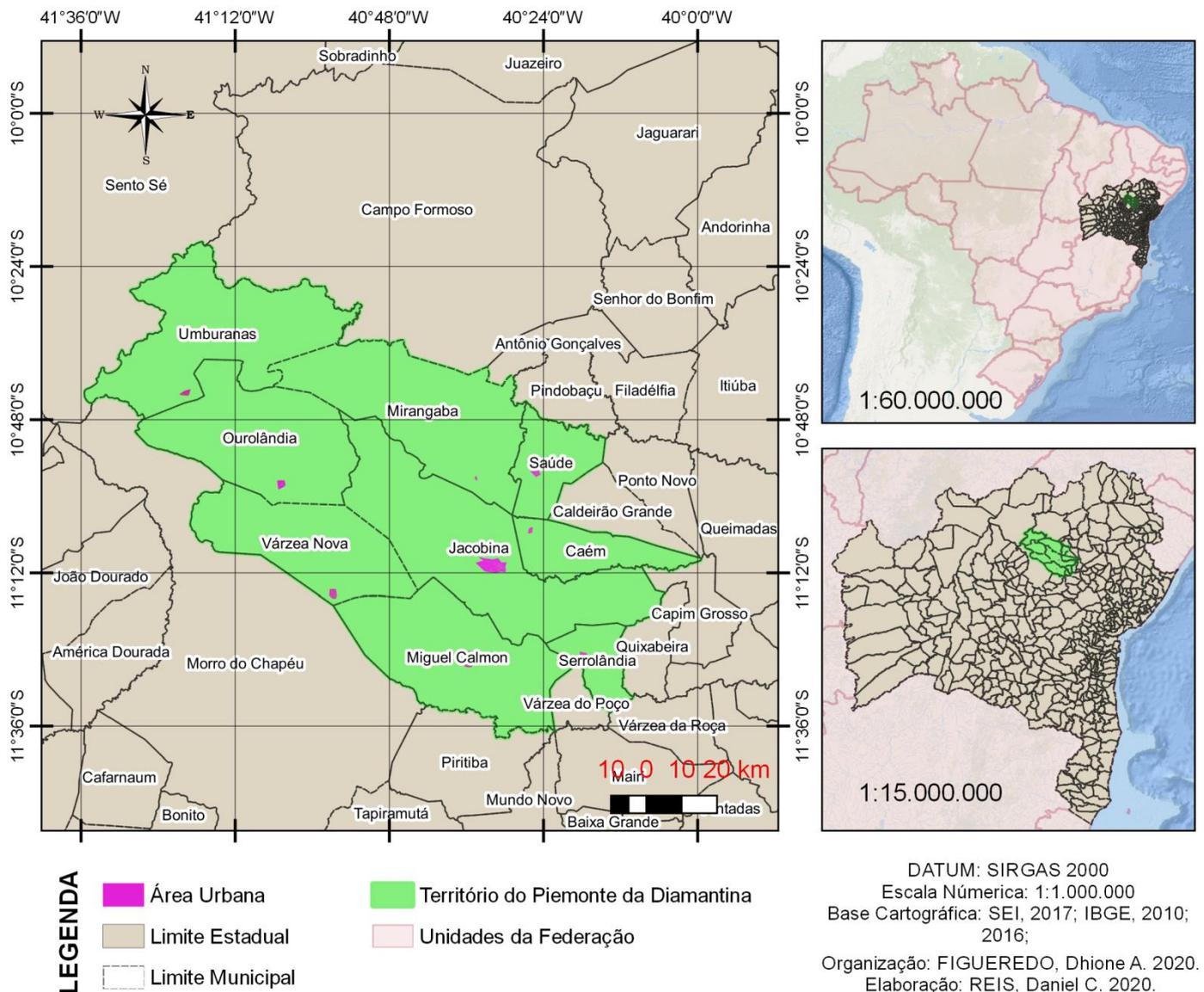
Após esse planejamento realizaram-se entrevistas com duas das principais lideranças da cooperativa em tela: o até então diretor presidente (2018) e um dos sócios fundadores – que

posteriormente assumiu a direção de modo interino (2019); com vistas a investigar o processo de fundação e intervenção nas comunidades espacialmente dispersas no Piemonte da Diamantina – BA. (Roteiros de Entrevista 1 e 2). Questionários também foram construídos tendo em vista aplicá-los aos agricultores familiares atendidos pelas ações da cooperativa (Modelo de Questionário 1).

Sabendo-se que o Território de Identidade Piemonte da Diamantina – BA é composto por nove municípios (Figura 1), e que nessas a COFASPI atuou em diversas comunidades e com diferentes projetos, selecionamos para aplicação de questionários os cinco agricultores familiares membros do Projeto Feiras Agroecológicas, que permanecem em atuação no município de Jacobina; sendo que estes eram do Povoado Bom Jardim (Caém – BA), e das comunidades de Itaitú, Coxo de Dentro (Jacobina – BA). Também foram aplicados questionários com dez agricultores das Comunidades de Salinas e Santo Antônio, no município de Várzea Nova – BA; número correspondente a cerca de metade dos agricultores beneficiados por esse projeto em cada comunidade.

Acredita-se que esse recorte oferece dados suficientes para responder os problemas da pesquisa, ao atender a realidades socioeconômicas diferentes e características distintas quanto à atuação da cooperativa.

**Figura 1** - Localização do cenário da pesquisa: Território de Identidade Piemonte da Diamantina - BA



Também foi possível participar de reuniões de monitoramento das ações realizadas pela COFASPI, o que em conjunto com os demais dados coletados em campo contribuiu nas percepções e conclusões acerca dos objetivos propostos por esta pesquisa.

Ainda é necessário destacar que em todo o período de desenvolvimento da pesquisa buscamos participar de eventos acadêmicos<sup>5</sup>, para além de divulgar resultados prévios da pesquisa, conectar-se às discussões à nível nacional acerca da temática aqui proposta.

<sup>5</sup>FIGUEREDO, D.A.; SANTIAGO, J.P. Espaço rural, desenvolvimento e conflitos territoriais em Caetitê – Bahia. In: Anais do V Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder e III Simpósio Internacional de Geografia Política e Territórios Fronteiriços. ISBN: 978-85-63473-35-6. Alfenas – Minas Gerais,

Através da participação no Programa de Iniciação Científica – PIBIC, desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV, como bolsista foi possível uma aproximação com discussões teóricas voltadas para a proposta do Estado brasileiro pautada no desenvolvimento territorial, assim como proporcionou uma proximidade com o cooperativismo por meio da COFASPI, apresentando um modo diferente de se fazer assistência técnica, permitindo compreender como essas políticas públicas são apropriadas e executadas no Território de Identidade Piemonte da Diamantina (TIPD).

Consideramos que este trabalho possui grande relevância por apresentar discussões acerca de políticas públicas de desenvolvimento voltadas para os espaços rurais, tendo como objeto de análise o recorte estadual TIPD. Por isso, compartilhamos uma análise sobre as políticas de desenvolvimento territorial e a atuação da COFASPI, na dinâmica dos agricultores familiares do Piemonte da Diamantina – BA, considerando as reconfigurações políticas ocorridas no Brasil nos anos atuais.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. Após essa introdução, o primeiro capítulo aborda questões teóricas acerca do espaço rural e as transformações que foram ocorrendo. Em seguida, fazem-se reflexões sobre o discurso de desenvolvimento atrelado as políticas públicas formuladas pelo Estado. Tem-se ainda a análise sobre a Política de Desenvolvimento Territorial – alicerçada nos conceitos de desenvolvimento e território –, suas potencialidades e limitações, levando em consideração os diferentes contextos políticos vivenciados.

No segundo capítulo, foi apresentado o “Cenário Regional da Pesquisa”, com discussões voltadas para a política territorial da Bahia, e a regionalização desse estado por meio dos Territórios de Identidade. Posteriormente, fez-se uma caracterização do TI Piemonte da Diamantina, visto que esse é o foco de análise deste trabalho.

O terceiro capítulo, intitulado “A Política de Desenvolvimento Territorial no Piemonte da Diamantina sob as perspectivas da COFASPI” analisa como a Política de Desenvolvimento Territorial interferiu na dinâmica dos agricultores familiares do Território de Identidade Piemonte da Diamantina – BA, por meio das atividades desenvolvidas pela COFASPI. Para isso, o primeiro subitem apresentou o processo de

implantação da Cooperativa e mostrou como ocorre a intervenção no TIPD; logo após, por meio de análise de projetos desenvolvidos pela entidade, verificou-se como a PDT potencializou as suas atividades; e por fim, examinaram-se como as modificações políticas vivenciadas no Brasil repercutiram na atuação da COFASPI, e como essa entidade se “reinventa” para continuar atuando junto aos agricultores familiares.

Ao final, constroem-se algumas considerações, sistematizado as inferências feitas ao longo da pesquisa, entendendo que a Política de Desenvolvimento Territorial mesmo apresentando muitos pontos que necessitariam ser revistos, a mesma potencializou as atividades desenvolvidas pela COFASPI no TI Piemonte da Diamantina – BA.

## **2 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL**

No início dos anos 2000, o debate sobre o desenvolvimento ganhou destaque no Brasil. Tanto no âmbito acadêmico quanto na formulação e execução de políticas públicas, passou-se a pensar em uma concepção de desenvolvimento multidimensional, descentralizada e que na formulação e gestão das políticas públicas valorizasse o envolvimento da sociedade, possibilitando participação dos mais diversos atores sociais. Nesse contexto, as políticas públicas de desenvolvimento adotadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir de 2003, com a ascensão política do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passaram a utilizar o conceito de desenvolvimento acompanhado do qualificativo “territorial”, por acreditar que desse modo atenderia aos anseios propostos. (LIMA, 2014)

Nessa seção será realizada uma revisão de literatura, apresentando os conceitos que são essenciais para o entendimento daquele que se propõe aqui. Inicialmente, consideramos oportuno pensar sobre o conceito de rural, desde a sua construção histórica enquanto atraso e isolamento, bem como as distintas proposições quanto às novas formas dos meios rurais, proporcionadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais que reconfiguram e dão novo significado a esses espaços.

É indispensável ainda a apropriação teórica acerca do conceito de desenvolvimento territorial, posto que este tem fundamentado o planejamento e execução das políticas públicas que serão objeto de estudo deste trabalho. Para tanto, será necessário discutir tanto o conceito de desenvolvimento, na busca por entender historicamente a apropriação desse termo; como o conceito geográfico de território, visto que, o este tem acompanhado as formulações das políticas públicas em questão.

## 2.1 O Novo rural e o discurso do desenvolvimento

As discussões sobre o conceito de rural sempre se fizeram presentes e apresentam estrita relação com os diferentes contextos históricos vivenciados socialmente. Assim, as constantes mudanças ocorridas mundialmente também repercutem nos espaços rurais, onde transformações econômicas, políticas e sociais reconfiguram e ofertam-lhe novo significado.

A ruralidade, então, deve ser pensada também por meio da organização social e do modo de vida dos seus moradores, assim como os aspectos culturais que a caracteriza singularmente. Desse modo,

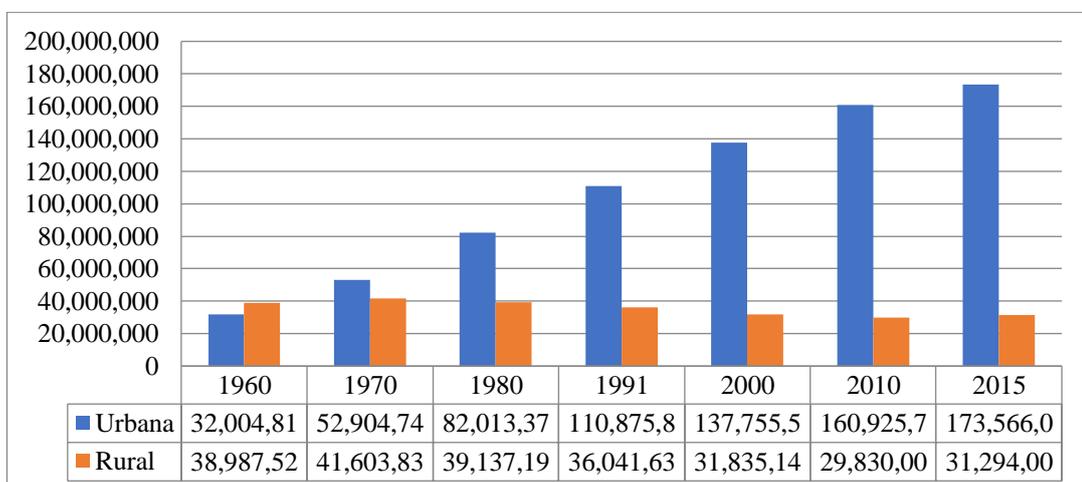
O “rural” não se constitui como uma essência, imutável, que poderia ser encontrada em cada sociedade. Ao contrário, esta é uma categoria histórica, que se transforma. Cabe, portanto, ao pesquisador, “compreender as formas deste rural nas diversas sociedades passadas e presentes” (WANDERLEY, 2000, p. 70).

Compreender a definição de rural e as variações de tipologias que vão sendo assumidas nos diferentes contextos históricos e sociais torna-se então um trabalho indispensável quando se propõe a pensar políticas públicas voltadas para esse espaço.

Considera-se, pois, por um lado os entendimentos de rural enquanto predomínio de paisagens naturais e baixa densidade demográfica, sinônimo de atividades primárias e produção agrícola; e por outro lado, a necessidade de se repensar essa conceituação, e pensar os espaços rurais considerando suas potencialidades e os modos de vida a eles específicos.

Ao considerar a definição de rural utilizada pelo IBGE e por base os censos demográficos realizados, nota-se um movimento de crescimento da população dita como urbana, e uma conseqüente redução da população rural.

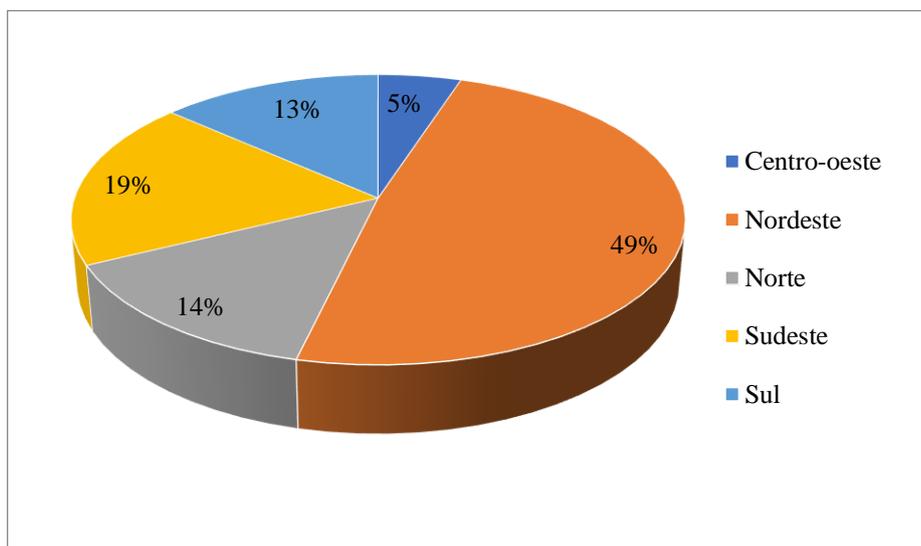
**Gráfico 1** -Variação da População rural no Brasil.



Fonte: IBGE; PNAD 2015.

Nos dados apresentados tendo como base o IBGE e o Programa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - 2015) e sua classificação de rural, observa-se que mesmo com grande quantidade da população brasileira concentrando-se nas zonas urbanas, o número de habitantes da zona rural ainda é grande – passando de trinta milhões de pessoas – fato este que se intensifica ainda mais no Nordeste, que congrega 49% do total da população rural do Brasil.

**Gráfico 2 - Percentual de População rural brasileira - por região.**



**Fonte:** IBGE; PNAD, 2015.

Sobre esta “extensão exagerada das zonas urbanas e a conseguinte retração e desqualificação das áreas rurais, vistas apenas como não – ou ainda não – urbanas”, temos:

Tudo se passa como se as áreas rurais fossem sempre residuais, “remanescentes”, que tendem necessariamente a diminuir a cada demarcação. No último Censo Demográfico, realizado em 2010, a população rural correspondia a 30 milhões de brasileiros, cerca de 16% da população total (IBGE, 2010). Mas se os mesmos dados fossem apresentados segundo os critérios de tipologias internacionais (adaptadas para o caso brasileiro por José Eli da Veiga no fim dos anos noventa e começo da década seguinte), esses números seriam bem diferentes: 25% dos brasileiros, quase 50 milhões de brasileiros, habitariam microrregiões de características essencialmente rurais (FAVARETO; BARUFI, 2013*apud* WANDERLEY, FAVARETO, 2013, p. 424).

Dessa forma, o debate sobre os espaços rurais brasileiros apresenta pertinência e relevância; e, sobretudo traz contribuições para uma valorização da questão rural e da produção do espaço.

Buscaremos aqui, apresentar reflexões acerca das definições tipológicas apresentadas sobre o rural, por considerar que delimitar os espaços rurais por meio de uma oposição ao urbano e/ou atraso e isolamento, não leva em conta as relações sociais, econômicas e culturais que os configuram.

Faz-se necessário, analisar as tipologias que são basilares para conceituações internacionais dos espaços rurais, para assim entender quais aspectos da definição até então utilizada no Brasil precisam ser revistos. Organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), União Europeia (UE), o Banco Mundial, o Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural (RIMISP), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) têm criado referenciais que influenciaram na construção de tipologias definidoras do rural.

Até o século XVIII o rural era pensado como “espaço de produção e de vida na sociedade, sendo sua definição expressa por meio de um recorte setorial, relacionado principalmente às atividades agrícolas, não obstante a relevância da produção artesanal existente” (DELGADO et al., 2013, p. 77).

A literatura costuma enfatizar certos aspectos que definem o meio rural, tais como a relação com a natureza e as relações sociais dotadas de especificidades:

Por um lado, uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com a qual o homem lida diretamente, sobretudo por meio de seu trabalho e do seu habitat. [...] Por outro lado, relações sociais, também diferenciadas, que Mendras definiu como “relações de interconhecimento”, resultante da dimensão e da complexidade restritas das “coletividades” rurais (Mendras, 1976). Destas relações resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família etc. (WANDERLEY, 2000, p. 88).

Com o processo de industrialização desencadeado pela Revolução Industrial, tanto o meio urbano quanto o rural passam por um intenso processo de transformação.

A Revolução Industrial provocou modificações abruptas nas estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade, atribuindo à indústria um papel crescente no desenvolvimento. A industrialização, muito associada à ideia de progresso e de modernidade, passou a ser cada vez mais interpretada como contraposta ao rural, tornando-o um espaço identificado como periférico e atrasado, cujas principais funções seriam a produção de matérias primas para a indústria, a liberação de mão de obra para outros setores, a produção de alimentos a preços baixos (mantendo o poder de compra dos salários urbanos) e a geração de divisas por meio de exportações que viabilizam as importações (em especial de bens de capital) requeridas para o avanço da industrialização (DELGADO et al., 2013, p. 77).

Nesse contexto, muitos autores defendem que o desenvolvimento capitalista e os processos de industrialização e modernização culminariam no “desaparecimento completo das sociedades rurais/camponesas” (WANDERLEY, 2000, p. 89). Desse modo, Oliveira (2003) analisa criticamente aqueles que defendiam que “os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso extingiria” (p. 34); e que acreditavam que

(...) na sociedade capitalista avançada não há lugar histórico para os camponeses no futuro dessa sociedade. Isso porque a sociedade capitalista é pensada por esses autores como sendo composta por apenas duas classes sociais a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados). (OLIVEIRA, 2003, p. 34).

Contrários aos autores que supunham o fim do rural acham-se estudiosos apresentando outra compreensão, que não concebem que a modernização pode levar a uma “uniformização da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou grupos sociais” (WANDERLEY, 2000, p. 89).

mais do que um renascimento, vivenciamos atualmente o surgimento de uma nova ruralidade, que seria resultado da convergência de alguns fatores, como: o aumento da preocupação com a conservação do patrimônio natural; a intensificação de outras atividades econômicas e de outros interesses sociais no meio rural, para além da prática agrícola; a atribuição de novas funções para o meio rural ademais da produção de alimentos; o aproveitamento as distintas amenidades propiciadas pelos centros urbanos próximos; e a exploração de novas fontes de energia. Como consequência, as áreas rurais passaram a ser consideradas atualmente como construções sociais específicas e diversificadas (DELGADO et al., 2013, p. 79).

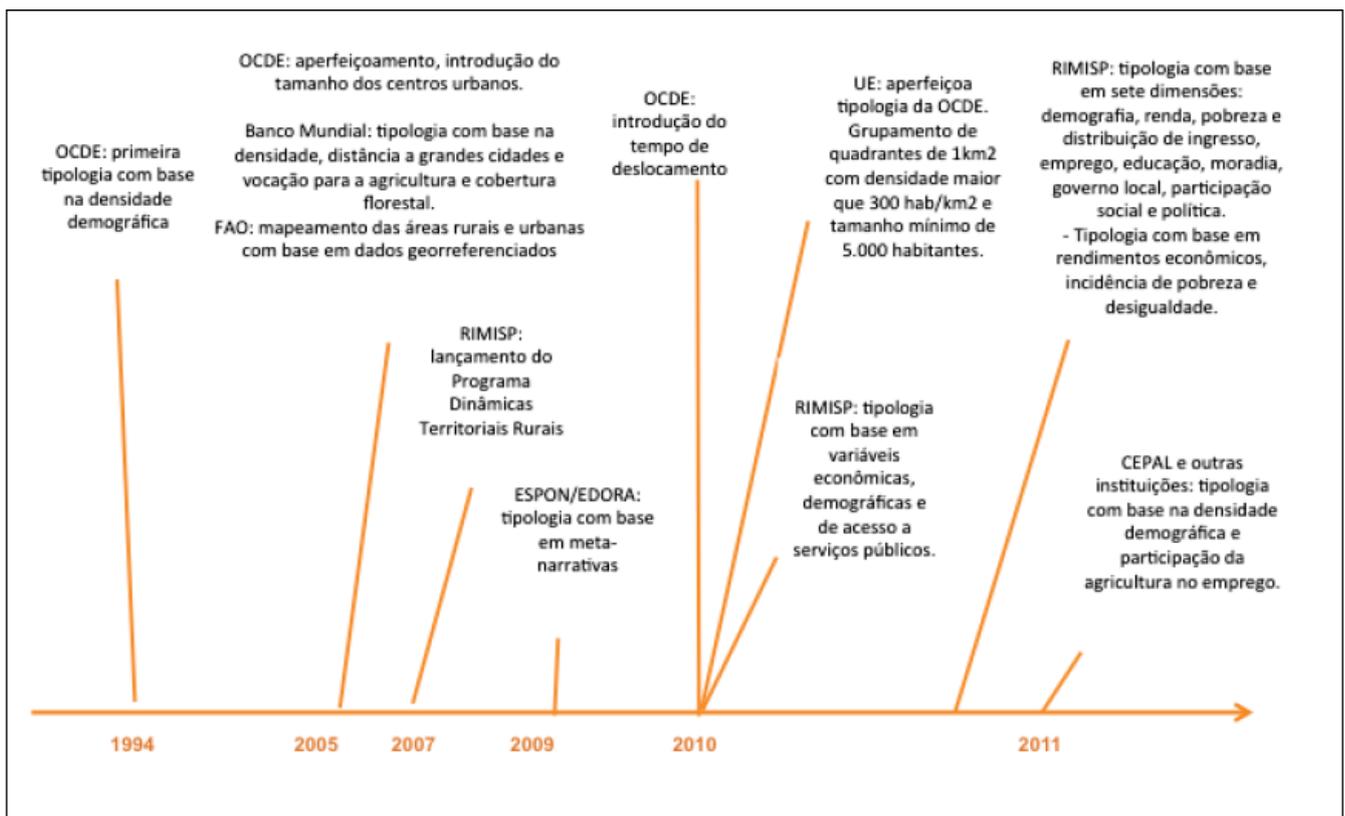
Essa conjuntura de modernização do campo, consequência dos “processos de globalização/mundialização e o pós-fordismo”, passa a exigir novas formas de se pensar a questão rural, principalmente, relacionados “à necessidade de inserir plenamente os espaços e as populações rurais na dinâmica econômica e social moderna, e de assegurar a preservação dos recursos naturais presentes no meio rural como um patrimônio de toda a sociedade” (WANDERLEY, 2000, p.113).

Essas mudanças conduziram o rural a novas dinâmicas, levando-o para além dos aspectos referentes a produção agrícola, especialmente, com “o crescimento das ocupações rurais não agrícolas (pluriatividade), a aceleração da mecanização e da industrialização da agricultura, a ampliação do papel do rural como moradia e lazer, entre outras”. (DELGADO et al., 2013, p. 79).

Diante desse novo cenário, constata-se que as definições do rural necessitavam ser reformuladas, não mais levando em consideração apenas a produção agrícola e as relações de dependência e/ou oposição ao urbano.

A “Linha do tempo das distintas tipologias de ruralidade no plano internacional” (Figura 2) construída com o objetivo de “mostrar como as metodologias e tipologias de definição do rural vêm se complexificando ao longo dos anos, procurando incluir, em seus critérios, perspectivas cada vez mais amplas de ruralidade” (DELGADO et al, 2013, p.86), não é apresentada aqui buscando dá conta de uma totalidade da discussão sobre as novas tipologias propostas, porém nos é indispensável observá-la atentamente, para compreender as variações e inserções nos novos modos de se pensar o rural propostas pelas Organizações Internacionais.

**Figura 2** - Tipologias do rural definidas pelas Organizações Internacionais.



Fonte: DELGADO, et al., 2013.

Pelo proposto acima, e considerando a produção de literatura de Delgado et al. (2013), podemos apresentar as modificações propostas por diferentes órgãos internacionais:

- a) **OCDE:** como uma das precursoras nesse debate, passa a considerar inicialmente três fatores as definições de políticas públicas gestadas para o

rural - as amenidades cada vez mais valorizadas; as pressões pelo fim dos subsídios agrícolas e das políticas protecionistas tradicionais; e o destaque à descentralização nas políticas públicas -; e ainda, inclui posteriormente o critério de tamanho dos centros urbanos para incorporar a influência da distância a um centro urbano, admitindo já o critério de acessibilidade.

- b) **União Europeia:** Com fundamentos na tipologia proposta pela OCDE, propôs sua própria tipologia que irá considerar quatro passos: identificação da área urbana a partir de dados populacionais, definição de um nível regional; a classificação e agrupamento das regiões NUTS3, e a presença das cidades.
- c) **CEPAL** - considera-se fundamental construir uma nova perspectiva de ruralidade em que seja relativizada a divisão rural-urbano, assim como reconheça a heterogeneidade que caracteriza o meio rural (CEPAL, 2011).
- d) **RIMISP** - Com um intenso diálogo entre a construção das tipologias e as suas implicações na implementação de políticas públicas, o RIMISP usou três variáveis para definir as tipologias: rendimentos econômicos (alguns países foram medidos pela renda *per capita*, e outros pelo consumo *per capita*), incidência de pobreza, e desigualdade (mensurados pela distribuição de renda ou do consumo *per capita*).
- e) **Banco Mundial** - A partir da definição de ruralidade, destacam como princípios: o entendimento de que a ruralidade não podia ser definida a partir de uma metodologia única e inflexível; a ruralidade não poderia ser caracterizada a partir de uma diferenciação abrupta entre as áreas rurais e urbanas, mas a partir de um gradiente, por sua vez, estão normalmente interligadas por complexos laços econômicos e sociais; e por último, a percepção de que a economia rural era maior e se diferenciava da agricultura e da produção agrícola.
- f) **FAO** – Enfatiza os aspectos espaciais de um conceito *continuum* rural-urbano, dando ênfase às atividades agrícolas na sua caracterização. A área

rural deveria ser entendida a partir de uma combinação de diferentes fatores e não de uma única variável.

Deve-se considerar ainda o trabalho da Rede de Observação Europeia para o Desenvolvimento Territorial e Coesão (ESPON), que através do pelo Projeto *European Development Opportunities in Rural Areas* (EDORA) apresentou uma tipologia voltada para “apreender as dinâmicas e as distintas conformações e diferenciações do rural (ESPON, 2009)”.

Essa tipologia parte da constatação da existência de três “grandes narrativas” que ajudam a explicar as mudanças e as diferenciações observadas no rural: a narrativa “agricentrada” (*agri-centric narrative*), a urbano-rural (*urban-rural narrative*) e a da penetração capitalista (*narrative of capitalista penetration*) (ESPON, 2009). A primeira discute as mudanças relacionadas à transição de um modelo agrícola produtivista para uma variedade de orientações “para”, “peri” ou “pós-produtivistas”. A narrativa urbano-rural engloba os debates relacionados aos processos de urbanização, contra urbanização (migração de retorno ao rural) e interações regionais. A narrativa da penetração capitalista revela a variedade de tensões local-global e as novas configurações de poder econômico nas áreas rurais. Essas narrativas forneceram subsídios para a construção da tipologia (DELGADO et al., 2013, p. 104).

Numa perspectiva geral, constata-se que essas tipologias propostas buscam superar dicotomias relacionadas ao meio rural, levando em consideração em sua definição variáveis que permitiram melhor apreender a dinâmica desses espaços. É importante destacar ainda que a elaboração das propostas de tipologias pelos diferentes órgãos internacionais, sempre realiza um diálogo com as políticas públicas pensadas para o desenvolvimento dos espaços rurais.

A “dinâmica das sociedades modernas, constituídas com o desenvolvimento do capitalismo, está centrada, fundamentalmente, na importância que nelas assumem os processos de industrialização e de urbanização” (WANDERLEY, 2000, p.89), com mudanças que alteram também os espaços rurais brasileiros.

Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (SILVA, 1997, p. 1).

Nessa perspectiva de “continuum”, não mais se permite ver o rural “relacionado ao velho, ao tradicional, ao atrasado, ao passado, um espaço periférico onde se realiza atividades agrícolas”. Considera-se agora esse “continuum” enquanto “integração, continuidade e uma

aproximação nas relações entre os dois espaços, sem ignorar as particularidades e nem admitir o fim do rural”. (COELHO NETO, 2013, p.155).

Para ilustrar a ideia de “novas ruralidades” recorreremos ao entendimento de Carneiro (1998), defendendo a existência de mudanças na realidade rural brasileira que se manifesta em dois fenômenos: na intensificação da pluriatividade, que não permite mais definir o rural exclusivamente pela atividade agrícola, em face do surgimento de outras atividades não-agrícolas, desenvolvidas ou não pela população do campo; e pela crescente busca de meios alternativos de vida no campo por pessoas oriundas da cidade, movimento tributário do pensamento ecológico e do questionamento da sociedade baseada na aceleração promovida pelo ritmo da industrialização. (COELHO NETO, 2013, p.157).

Partindo da hipótese proposta por Favareto (2007) de que “o momento atual da ruralidade representa uma nova etapa em sua longa evolução, na qual, em vez de desaparecer ou diminuir inexoravelmente, os espaços rurais se integram por completo à dinâmica mais ampla dos processos de desenvolvimento” (p. 158), admite-se que a perspectiva de rural enquanto continuum ganha espaço e aparece atrelada ao discurso (ESCOLAR, 1996) ideológico de desenvolvimento, no qual o Estado assume a responsabilidade de fomentar o progresso, dando condições para a propagação do modo capitalista de produção nos espaços rurais brasileiro.

Após a Segunda Guerra Mundial se acirrou o discurso de superação do subdesenvolvimento. No Brasil, por meio de políticas econômicas foram instaurados projetos desenvolvimentistas, dando condições para plena promoção da “modernidade”. Diante disso, o campo deixa de ser visto como simples lugar de “atraso” e torna-se espaço com possibilidades de “modernização” e “desenvolvimento”:

O campo passa a ser visto como contínuo do processo de urbanização. A presença do Estado é fundamental para a criação das condições de “desenvolvimento” do campo, que se concretiza desde os incentivos creditícios e criação de órgãos para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias até a expansão da fronteira agrícola em direção a novas áreas como as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, abrindo novas possibilidades para a “territorialização do capital” ou “monopolização da produção”, conforme destacado por Oliveira (1998) (SOUZA, 2009, p.4).

O Estado tem contribuído fundamentalmente para a concretização desse almejado “desenvolvimento”. Isso se dá principalmente por meio de “políticas de subsídios fiscais, financeiros e na construção de infraestrutura que favoreça sua instalação com baixo investimento privado em diferentes frações do território”. (ALENCAR; MENEZES, 2009, p. 127).

Em outro ângulo nota-se que a “expansão do agrohidronegócio do semi-árido baiano a partir da década de 1990”, está ligada ao Estado enquanto “fomentador das disputas

territoriais através da implantação de Políticas Públicas de caráter desenvolvimentista” (DOURADO; THOMAZ JÚNIOR, 2014, p.2)

Os projetos desenvolvimentistas implantados pelo Estado no Semi-árido baiano fomentam a mobilidade e plasticidade do trabalho no campo, através do *desmonte de comunidades tradicionais* (camponesas, fundo de pasto, ribeirinhas, povos indígenas e quilombolas) para viabilizar o processo expansionista do capital. Esse desmonte não se refere apenas ao aspecto econômico ou territorial; além disso, *cria novos valores e modifica o modo de vida dos sujeitos*, passando estes a viver sob uma lógica que não a sua. Sua relação com a natureza e com o outro são fortemente transformadas de modo a torná-los cada vez mais atrelados à lógica do mercado, facilitando assim a reprodução ampliada do capital (DOURADO; THOMAZ JÚNIOR, 2014, p. 2-3).

Paralelamente, os interesses do Estado “direcionam-se aos médios e grandes proprietários de terras, condenando as unidades de produção familiares e excluindo milhares de camponeses que tinham no cultivo da terra sua única possibilidade de reprodução (SOUZA, 2009, p.4).

O desenvolvimento executado nos espaços rurais a partir dessas políticas públicas e dos projetos desenvolvimentistas, insere a industrialização no campo, principalmente por meio do agronegócio, da produção de energia e da extração mineral. Essa modernização objetiva um aumento da produção e da produtividade, em contrapartida, “pouco se preocupando com os reflexos dessa política na vida daqueles que há séculos se reproduziam no campo – os camponeses e trabalhadores assalariados” (SOUZA, 2009, p. 7).

Sustentados pelo falso discurso do Nordeste enquanto atraso e miséria, o Estado brasileiro viabilizou ao longo do tempo políticas públicas que teriam como objetivo amenizar e superar tais problemas característicos dessa região:

Ainda no ano de 1909 e criado o primeiro órgão oficial de combate aos efeitos da seca, por meio do decreto nº 7619, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que em 1919 passa-se a chamar IFOCS, transformado no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), no ano de 1945, assumindo o caráter de desenvolver estudos voltados ao aproveitamento dos recursos hídricos. No ano de 1959 e criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cujo principal objetivo era o armazenamento de água para desenvolver projetos de irrigação. Para atuar, de forma mais específica no Vale do São Francisco são criadas a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948, transformada em Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), em 1968 e passando a se chamar Companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) em 1974. (SOUZA, 2009, p.10).

Desse modo, o Estado atrelado a esse discurso de superação do atraso e modernização do Nordeste brasileiro, apresenta como definidoras as características semiáridas dessa região e desconsidera “as relações sociais e de produção, a concentração fundiária, a inserção

subordinada ao capitalismo mundial, a divisão social do trabalho e as práticas políticas que sustentam as classes dominantes”. (SOUZA, 2009, p.10).

Percebe-se então que o Estado desempenha papel primordial no processo de modernização do campo, com o desenvolvimento de políticas públicas, que vinculado ao discurso de suplantação da miséria, tem levado projetos desenvolvimentista aos espaços rurais brasileiro.

Para fins deste trabalho assumimos a concepção de rural como um espaço dotado de características singulares, particularmente, quanto à relação com a natureza e as relações sociais específicas; outrossim, o surgimento de novas características também passa a definir o rural, tais como a pluriatividade, os espaços de lazer e moradia, e suas potencialidades de fontes energéticas.

Considerando as discussões aqui apresentadas, ressaltamos ainda as transformações constantes dos espaços rurais, que se modificam a partir das conjunturas econômicas, políticas e culturais dos diversos momentos históricos e político-administrativos.

A seguir, serão abordadas questões referentes às políticas públicas do Estado brasileiro pensadas para os espaços rurais, em especial, a Política de Desenvolvimento Territorial, que ganha visibilidade por objetivar atender as reconfigurações conceituais que o momento atual exige, pois, essas questões circundam nosso foco de análise na Bahia, o Território de Identidade Piemonte da Diamantina.

## **2.2 As Políticas públicas e o desenvolvimento rural**

Em um contexto de mudanças significativas nas percepções sobre o rural, as perspectivas de desenvolvimento sobre esses espaços também precisam ser repensadas, tendo em vista a superação de visões tradicionalmente defendidas. Para isso, deve-se considerar o contexto vivenciado no Brasil a partir da década de 1980, que vieram a ocasionar mudanças nas esferas políticas.

O Estado brasileiro sempre apresentou uma conduta de intervenção no seu território, com propósitos de alcançar melhorias econômicas. Dessa forma, buscavam conduzir o país a uma modernização e integração nacional, com as políticas públicas que apresentavam um enfoque regional.

Schneider (2004) elenca quatro elementos sobre os quais se recomenda a retomada do debate acerca do desenvolvimento rural: “a erradicação da pobreza rural, a questão do

protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental” (p.94).

Entendendo a complexidade das mais diferenciadas perspectivas, o autor concebe o desenvolvimento rural como

Um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafo-climáticos e tecnológicos, desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial. (SCHNEIDER, 2004, p.98-99).

Com o anseio de possibilitar uma coesão e desenvolvimento regional, o Estado assume uma postura de centralidade e autoridade, com práticas verticalizadas e muitas vezes artificiais;

[...] dessa forma, as políticas territoriais foram pensadas e geridas por uma máquina governamental que ignorou o conhecimento e as aspirações das comunidades locais, concebendo e implantando ações numa perspectiva unilateral, uma vez que amputava a participação de diversos segmentos da sociedade nesse processo de condução das políticas públicas(LIMA, 2013, p.2).

Esse contexto começa a sofrer alterações principalmente pelo retorno do Estado democrático de direito, após o fim da ditadura militar; que permitiu que os ativismos sociais retornassem a sua atuação dentro da legalidade; e pela promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1998, que colocou a democracia como um princípio político brasileiro, assim como institucionalizou uma série de direitos sociais, econômicos, jurídicos e políticos.

Esse cenário começa a ser modificado, principalmente devido ao processo de redemocratização legitimada pela Constituição de 1988 e as lutas políticas empreendidas pela sociedade civil, que esforçava-se em redefinir as relações Estado-Sociedade, buscando envolver-se nos espaços de discussão e decisão política. Os princípios democratizantes passam então a influenciar a postura estatal e fazem emergir novos modos de condução das políticas territoriais, reforçando a necessidade fundamental da participação da sociedade desde o planejamento até a execução das políticas governamentais, no sentido da democratização da gestão pública(LIMA, 2013, p.2).

Nesse sentido, acerca das políticas públicas e os novos desafios da relação entre sociedade e Estado, pelo exposto:

Dois fenômenos importantes ganharam destaque nesse cenário. O primeiro refere-se à tendência à descentralização administrativa das políticas públicas, no contexto do pacto federativo, com o município passando a exercer um papel mais estratégico. O segundo diz respeito à garantia de uma maior participação da população, seja no planejamento, implementação ou

avaliação dessas políticas, tanto diretamente como por meio de suas organizações representativas (SILVA, 2012, p. 149).

A partir desse novo contexto, o planejamento estatal precisa ser reorganizado, tendo em vista atender as demandas compatíveis com o novo momento político, de forma que considere a heterogeneidade da população brasileira.

Esses acontecimentos também repercutem nos espaços rurais brasileiros. “No período a partir da metade da década de 1980, se processam intervenções mais significativas no meio rural. Há uma alteração na forma de planejar, que desprende do atendimento clientelista com intenções de tratar e defender um grupo patronal” (ALCANTARA, 2013, p. 101).

Na última década do século XX, até o início do século XXI, as ações governamentais do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) passaram a considerar novas escalas para o planejamento e execução de intervenções nos espaços rurais, com feitos que se concentraram em “três esferas básicas: a questão agrária; a política agrícola diferenciada para o segmento dos agricultores familiares; e a alteração da estrutura organizacional do Estado brasileiro voltada ao atendimento da população rural”. (MATTEI, 2017, p. 52).

As propostas de políticas agrárias do Governo FHC podem ser vistas como um “ponta pé” para as reformulações necessárias na institucionalização da ação do Estado nos espaços rurais no Brasil.

Há um amplo consenso na literatura especializada de que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 28 de junho de 1996 pelo Decreto Presidencial n. 1946, representa um divisor de águas na abordagem do Governo Federal em relação ao desenvolvimento rural no país, por seu reconhecimento da importância deste segmento econômico e social para a agricultura brasileira e da relevância de formular e implementar uma política pública de abrangência nacional (e não apenas regional e local, como ocorria anteriormente) para o seu fortalecimento econômico, social e político em todo o território nacional. (DELGADO; LEITE, 2015, p. 241).

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf - 1996), o estímulo a implementação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), a migração do Pronaf para o recém criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA<sup>6</sup>), apresentam importância por propor a superação de modelos tradicionais de

---

<sup>6</sup>O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Brasil foi criado em, 25 de novembro de 1999, pela medida provisória nº 1.911-12 e sua última estrutura regimental foi definida pelo decreto nº 7.255 de 4 de agosto de 2010. Tinha por competências a reforma agrária e reordenamento agrário, regularização fundiária na Amazônia Legal, promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões rurais e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Exercerá, em caráter extraordinário, as competências relativas à regularização fundiária na Amazônia de que trata o artigo 33 da lei nº 11.952, de 25/06/2009. Extinto em 12 de maio de 2016 através da medida provisória nº 726, que alterou e revogou a Lei nº 10.683, de 28 de maio de

desenvolvimento, criando “uma estrutura institucional mais ampla capaz de implementar uma estratégia de ação mais espacial e territorial do rural, superando a tradicional visão setorializada” (MATTEI, 2017, p. 54).

Além disso, deve-se mencionar também a própria reestruturação que ocorreu no Pronaf ainda no ano de 1999, quando os agricultores familiares foram segmentados em diversas categorias, de acordo com sua renda familiar e produção. A partir de então, aumentou a necessidade de coordenação das políticas públicas, particularmente daquelas relativas ao crédito rural, aos planos de infraestrutura e aos programas de formação de conselheiros. (MATTEI, 2017, p. 54).

No início do século XXI, a agenda de debates sobre desenvolvimento ganha uma nova roupagem, que considerava as circunstâncias políticas, econômicas e sociais.

No Brasil, as primeiras décadas do século XXI foram marcadas pela reativação das atividades econômicas, com a elevação das taxas de crescimento; pela recuperação do poder de compra dos salários, especialmente do salário mínimo; pela expansão do emprego formalizado e com garantias sociais; e pela expansão dos programas governamentais de transferência de renda, fatores que conjuntamente desempenharam importante papel no combate à pobreza e à exclusão social no país. Assim, a combinação de crescimento econômico com redução da desigualdade de renda foi decisiva para reduzir as elevadas taxas de pobreza a que estavam submetidas importantes parcelas da população. (MATTEI, 2017, p. 59).

Nessas circunstâncias, as políticas públicas conduziam a uma crítica as “abordagens economicistas e setoriais de projetos de desenvolvimento realizados no passado”, dando espaço para “uma abordagem multidimensional e descentralizada, com metodologias participativas de gestão social, calcadas no conceito de desenvolvimento territorial” (LIMA, 2013, p.2).

A discussão sobre o conceito de desenvolvimento territorial tem ganhado notoriedade nos espaços acadêmicos no Brasil. Em uma revisão bibliográfica do que se está produzindo a partir desse tema, foi possível encontrar autores que defendem este conceito vendo-o como uma proposta inovadora e capaz de atender as demandas atuais, que buscam promover o progresso por meio de uma valorização da relação entre Sociedade – Estado na formulação e condução das políticas públicas. Contudo, existem também estudos contrários a esses argumentos, e afirmam que não houve mudanças significativas ocasionadas por essa “nova” forma se pensar o desenvolvimento.

Como aponta Lima (2014), Ricardo Abramovay foi “um dos precursores no debate

---

2003, transferindo na época suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). (In: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8786-14-junho-2016-783233-publicacaooriginal-150543-pe.html>).

sobre essa temática. [...]” (p.60).

Suas produções, de cunho epistemológico e também empírico, difundidas ao longo de sua trajetória de estudos, os ergueram à condição de referência àqueles que defendem essa concepção de desenvolvimento. Nesse sentido, suas contribuições são aportes tanto nos documentos institucionais do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (MDA, 2005b e 2006), quanto na fundamentação teórica de pesquisas de vários autores que tratam deste tema. (LIMA, 2014, p.60)

Cabe aqui realizar uma revisão acerca dos conceitos de desenvolvimento e território, visto que a associação destes nos leva ao conceito de desenvolvimento territorial; de entendimento obrigatório quando se convida a pensar sobre as perspectivas territoriais de desenvolvimento alicerçadas nas políticas públicas do MDA.

### 2.2.1 Sobre o conceito de desenvolvimento

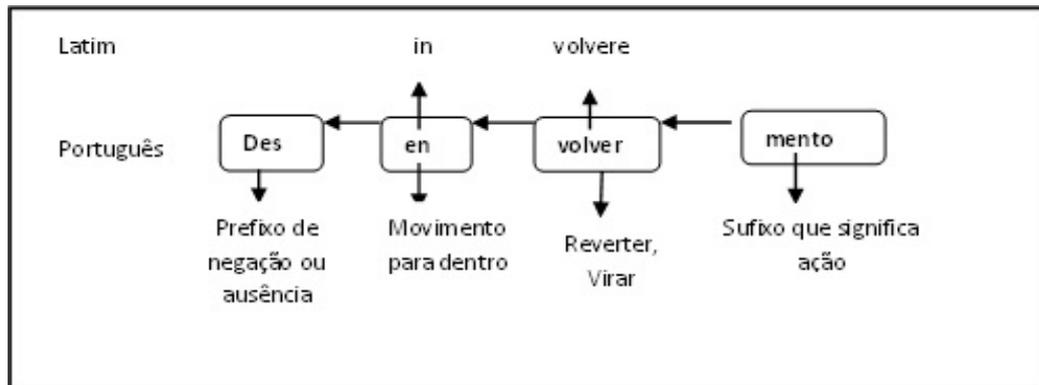
O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante amplo, e não objetivamos aqui dar conta de toda essa discussão, visto que não é esse o objeto deste trabalho. O que propomos nessa seção, é delinear teoricamente tal conceito, evitando o uso aleatório deste. Para isso, realizou-se uma breve contextualização histórica do uso do termo desenvolvimento, e apresentaremos algumas distintas visões sobre o mesmo.

Atualmente, várias visões distintas coexistem e disputam os significados da ideia de desenvolvimento. A primeira é a mais usual, e pode ser encontrada em qualquer bom manual de economia: nela desenvolvimento é tomado como sinônimo de crescimento ou, numa pequena variação, o desenvolvimento é resultado do crescimento (ROSTOW, 1960; JONES, 2000). A segunda, mais sofisticada, toma o desenvolvimento como mito. Mas não necessariamente em sua acepção enganosa, e sim em algo mais próximo do que se poderia chamar por poder mobilizador e organizador do mito (FURTADO, 1974). Uma terceira vertente, por sua vez, não vê qualquer validade teórica ou prática na ideia de desenvolvimento, apenas ilusão ou argumento ideológico falseador das reais intenções das políticas cunhadas a esse título (RIST, 2001; RIVERO, 2003). Isto sem falar nas inúmeras adjetivações que surgiram à luz da crítica aos rumos do desenvolvimento no capitalismo contemporâneo e que deram origem a teorias inovadoras, como a do “desenvolvimento como liberdade” (SEM, 2000), ou a utopias de grande valor ético e social, como a retórica do “desenvolvimento sustentável” (Comissão BRUNDTLAND, 1985) (FAVARETO, 2006, p.33).

Já se pode perceber a complexidade envolvida nas concepções de desenvolvimento, que ora apresenta proposições científicas, ora apresenta viés ideológico e/ou utópico.

Ao optar por partir da etimologia da palavra (Figura 3), já daremos conta da complexidade que a envolve, sendo que esta já inicia com um prefixo de negação “des”, ao mesmo tempo que o sufixo “mento” está relacionado com ação.

**Figura 3** - Etimologia da palavra desenvolvimento.



**Fonte:** SANTOS et al., 2012.

É possível que o entrave para tantas proposições esteja ligado ao entendimento de que é preciso desproteger, liberar o que está envolvido, resguardado. Também significa progresso, crescimento, evolução e se configura como uma proposição a ser interpretada nas esferas do pensamento social, econômico e político ao longo da história (ALCANTARA, 2013, p.43).

Alcântara (2013), em uma “abordagem histórica sobre o Desenvolvimento”, apresentou desde os pensamentos surgidos na Antiguidade; aos pensamentos dos mercantilistas com a política de exportação e restrição à importação; aos fisiocratas com a tese de intervenção estatal mínima na economia e a defesa da ideia de que somente a agricultura produzia riquezas; passando pela Teoria da “mão invisível” proposta por Smith e a economia liberal, chegando a Crise Econômica de 1929, que instigou questionamentos quanto a eficácia do modelo capitalista vigente.

Seguindo, a autora apresenta a desconstrução do modelo clássico da economia, pela tese marxista do valor trabalhoproposta por Karl Marx em um contexto de luta de classes e formação social; assim como as proposições neoclássicas de oferta e demanda, a reestruturação do capitalismo, e a queda do modelo fordista, pondo fim ao crescimento dos “anos dourados”.

Favareto (2006) ao considerar também a análise etimológica, assinala que “no latim, tanto desenvolvimento como evolução derivam etimologicamente do verbo *volvere*, e os verbos *evolvere* e *revolvere* apontam respectivamente um movimento progressivo e um movimento regressivo”. Desse modo, para o autor, “o termo evolução, e seu par – desenvolvimento – se firmaram presos à ideia de algo direcional, de algo relativo a uma atividade em boa medida pré-destinada” (p.39).

Por meio de um “deslizamento semântico com correspondências nos sistemas mentais de interpretação do real”, evolução e desenvolvimento passam a ser assimiladas a ideia de progresso, que marca uma transição com “a redução da evolução ao progresso, e deste ao crescimento” (FAVARETO, 2006, p.39).

Mudanças econômicas resultantes da Revolução Industrial afetaram tanto o âmbito econômico e político, quanto o campo científico: “Se o que determina é o econômico, e o que explica o econômico é o científico, então a explicação científica dos fenômenos econômicos só poderia adquirir prevalência” (FAVARETO, 2006, p. 43).

Nesse quadro, onde a ideia de desenvolvimento e crescimento são apresentadas como sinônimos têm-se uma interdependência entre o campo científico e o campo econômico, inclusive com intelectuais colaborando nas formulações de políticas e orientações de órgãos internacionais.

A assimilação entre desenvolvimento e crescimento econômico mesmo tendo respaldo científico em muitas situações, passa a ser questionada quando se tornou nítido que “o crescimento econômico pode não só não contribuir para que o conjunto da sociedade alcance uma situação de bem-estar, como pode igualmente contribuir para que aumente a desigualdade entre ricos e pobres, gerando sérios problemas de coesão social” (FAVARETO, 2006, p. 45).

Diante disso, o conceito de desenvolvimento passa por um processo de resignificação, que “[...] vai desembocar em diferentes desaguadouros: numa explosão de adjetivações (...), numa consequente dos significados da ideia, e como não poderia deixar de ser, numa tentativa de reconceituação científica dos processos de desenvolvimento (FAVARETO,2006, p.46).

Assim, ao considerar um momento de forte “contestação social”, um movimento de respostas as críticas ao sentido assumido pelo desenvolvimento se inicia na Conferência de Estocolmo, em 1972, com a noção de ecodesenvolvimento, dando os primeiros indícios de preocupação com a relação sociedade – natureza.

Em 1987, na Conferência de Brundtland, mais uma vez fala-se sobre a preservação de recursos naturais, passando a considerar a ideia de desenvolvimento sustentável; ideia essa que ganha ainda mais visibilidade na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, quando são implementados acordos e uma agenda de propostas para nortear as ações de órgãos internacionais e nacionais.

Outro marco que merece atenção nas novas formas de se pensar o desenvolvimento está atrelado a adoção da noção de desenvolvimento humano, adotado pelo Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990, e que ganhou notoriedade mundial com a formulação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

Brevemente elencada a trajetória do conceito de desenvolvimento, cabe agora voltar a atenção para as principais teorias defendidas acerca do que seria desenvolvimento. Para tanto, utilizaremos as concepções de Celso Furtado, com o mito do desenvolvimento; Amartya Sen, e o desenvolvimento enquanto liberdade; e Carlos Brandão, com estratégias democráticas de desenvolvimento.

Na obra publicada em 1974 “O mito do desenvolvimento econômico”, Furtado questiona a visão evolucionista atrelada ao desenvolvimento, contribuindo para a descaracterização do subdesenvolvimento enquanto uma etapa que deveria ser vencida pelos países periféricos.

Furtado (1974) atenta ainda para desatenção dos economistas para as consequências advindas com a economia atingindo graus elevados de acumulação. Ele destaca a condição predatória do desenvolvimento: “a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico” (p. 19).

Não se trata de especular se teoricamente a ciência e a técnica capacitam o homem para solucionar este ou aquele problema criado por nossa civilização. Trata-se apenas de reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contrapartida processos irreversíveis no mundo físico, cujas conseqüências tratamos de ignorar (FURTADO, 1974, p. 20).

Em uma crítica a concepção evolutiva de desenvolvimento, com etapas a serem superadas e a universalização do consumo de massa, Furtado conclui por definir esse modelo de desenvolvimento enquanto mito.

Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas, como negar que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-los a aceitar enormes sacrifícios [...]? Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito (FURTADO, 1974, p. 75).

Em obras mais recentes, Furtado define desenvolvimento, e o diferencia de crescimento econômico:

[...] o *crescimento econômico*, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o *desenvolvimento* se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida

dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (FURTADO, 2004, p. 03) - *grifos nossos*.

Grandes contribuições também são apresentadas por Amartya Sen, em “Desenvolvimento como Liberdade”. Essa obra apresenta como essencial a percepção do desenvolvimento como um processo voltado para a expansão das liberdades.

Uma concepção adequada do desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2005, p. 29).

Assim se reflete sobre a liberdade enquanto função constitutiva, que atua como mecanismo para a construção de modos de vida que alcancem o desenvolvimento desejado, tanto individual quanto coletivamente. Nesse sentido, a expansão das liberdades dá condições para que condições de vida desejáveis sejam alcançadas.

Logo, a privação de direitos pode ser entendida como privação da liberdade. Entendida a garantia das liberdades civis e políticas como partes essenciais para o desenvolvimento, com processos sendo conduzidos de maneira descentralizada e plural, com o envolvimento dos diversos atores sociais.

Nessa nova relação na formulação de políticas públicas e no processo de desenvolvimento, Sen (2005) destaca a importância de se assumir a condição de agente, “alguém que age e ocasiona mudança”.

[...] uma abordagem de justiça e desenvolvimento que se concentra em liberdades substantivas inescapavelmente enfoca a condição de agente e o juízo dos indivíduos; eles não podem ser vistos meramente como pacientes a quem o processo de desenvolvimento concederá benefícios. Adultos responsáveis têm de ser incumbidos de seu próprio bem-estar; cabe a eles decidir como usar suas capacidades. Mas as capacidades que uma pessoa realmente possui (e não apenas desfruta em teoria) dependem da natureza das disposições sociais, as quais podem ser cruciais para as liberdades individuais. E dessa responsabilidade o Estado e a sociedade não podem escapar (SEN, 2005, p. 326-327).

Carlos Brandão (2012), contrapondo-se a teorias neoliberais e as teorias de supervalorização das escalas global e local, apresenta conceitos “não conservadores”, que entendam o espaço como “uma produção social, procurando analisar os conflitos que se estruturam e as lutas que se travam em torno desse ambiente construído socialmente” (p.65). Para isso, o autor propõe que “a divisão social do trabalho deva ser a categoria explicativa

básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, posto que permeia todos os seus processos, em todas as escalas” – não apenas global e local –; o que faz dessa categoria “adequada para se estudarem as heterogeneidades, hierarquias e especializações *intrae inter* qualquer escala (regional, nacional, internacional)” (p.69).

Numa concepção altamente difundida de que “vivemos processos de destruição das escalas intermediárias e o mundo estaria confirmando a tendência bipolar das escalas espaciais – apenas o ‘local’ e o ‘global’”, torna-se necessário “tratar teórica, analítica e politicamente a questão das escalas, reafirmando a importância das escalas intermediárias, sobretudo da escala nacional” (BRANDÃO, 2012, p.183).

Além de ser espaço de acumulação, sob condições institucionais dadas, a escala nacional é historicamente fixada e politicamente criada e legitimada, ao resguardar, amparar e abrigar agentes ‘territorializados’/localizados que são submetidos a normas, regras e parâmetros que estabelecem um contraponto (também espacial), uma dualização entre os agentes e interesses locais *versus* “os externos” [...] a discussão do desenvolvimento que se processa na escala nacional deve estar atenta aos caracteres distintivos que nesse espaço definem sua estrutura de propriedade, a distribuição da renda e da riqueza, a estrutura de consumo de suas classes sociais, etc” (BRANDÃO, 2012, p. 188-189).

Para Brandão (2012), em um “nacional de dimensão continental (...) periférico e subdesenvolvido como o Brasil”, com “heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais e regionais)” “a construção de estratégias de desenvolvimento terá que enfrentar, reunindo forças democráticas, um longo combate contra essas coalizões conservadoras, territoriais, que desejam apenas manter as estruturas agrárias e de distribuição de renda perversas.” (p.200).

Assim, o autor entende que desenvolvimento, entendido como “alargamento dos horizontes de possibilidades”, refere-se a estratégias de desenvolvimento em “duas frentes simultâneas”:

1) aquela (mais atraente) própria dos processos de se arranjar, montar, dar sentido, direção, coerência às transformações que uma sociedade quer armar e projetar para o futuro, dispondo de certos instrumentos eleitos para determinados fins; e 2) aquela (menos sedutora) própria dos processos de se desmontar, desarranjar, importunar, constranger, frustrar expectativas e ações deletérias à construção social. Deve ser desmanteladora de dinâmicas e estruturas que representem o atraso econômico e político (BRANDÃO, 2012, p. 200).

Em harmonia com as proposições de Carlos Brandão, acreditamos que para se pensar em políticas públicas que visem o pleno desenvolvimento é preciso confrontar as dinâmicas sociais e políticas historicamente impostas no Brasil, pondo em questionamento e buscando romper com as relações de poder e de dominação vigentes. Além disso, deve-se considerar a heterogeneidade do país-continente como potencial de avanço sociocultural, político e

econômico, ao “tratar de forma criativa as diversidades geográficas, demográfica, social, cultural, produtiva etc. brasileiras” (BRANDÃO, 2012, p.202).

### 2.2.2 Território: Do conceito geográfico às abordagens na PDT

Para refletir sobre as políticas de desenvolvimento territorial, é necessário também construir argumentos sobre o território, visto que esse conceito é de fundamental importância na ciência geográfica; tem servido de base para os planos e diretrizes governamentais, e passou a ser utilizado pela sociedade civil.

A definição do que é território é bastante ampla e complexa; e assim como tantos outros conceitos, vem passando por constantes transformações e adquiri novos significados e aplicabilidades.

Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, descontinuidades (descontinuidade – continuidade-descontinuidade), num único movimento; o novo contém, pois, o velho e este, aquele (SAQUET, 2007, p.13).

Nesse movimento contínuo, o conceito de território também se transformou, tornou-se mais denso e assumiu novas vertentes ao passo que os contextos políticos, econômicos e socioculturais apresentavam novas demandas nas relações sociais e na (re)produção espacial.

Em anuência ao exposto, e ao historicizar o conceito em questão e suas variações ao decorrer dos anos, Haesbaert (2006) apresenta:

As sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. Já na sociedade “disciplinar” moderna (até por volta do século XIX) vigorava a funcionalidade de um “enclausuramento disciplinar” individualizante através do espaço – não dissociada, é claro, da construção da identidade (individual, mais do que de grupo). Mais recentemente, nas sociedades “de controle” ou “pós-modernas” vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes<sup>7</sup>. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território (p.5).

---

<sup>7</sup>Este princípio[controle / centralidade] possui liame com o pensamento ratzeliano e sua Geografia Política aplicada ao princípio da centralização estatal por meio da hegemonia sobre o controle da rede de comunicação e circulação. Pois, segundo Ratzel, há a necessidade de proteger as fronteiras territoriais e os interesses comerciais, a fim de preservar a riqueza material do solo diante da concorrência pelas vantagens da situação do território. Tal

Já na República Velha, considerava-se “a geografia [como] fundamento da política e a lei do progresso” (CARVALHO, 1921, p.86-88); a materialidade do território, ou pensar a geografia como um materialismo geográfico (SANTIAGO, 2005, 2013).

O estado de uma civilização é função e, ao mesmo tempo [“causa”], traz como consequência, certo modo de ser na vida material, na vida intelectual, na vida moral na vida social e política dos povos. A vida econômica é principalmente um dos aspectos da vida material (BACKHEUSER, 1926, p.154). Assim, esta materialidade totalizante da relação recíproca sociedade-natureza, tem traçado as relações de poder através do controle das redes geográficas pelo Estado e capital privado.

A Economia Política, a Ciência Política, a Economia, a Antropologia, a Sociologia, a Psicologia, a Pedagogia, a Biologia, cada ciência vai enfatizar uma determinada característica do Espaço Geográfico, seja ligado a um determinado recurso natural que se torna mercadoria através do sistema produtivo (modo de produção), ou um aspecto climático-botânico que condicione o espaço rural e agrícola, ou um aspecto simbólico ou da cultura, que “incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. (HAESBAERT, 2006. p.37).

Conexo a essas ideias, Ratzel reflete a existência de uma diferenciação política e econômica, levando a se pensar na “razão” relativa das partes do território, pois como disse, as partes do território não têm o mesmo valor, aspecto que faz liame ao “grau de cultura e de desenvolvimento político” de cada povo (RATZEL, 1974, p.65).

Relacionam-se, assim, em Ratzel, as ideias de espaço - meio – solo e subsolo (recursos naturais e a população contida, que conjuntamente chamou de *Boden*) posição e situação geográfica, grau ou nível de cultura, redes de circulação e comunicação, as forças de coesão e integração da nação e do Estado.

Ao considerar que o “ordenamento de um país” depende de sua “história política” (RATZEL, 1990a, p.80-81, *apud* SANTIAGO, 2013), formula-se o entendimento de que o valor das vantagens da situação geográfica de cada lugar e época dependem das conjunturas políticas, históricas, econômicas e sociais, atrelada ao uso dos recursos existentes, sejam eles concebidos da sua complexidade, já que suas propriedades engendrariam determinadas funções que caracterizariam um dado território, e seu valor comercial e político.

---

situação não é a mera posição da cartografia ou das coordenadas geográficas, mas a situação que envolve os determinantes concretos dos fatores geográficos, históricos, culturais, econômicos, sociais e estratégicos de um determinado país com o mundo. (SANTIAGO, 2005, 2013)

Ademais, são esses aspectos selecionados que caracterizariam um determinado lugar e/ou região, o que nos leva a pensar o espaço como uma logística em função das propriedades reais do território e de como as redes se articulam e apropriam o espaço de diversas formas, gerando uma determinada configuração e territorialidade, através das redes geográficas (SANTIAGO, 2005, 2013).

Com relação a multiplicidade de definições presentes a Geografia, Haesbaert (2006) sintetiza o conceito de território nas seguintes vertentes:

- a) Política – Território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- b) Econômica – Enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.
- c) Cultural – Prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- d) Natural/Naturalista – Utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

Por ser uma das mais tradicionais, enfocaremos agora na “tradição jurídico-política de território”, que fundamentalmente associa território e Estado, e tem como precursor Friedrich Ratzel<sup>8</sup>. Nesta percepção, o conceito de território relaciona-se aos fundamentos materiais do Estado, mas também se conforma a uma expressão geográfica de poder. Assim sua concepção une mutuamente o físico e o social (recursos naturais e povo – mão de obra), o político, o histórico, o cultural, o comercial. O território não é somente fonte dos recursos naturais e de mão de obra, mas deve ser entendido como uma unidade nacional, como coesão entre o povo, a nação e suas identidades e o nível de desenvolvimento cultural.

Através das redes de circulação e comunicação é que ocorre a integração das partes de um território. Assim, o território pode ser pensado como um todo integrado pelas redes

---

<sup>8</sup> É importante ler o trabalho de Santiago (2013), pois demonstra que Ratzel tem uma concepção complexa do espaço geográfico, compreendendo o espaço como totalidade viva, complexa e como rede.

(SANTIAGO, 2013), fortalecendo a concepção de “espaço vital”<sup>9</sup> como um “espaço ótimo para a reprodução de um grupo social ou de uma civilização, considerados os recursos aí disponíveis”. (HAESBAERT, 2006. p.66).

Nesse sentido, o território como um todo em movimento resgata a sua formação, como uma dialética entre forma e processo, essencial para o entendimento de uma geografia como unidade e crítica da produção materialista do espaço (MORAES, 2005), ou como WITTFOGEL (1992) classificou o primado ratzeliano como materialismo geográfico (SANTIAGO, 2013); onde a forma como o “recurso natural” é usada depende do “grau de cultura” ou nível de desenvolvimento das forças produtivas do Estado-nação, que variam com as épocas históricas, e da forma como o governo administra suas regiões e os projetos de desenvolvimento social.

Santiago (2005, 2013) compreende o território como valor estratégico das vantagens da situação geográfica, em função das redes que se apropriam dos seus recursos, que atravessam o território/região enquanto parte da totalidade viva e complexa.

Jean Gottman (2012) ver o território como um conceito político e geográfico, tal como Ratzel, “porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo”. (p. 526).

Podemos afirmar que caracterizar a noção essencial de espaço geográfico como território, contribuiu para entendimento da questão regional contida na questão nacional, e sua obra revela uma “macro teoria” (Estado – território – sociedade), o que gera a compreensão do significado geográfico e político, no sentido concreto da aplicação deste conhecimento ao entendimento do desenvolvimento regional sob a égide do Estado-nação e sua integração e/ou unidade em função das formas de apoderamentadas propriedades dos recursos disponíveis, engendrados pelas redes de circulação e comunicação; cuja objetivação e aplicação de suas noções, também contribuíram neste estudo e pesquisa para o entendimento do crescimento das relações de produção capitalistas e das desigualdades regionais (SANTIAGO, 2005, 2013).

Como o território é parte da totalidade concreta, tem-se a “ideia de território como um híbrido<sup>10</sup>, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas: econômica, política e cultural.” (HAESBAERT, 2006. p.77).

---

<sup>9</sup> Esta noção “espaço vital” (Lebensraum), é também uma noção complexa, tal como território, Estado e o próprio espaço geográfico, e está mais aprofundada em (SANTIAGO, 2013).

A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu *caráter político* – no jogo entre macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu *caráter integrador* – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões.

Uma visão relacional de território, claramente presente nas obras de Sack e Raffestin nos traz a “percepção de que ele não implica uma leitura simplista de espaço como enraizamento, estabilidade, delimitação e/ou fronteira. Justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão e temporalidade”. (HAESBAERT, 2006, p.82).

Para Raffestin (1993), “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível” (p.143). Sendo assim, o espaço viria antes do território, fazendo-se a matéria-prima que o produziria.

Enquanto apropriação - concreta e abstrata - do espaço, o poder exercido no território não é exclusividade do Estado. “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios.” (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Em vista disso, o território passa a ser entendido a partir das relações de poder, que se encontram de maneira mais soberana engendradas ao Estado, mas que também coexistem nas mais diversas instituições e ações de cada ator nas relações sociais cotidianas. Ampliando-se o entendimento sobre a multiplicidade de relações de poder, amplia-se também o conhecimento relativo às territorialidades, que viria a ser "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema" (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Raffestin, recorrendo principalmente às contribuições de Foucault, apresenta o território como “a ‘prisão’ que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significado” [e simbolismos] (HAESBAERT, 2006, p.84).

Na obra “Vigiar e punir”, Foucault dentre outras coisas descreve a microfísica do poder a partir do controle do corpo: “Forma-se então uma política das coerções que são um

---

<sup>10</sup> Milton Santos (1996) considera o espaço e o território como anfíbios, devido sua natureza híbrida natural-social.

trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. (...) Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma "mecânica do poder" (...) define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 1979, p.119).

Gilles Deleuze (1998) afirma que “entramos nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”. No seu pensamento associa a existência das máquinas ao grau de soberania social, dando o exemplo de que as máquinas “cibernéticas e os computadores [são] para as sociedades de controle. Mas as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte” (p. 4).

Da mesma forma que nas sociedades de disciplina – exercida por meio do confinamento e/ou do controle – apresentadas em Foucault e em Guatarri, o poder também é primordial nas acepções de território postas por Raffestin, visto que este entende que o território se constitui pela produção do espaço e pelas relações de poder nela constituídas.

Sack reconhece que a territorialidade é uma base de poder e que esta envolve “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado, mas que é melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área.” (HAESBAERT, 2006, p.86). Segundo Ratzel, quem controla as redes de comunicação e circulação têm o poder. (SANTIAGO, 2013).

Nesta perspectiva relacional de território, centralizada na dimensão política, os aspectos econômico e cultural, “enquanto mediação espacial do poder, [resultam] da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política. (HAESBAERT, 2006, p.93).

Saquet (2018) admite que no território “as territorialidades estão sempre presentes e significam conflitos, contradições, luta de classes” (p.486). Assim, pensar o território também é entender que as relações sociedade – natureza vividas no cotidiano perpassam por relações de poder, dominação e apropriação, conflitos, contradições e heterogeneidades.

O autor apresenta três sentidos que concebem a territorialidade:

- a) corresponde às relações sociais que efetivamos todos os dias; b) à apropriação e demarcação de certo espaço na forma de área, área-rede ou rede-rede ou, ainda, de manchas com formatos regulares e/ou irregulares, dependendo dos processos sócio-espaciais que estão em jogo e, c) ao caráter

organizativo de militância política e transformação em favor de uma sociedade mais justa. A territorialidade se constitui, dessa forma, numa problemática multidimensional, ao mesmo tempo, complexa, territorial, espacial e temporal: é substantivada por temporalidades (ritmos, desigualdades), tempos, territórios, diferenças e identidades (SAQUET, 2011, p. 212).

Saquet (2011) apresenta ainda o caráter multidimensional do território, e defende que é fundamental levar em consideração as relações e os conflitos existentes nos contextos político, econômico e cultural, assim como os processos naturais, que se faz presente nas sociedades.

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários (SAQUET, 2003, p.24).

As discussões aqui apresentadas não buscam elucidar totalidade do debate conceitual acerca do território. O que se objetivou foi por meio de uma revisão bibliográfica, aprimorar a concepção deste conceito, considerando suas diversas vertentes epistemológica: natural, política, econômica e cultural; por acreditar que tal discussão contemple o que pensamos de território enquanto conceito geográfico, e fornece subsídios para analisar o uso feito deste conceito nas políticas públicas de desenvolvimento territorial.

Na concepção que temos, o território se forma a partir do espaço, territorializando-o (RAFFESTIN, 1993), portanto, deve ser entendido como algo construído, onde essa construção acontece a partir das relações cotidianas que envolvem os diversos atores sociais. Essas relações devem ser percebidas como construções sociais pautadas em conflitos de poder em que determinado grupo social em condições privilegiadas fazem uso do território para sua base de (re)produção, enquanto os atores sociais sem condições de controle, adaptam-se aos comandos.

O território deve ser entendido considerando sua multidimensionalidade, com as dimensões política, econômica, cultural – e natural – (HAESBAERT, 2005) relacionando-se de forma integrada; e a partir das relações de poder, controle e dominação, presentes nos conflitos diários (SAQUET, 2003).

A definição de território tem recebido diversas significações e ganhado aplicabilidade na realidade empírica; “se libertou das fronteiras acadêmicas e invadiu a esfera da ação governamental, tornando-se uma categoria chave para a formulação de políticas e programas de governo” (COELHO NETO, 2013, p.108).

Com as políticas públicas que foram implementadas no Brasil a partir do ano de 2003, este conceito tornou-se principal referência no planejamento e gestão do Estado

brasileiro. Assim, “o território é a unidade espacial de intervenção governamental na qual se pretende construir ou dinamizar uma determinada institucionalidade pública capaz de criar ou de estimular oportunidades para o deslanche de processos econômicos, sociais e políticos” (DELGADO et al., 2007, p. 22 apud LIMA, 2014, p.68).

Percebido como um conceito que viabiliza a inserção dos diferentes segmentos sociais no planejamento e gestão de tais políticas públicas, o Ministério de Desenvolvimento Agrário o considera como uma forma inovadora a definição proposta para o território, entendendo-o como

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005b, p. 7-8 apud LIMA, 2014, p. 68).

Para Schneider e Tartaruga (2004, apud LIMA, 2014, p.83), as definições apresentadas pelo MDA não condizem com o que a ciência geográfica entende por território, por dar a este um sentido exclusivamente aplicável a realidade prática.

[...] se defende a necessidade de se distinguir o uso e o significado do território como conceito de análise, tal como lhe confere a geografia e outras disciplinas como a antropologia ou a biologia, dos sentidos instrumentais e práticos que lhe são atribuídos pelos enfoques ou abordagens territoriais. [...] A diferença fundamental entre o uso e significado conceitual e instrumental do território é que o sentido analítico requer que se estabeleçam referências teóricas e mesmoepistemológicas que possam ser submetidas ao crivo da experimentação empírica, e, depois, reconstruídos de forma abstrata e analítica. O uso instrumental e prático não requer estas prerrogativas e, por isso, pode-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço (que podem ser demarcados por atributos físicos, naturais, políticos ou outros) sobre o qual se produzem e se transformam (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 10 apud LIMA, 2014, p.83).

Coelho Neto (2013), ao discutir a apropriação e as significações dadas ao território pela PDT, e considerando o contexto do governo baiano e os Territórios de Identidade, por meio de uma análise dos documentos oficiais do MDA e as proposições destes para delimitar os territórios rurais afirma que as definições ali apresentadas

[...] parece ignorar o território como unidade empírica e a complexidade que condiciona seu processo de construção, como, por exemplo, a questão dos limites/fronteiras, por expressarem relações de poder e de identificação com o espaço. Apesar do anúncio de um segundo momento em que os agentes

sociais deverão validar a demarcação dos territórios, não se pode negar a complexidade das questões políticas e econômicas que influenciam esse processo. A demarcação dos territórios assume os limites municipais como parâmetros, carregando junto os conflitos emancipatórios e o jogo de interesses políticos que aí se constituem. A construção da identidade como foi colocada parece um fenômeno temporal e espacialmente simples, que se concretiza no decorrer do processo da implantação dessa política (COELHO NETO, 2013, p. 117).

Se o conceito de território é essencial para a proposta da Política de Desenvolvimento Territorial, é indispensável que ele não esteja dissociado da base conceitual construída na Geografia, pois a aplicabilidade deste deve ter uma referência teórica consistente, para assim obter resultados positivos (LIMA, 2014).

Ora, se a própria formulação teórica, pode, inclusive, derivar-se da observação e análise dos fenômenos empíricos, não se justifica o lapso entre discussões tão arejadas no âmbito acadêmico sobre o conceito de território, empreendidas principalmente por geógrafos, e a concepção funcional de território que alicerça a noção de desenvolvimento nos documentos oficiais do MDA, especialmente no âmbito do PRONAT. Mesmo reconhecendo a necessidade operacional da política governamental, não se pode ignorar o número de pesquisas e proposições epistemológicas acerca do tema, como também não se pode negar que a noção instrumental de território, adotada pelo governo federal como parâmetro para a delimitação e intervenção no espaço, alimente o processo de elaboração teórica (LIMA, 2014, p.83).

Embora nos documentos institucionais do MDA tenham dado destaque ao território como mais do que apenas base física, e que este deve ser concebido considerando as mais diversas relações sociais existentes, não se deve concebê-lo apenas em um sentido empírico, aplicável a realidade físico-concreta, e desconsiderar o sentido relacional que tantos geógrafos vem defendendo nos últimos anos.

É pertinente ressaltar que autores como Raffestin (1993) e Haesbaert (2006) tem enfatizado em suas publicações a importância de se considerar essa lógica relacional do território. Porém, mesmo entre estes não se tem um consenso acerca desse caráter (relacional): alguns acreditam que compreender o território valorizando-o enquanto dimensão relacional é priorizar a dinâmica social-histórica, para outros ela já corresponde à base social-geográfica, enquanto outros, além de considerarem o contexto histórico e geográfico, veem o território como movimento.

Na Bahia, em conformidade com o que vinha propondo o MDA, o estado foi organizado espacialmente no que denominaram de Territórios de Identidade:

Alguns trabalhos destacam que o processo de implementação da política territorial de desenvolvimento da SDT/MDA na Bahia, é um caso exemplar, de profunda singularidade em relação à sistemática dos demais estados, como vê-se em Rocha e Paula (2007) e Delgado et al. (2007). Essa asserção está sustentada na crença de que a delimitação dos territórios se deu de

forma amplamente descentralizada e participativa entre Estado e sociedade, sendo a territorialidade envolvidos definida pelo reconhecimento da identidade dos sujeitos. Porém, vários estudos empíricos, como os já citados neste texto, apontam o inverso (LIMA, 2014, p. 87).

De acordo com Lima (2014), deve-se considerar como positiva essa proposição do governo baiano de conduzir de modo participativo e descentralizado a formulação de suas políticas, o que em muito se assemelha com o que sugere o MDA com a proposta de desenvolvimento territorial. Porém, a autora já aponta que estas ideias podem ser uma forma encontrada pelo Estado para garantir seus interesses, mesmo fazendo uso do que muitos veem como uma maior participação social.

Acrescenta-se, que “a lógica zonal de demarcação dos territórios, ainda que seja conduzida de maneira participativa, não atende a complexidade que pressupõe espacializar a identidade” (LIMA, 2014, p. 87).

Apesar de opiniões contrárias, ainda muito se defende uma abordagem territorial do desenvolvimento. A inserção da dimensão territorial ao conceito de desenvolvimento (rural) está relacionada a basicamente quatro argumentos:

a) renúncia às perspectivas dicotômicas entre rural e urbano, e a vinculação do rural exclusiva ao setor primário da economia; b) renúncia à ação verticalizada do poder público, que passa a estimular a descentralização e a participação social no processo de elaboração e gestão das políticas públicas, sendo o território a unidade da governança; c) perspectiva híbrida do desenvolvimento rural entre as dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional, em contraposição a abordagens setoriais; d) valorização das raízes histórico-geográficas do território, das redes sociais e de solidariedade, enquanto processos endógenos de desenvolvimento (LIMA, 2014, p.161-162).

A ideia de território, dessa forma, deve ser vista a partir da descentralização das decisões, tendo assim participação dos diversos segmentos da sociedade; e do hibridismo, que leve em conta aspectos políticos, mas que também considere as questões econômicas, sociais, ambientais, culturais e de redes que atravessam e se apropriam dos recursos e do trabalho social. Neste caso, o território é a unidade espacial de intervenção governamental na qual se pretende construir ou dinamizar uma determinada institucionalidade pública.

Mesmo sabendo que na constituição da territorialidade deve ser considerado o “viés reticular”, ainda é a lógica zonal que tem definido o território, posto que permanece sendo entendido como uma área geográfica delimitada para a atuação de projetos políticos, da mesma forma que espaços equivalentes a microrregiões (LIMA, 2014).

O uso do conceito de desenvolvimento territorial e, conseqüentemente do território,

tem ocorrido com frequência pelo Estado, por ver uma forma de garantir a formulação de políticas públicas considerando os mais diversos sujeitos. Porém, como aponta Lima (2014), corre-se o risco de acontecer uma super valorização deste conceito e de “[...] transformá-lo num conceito que não só, epistemologicamente, tem a pretensão de dar conta de toda a complexidade do espaço geográfico [...], como também, num sentido normativo, acaba se tornando uma verdadeira panacéia em termos de políticas públicas” (HAESBAERT, 2010b, p. 156 apud LIMA, 2014, p.80).

### 2.2.3 Desenvolvimento territorial: Potencialidades e limitações.

A ascensão do partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, à Presidência da República, nas eleições de 2002, reinseriu na agenda política os debates referentes ao desenvolvimento. Dessa forma, desde o início, o Governo Lula (2003), propôs romper com o modelo econômico até então vigente, e instaurar uma política de fortalecimento do mercado interno, possuindo como grande desafio “a edificação de um projeto de nação que contemplasse todos os segmentos sociais, especialmente uma ampla camada da população que historicamente foi marginalizada”(MATTEI, 2017, p. 63).

Nesse contexto, a abordagem territorial do desenvolvimento surge como uma possibilidade de crescimento econômico atrelada a uma abordagem multidimensional e descentralizada, dando voz aos diversos atores sociais.

No Brasil, a abordagem territorial do desenvolvimento ganhou força e operacionalidade nos estudos acadêmicos, nas formulações de planos e diretrizes de órgãos governamentais, bem como nos documentos e discursos da sociedade civil. Sua difusão deve-se, principalmente, à política territorial implantada pelo governo Lula, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir do ano de 2003, que desde então tem propagado as benesses dessa abordagem na promoção do almejado desenvolvimento, utilizando-a como suporte basilar na fundamentação teórico-metodológica das políticas públicas (LIMA, 2014, p. 59-60).

Tido como marco inicial para a descentralização política no Brasil, a Política de Desenvolvimento Territorial criada pelo MDA, foi vista como meio para uma inserção dos espaços rurais na economia brasileira, ao considerar não apenas o agronegócio como setor produtivo, mas considerando também proposições voltadas para os camponeses, intitulados pelo Estado de agricultores familiares.

A PDT fundamentou-se em experiências internacionais que objetivavam o envolvimento da sociedade desde o momento de planejamento, até execução e avaliação das políticas propostas.

Destaca-se as experiências internacionais em curso, a partir da década de 1990, na União Europeia – a Iniciativa Comunitária Ligações Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural- LEADER (*LEADER Community Initiative*). Esse processo é pautado no desenvolvimento rural com o objetivo da promoção de iniciativas integradas, concebidas e postas em prática à escala local. E busca apoiar os agentes rurais a valorizar o potencial dos seus territórios – e nos Estados Unidos – as Zonas de Empoderamento (*Empowerment Zones* – EZ) e as Comunidades Empresariais Rurais (*Enterprises Communities* – EC). (ALCANTARA, 2013, p.110).

Inspirado em políticas europeias exitosas, o Brasil juntamente com outros países latino-americanos, como Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Guatemala, México, Panamá e Peru, formou a rede PROTERRITÓRIOS, que trazia para o contexto da América Latina os propósitos norteadores do Programa LEADER (LIMA, 2014), que propunha:

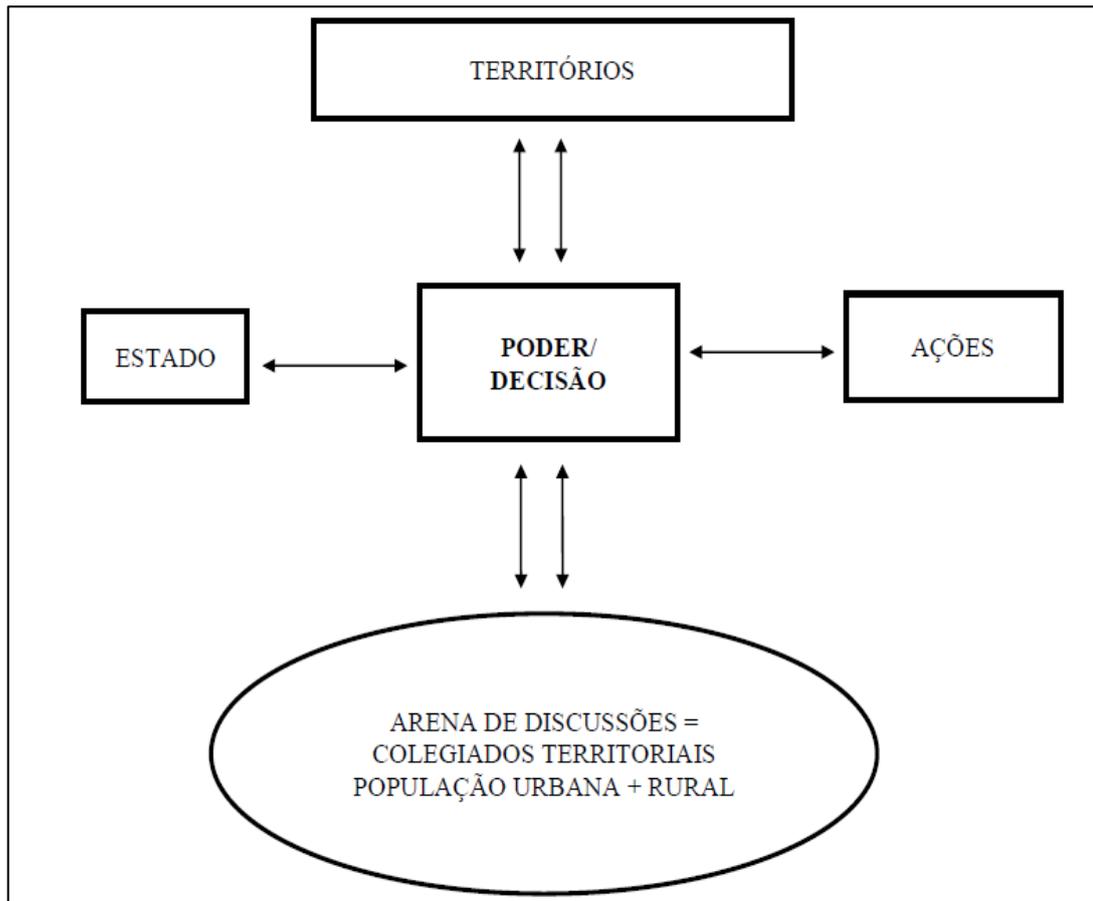
Uma abordagem inovadora na promoção do desenvolvimento de áreas rurais: a abordagem territorial e ascendente que, em síntese, consistia numa concepção multidimensional do território, na valorização dos recursos endógenos, no estímulo a participação social no processo de gestão e no fomento às redes de cooperação entre os chamados territórios rurais (LIMA, 2014, p.61).

Pautados em um modelo de desenvolvimento que envolva os atores sociais nos processos de planejamento, aplicação e avaliação das políticas públicas, os programas europeus apresentavam suas demandas num plano territorial, influenciando também os países latino-americanos a inserirem essa abordagem na formulação de suas políticas.

Além dessa tendência a descentralização e a participação da população nas formulações das políticas públicas, essa abordagem considera o território e suas múltiplas dimensões como nova escala para planejamento. Nessa conjuntura, “a *essência do desenvolvimento encontra-se atrelada ao território*. Desta maneira, as ações que têm como alvo o desenvolvimento perpassam pelo processo de reconhecimento da importância dos territórios enquanto unidade de planejamento e de gestão espacial”. (ALCANTARA, 2013, p. 110-111).

A tese de doutoramento de Alcântara (2013) apresenta um esquema que indica as novas relações de planejamento a partir da abordagem territorial. (Figura 4).

**Figura 4** - Estrutura do planejamento a partir da abordagem territorial.



**Fonte:** ALCANTARA, 2013, p.112.

Tem-se então uma nova forma de se pensar as relações de poder, por meio da descentralização das decisões, que não mais se impõe de “cima para baixo” com o Estado deliberando como se darão as intervenções nos espaços, mas que acontece pela “circulação de informação de decisão”, com as “arenas de discussões” transcorrendo nos territórios e tendo poder de decisão.

Ainda a partir das contribuições de Alcântara (2013), podemos elencar alguns marcos primordiais para a reconfiguração das proposições de políticas para os espaços rurais brasileiros: **a)** as discussões relativas aos agricultores familiares ganham proporções maiores; **b)** a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com o objetivo de “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (MDA, 2005b, p. 3); **c)** a implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT e a criação dos territórios rurais, “que mais tarde daria espaço ao Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PDSTR” (p.115); **d)** a criação, em 2008, do Programa Territórios da

Cidadania, que se consolidaria posteriormente com os Colegiados de Desenvolvimento Territorial – CODETER.

Todo este processo revelou um significativo avanço na descentralização político administrativa, ponto importante na construção do trabalho por ser o momento de mudanças, reformulações e proposições para o meio rural brasileiro, voltado para a população mais pobre e focado nos agricultores familiares (ALCANTARA, 2013, p. 117).

Somado a isso, Lima (2014) atenta para o fato que “não se podem ignorar as tessituras político-econômicas que motivaram a adoção da abordagem territorial em vários países da América Latina” (p.61).

A dita “nova” abordagem do desenvolvimento rural implantada nesses países a partir do final do século XX possui estreita relação com as orientações das agências internacionais de apoio à cooperação e ao desenvolvimento, fundos de financiamento e organismos unilaterais, tais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Comissão Econômica para América Latina (Cepal), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), entre outros (LIMA, 2014, p. 61-62).

Discorrendo a esse respeito, concordamos ao afirmar que esses órgãos internacionais, por serem protagonistas em financiamentos, influenciavam diretamente nas políticas públicas dos países que os recebiam, funcionando como “[...] uma espécie de pivô, através do qual gira uma articulação muito peculiar de interesses e competências envolvendo os campos acadêmico, político, econômico”, dando legitimidade “entre os conhecimentos produzidos cientificamente, a definição de políticas públicas no âmbito de países e governos locais, e a normatização dos procedimentos por estes organismos internacionais” (FAVARETO, 2006, p. 131 apud LIMA, 2014, p. 62).

Entender essa relação com órgãos externos nos leva a reconhecer que as definições e aplicabilidades de políticas públicas no Brasil relacionam-se com o contexto globalizante vivido mundialmente. Assim, deve-se atentar ao fato de que os “territórios não são ilhas, pois se situam em meio a um contexto nacional e internacional que possui uma dinâmica social, econômica, cultural, política, ou de outra natureza, que é sistêmica e que influencia, pressiona e delimita os espaços de ação dos agentes” (SCHNEIDER, 2004, p. 24-25).

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o governo brasileiro tem passado por modificações quanto ao papel do Estado na organização, planejamento e execução de políticas públicas, levando a uma crescente descentralização das decisões tomadas, com a diminuição das ações verticalizadas e centradas no Governo Federal.

Nesse processo de descentralização, a abordagem territorial do desenvolvimento instituída pelo MDA surge como um grande avanço no modo de se planejar política pública no

Brasil, por atender as proposições internacionais vigentes; e a âmbito nacional, aparentar ser uma proposta que atendesse as bandeiras de lutas defendidas por muito tempo pelos movimentos sociais (LIMA, 2014).

No primeiro mandato Lula (2003), com a criação do PRONAT e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – ambas atreladas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – o Estado brasileiro reconheceria a produção no espaço rural em escala familiar, e daria legitimidade ao agora identificado como “agricultor familiar”. Além disso, as políticas públicas pensadas para o desenvolvimento dos espaços rurais brasileiros, apoiadas num momento de forte redemocratização, passaram a defender uma maior participação social nos espaços decisórios, com o envolvimento dos mais diversos segmentos sociais na discussão, elaboração e gestão das PDT.

Mais de quinze anos após o início das novas estratégias de desenvolvimento rural pautadas na escala territorial, muitos estudos foram desenvolvidos, apontando potencialidades da Política de Desenvolvimento Territorial Rural, assim como indicando fragilidades e desafios na sua continuidade.

Não há dúvidas de que a década passada foi, sob vários aspectos, uma década vitoriosa – houve uma acentuada redução da pobreza e uma inédita redução da desigualdade, o país experimentou um crescimento econômico continuado, houve uma redução do ritmo do desmatamento, maior democratização; porém, para o caso das regiões rurais brasileiras especificamente, seria um erro imaginar que a simples continuidade da combinação entre mais recursos para a agricultura familiar e fortes políticas sociais, marcas do último período, bastará para que os resultados positivos se repitam e seus efeitos sigam sendo ampliados. Diferente disso será preciso inovar nos instrumentos de política, sob pena de ver estes resultados positivos minguaem (FAVARETO, 2006, p. 1).

Na busca pela superação da dicotomia existente entre rural e urbano, a SDT inseriu com destaque a abordagem territorial na concepção e execução de políticas públicas, na intenção de condicionar maior participação dos múltiplos sujeitos no planejamento das PDT, com o objetivo de promover o desenvolvimento para os espaços rurais.

O território passa a ser considerado o “sujeito ativo do desenvolvimento”, por ser o “recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se manifesta a expressão de relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais”. (DALLABRIDA, 2006, p. 216). Assim, considerando autores referenciais na ciência geográfica e pautado nas relações de poder, Dallabrida (2006) define território como “[...] uma fração do espaço historicamente construída através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam nesse âmbito espacial, apropriada a partir de relações

de poder”, sendo que, essas relações de poder são “sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas, emanadas do Estado, de grupos sociais ou corporativos, instituições ou indivíduos” (p.161).

A partir dessa definição, os espaços decisórios instaurados pela Política de Desenvolvimento Territorial, por buscar envolver os atores dos mais diversos setores da sociedade, consideraria a diversidade social e cultural dos diferentes contextos, para assim propor uma política que atendesse aos anseios e estratégias específicas de cada território e potencializasse as ações ali desenvolvidas, sempre tendo em vista o alcance do almejado desenvolvimento.

Pensando em estratégias eficientes para um desenvolvimento nacional, Brandão (2012), acredita que é preciso enfrentar as relações de poder engendradas em benefício de comandos tradicionais. Assim, esses espaços de participação social pensados pela PDT deveriam assumir esse papel de “distorcer a correlação de forças, importunar diuturnamente as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder” (p.201); desse modo, teríamos um jogo político em que os interesses dos diferentes atores estariam em pauta.

Nesse contexto, fugindo da noção “vulgar” de que desenvolvimento traz inerente sentido de calma, tranquilidade e equilíbrio, é preciso deixar claro que o desenvolvimento significa, por sua própria natureza, um estado de tensão. Significa predispor-se o tempo todo, a embaçar, estorvar, transtornar e obstaculizar as forças do atraso estrutural. [...] O desafio político é *ganhar poder de comando sobre os centros de decisão*, em uma situação em que alguns poucos “nichos decisórios” estão internalizados e a maioria sob controle externo, e em que há o progressivo estreitamento dos horizontes temporais (e da legitimidade) para as ações públicas estruturantes e coordenadoras (BRANDÃO, 2012, p. 200-202).

Entendendo o desenvolvimento como um processo, que pelas pautas da PDT situam-se territorialmente, a participação nos espaços decisórios é de extrema importância, ao considerar participação “como vetor para a eficácia das Políticas Públicas com o propósito de atender aos interesses coletivos” (ALCANTARA, 2013, p.107); porém, para isso, deve-se considerar e realmente tornar ativa a voz dos agentes sociais.

O enfoque territorial do desenvolvimento adotado pela PDT para os espaços rurais ao ter o território como o espaço de planejamento e execução, tencionava atender as demandas dos movimentos sociais e tornar os sujeitos protagonistas tanto nas discussões e articulações, quanto na implementação das políticas públicas. Para Delgado e Leite (2015),

a política territorial rural, não obstante o predomínio dos projetos produtivos para a agricultura familiar, representa uma inovação institucional importante no sentido de incorporar as demandas dos diferentes povos e populações tradicionais existentes no meio rural na política pública do governo federal. O aspecto fundamental da abordagem territorial era a tentativa de consolidar

a democracia, construir uma nova cultura política no meio rural e aumentar a autonomia de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e populações tradicionais (p. 240).

No entanto, Lima (2014) aponta que essa participação social pode tornar-se “mera gestão dos recursos públicos, cabendo aos membros da sociedade civil assumir funções e responsabilidades restritas à implementação e execução das políticas públicas, em detrimento da partilha da decisão no processo de formulação dessas políticas” (p.78), o que pode vir a “ocultar concepções perversas que subvertem a lógica dos movimentos sociais” (p.79).

O estreitamento entre Estado e sociedade civil, pode constituir-se numa confluência perversa, visto que o alargamento da democracia, que se manifesta na criação de espaços públicos, bem como na crescente participação da sociedade no processo de gestão das políticas públicas, pode tornar-se uma estratégia do Estado em alavancar seus intentos neoliberais. A luta pela constituição dos espaços públicos é um marco importante na democratização da sociedade brasileira, todavia a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida historicamente pelos esforços dos movimentos sociais na instalação do projeto democratizante e participativo, pode servir a uma tônica do projeto que lhe é antagônico: o modelo neoliberal (DAGNINO, 2004b).(LIMA, 2014, 79).

A partir das propostas, tidas como inovadoras e pautadas na participação social, os debates propostos passariam a dar voz a atores sociais antes silenciados. Diante disso, conflitos de interesses seriam viabilizados, indo além de questões eleitorais e interesses das prefeituras (DELGADO; LEITE, 2015), o que tornou a escala municipal inadequada, fortaleceu ainda mais a necessidade de descentralização das decisões e elevou o território a escala mais coerente. Assim, “o território emerge como nova unidade de referência para a atuação do Estado e a regulação das políticas públicas”(SCHNEIDER, 2004, p.102).

Deve-se reconhecer as limitações e dificuldades percebidas quando se busca analisar os espaços decisórios propostos pela Política de Desenvolvimento Territorial, porém, da mesma forma devemos ressaltar o caráter inovador apresentado, ao envolver a população em debates, formulações e avaliação de uma forma nunca antes pensada pelo Estado. Sobre esses avanços “considera-se a tentativa de encarar esse processo como de transformação social, onde se pode articular o produtivo e o social e confiar em composições institucionais, ou como paradigma organizacional, como a figura dos colegiados territoriais” (ALCANTARA, 2013, p. 183).

Proposições retomadas por Schneider reconheciam que a abordagem territorial do desenvolvimento rural para “produzir transformações produtivas e institucionais simultaneamente, ampliar o conceito de rural para além da agricultura e valorizar a heterogeneidade dos territórios, bem como sua capacidade endógena de desenvolver

capacitações e iniciativas assentadas na sua identidade socialmente legitimada” (SCHNEIDER, 2004, p. 106), deveria levar em consideração as seguintes premissas:

Primeiro, é num ambiente cada vez mais competitivo que se dão as chances de sobrevivência das unidades de produção. Segundo, a inovação tecnológica continua a ser uma variável-chave para elevar a produtividade da mão-de-obra e as rendas da população rural. Terceiro, a competitividade é um fenômeno sistêmico e depende dos ambientes e dos territórios. Quarto, a demanda externa exerce um apelo decisivo sobre as transformações produtivas locais e territoriais. Quinto, os vínculos rural-urbanos são fundamentais ao desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas em um território. Sexto, o desenvolvimento institucional tem importância fundamental para o desenvolvimento dos territórios. Sétimo, o território não é um espaço físico objetivamente existente, mas uma construção social, isto é, um conjunto de relações sociais que se originam e se expressam em uma identidade e em um sentimento de pertencimento compartilhado por agentes públicos e privados (SCHNEIDER, 2004, p. 105-106).

Análises do que vem se propondo acerca do desenvolvimento territorial rural têm levado a divergências entre muitos estudiosos. A título de brevemente apresentar essas contraposições, atentamo-nos as críticas de Lima (2004) quando em sua dissertação de mestrado entende que a PDT “revela sérias fragilidades conceituais e também operacionais. Apesar de se combater a abordagem regional, o que se tem chamado de território normativo, não deixa de ser uma nova forma de regionalização do espaço” (p.85).

Já Delgado e Leite (2015), apresentam positivamente as propostas da Política de Desenvolvimento Territorial Rural:

A Política de Desenvolvimento Territorial no meio rural representou um avanço considerável, isto é uma *inovação institucional*, ao implementar um formato mais adequado a ampliação da capacidade de participação social dos atores no processo de diálogo, negociação, desenho e planejamento de políticas públicas, incrementando aquilo que poderíamos denominar como um dos atributos da capacidade governativa e da gestão social dos processos de desenvolvimento. É certo que esse acúmulo apresentou-se de forma completamente desigual nas diversas experiências existentes, tanto no que tange ao seu grau de cobertura (a capacidade de inclusão dos mais diferentes atores locais), como no que se refere ao seu grau organizacional (a forma pela qual se deu a constituição efetiva dos espaços e procedimentos utilizados nas diferentes etapas do ciclo da gestão social) e ao seu grau de efetividade social (a representatividade e o alcance dos resultados alcançados com as ações operadas pela política – tanto em relação aos instrumentos adotados como em relação a forma como os mesmos foram empregados). (DELGADO; LEITE, 2015, p. 254).

A abordagem territorial então proposta, dentre outras coisas buscou romper com a abordagem setorial, alterar a escala de abrangência para a escala territorial, e apresentar indícios de superação da persistente dicotomia entre urbano e rural.

Nesse contexto, tanto no primeiro quanto no segundo mandato do Governo Lula, buscou-se, por meio principalmente da SDT, “apoiar as organizações sociais e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na participação da construção de um desenvolvimento sustentável”, além de propiciar uma “maior articulação dos diferentes níveis de governo”, atendendo assim a proposta de descentralização de um governo que mesmo mantendo práticas neoliberais, “combinou igualmente esforços para o arrefecimento da pobreza e da fome, o combate à exclusão social, e a diminuição das desigualdades regionais” (SILVA, 2012, p.96), ao concentrar forças na universalização ao acesso a programas e benefícios básicos ao cidadão e impulsionar uma melhor dinâmica econômica para os espaços com maior pobreza rural.

A partir de 2011, com o Governo Dilma Rousseff, os programas que vinham sendo desenvolvidos continuaram suas atividades, e deram-se continuidade as políticas territoriais de desenvolvimento. Porém, a instabilidade política vivenciada no segundo Governo Dilma (PT) instaurou um clima de incertezas em vários segmentos da sociedade brasileira. Essa insegurança toma forma quando se concretiza o Golpe de 2016, com o Impeachment depresidente; e o seu vice, Michel Temer (PMDB) assumindo a presidência.

Dentre as ações do presidente interino, voltaremos a atenção para a publicação no Diário Oficial da União (DOU) da extinção de nove ministérios, dentre eles, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que inicialmente teve suas questões assumidas pela chamada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, sendo esta subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Social – que tornou-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

Com a publicação do Decreto nº 780 de 27 de maio de 2016 a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, assim como a Secretaria de Reordenamento Agrário, a Secretaria da Agricultura Familiar, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial são transferidas para a Casa Civil da Presidência da República.

Nesse novo cenário, têm-se inconstâncias e receio de retrocesso nas políticas públicas formuladas e executadas pelo extinto MDA, principalmente aquelas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Em artigo publicado no site oficial do MDA, Marenilson Batista da Silva (Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA) e Hur-Ben Corrêa da Silva (Coordenador de Inovação e Sustentabilidade do MDA), afirmam:

Estamos vivendo dias de muitas incertezas. Ou serão meses? Quiçá anos?  
Nas nossas andanças sempre somos indagados. E a crise, quando vai passar?

Esta é a campeã no ranking das perguntas. Mas tem outra pergunta que é recorrente. “Qual será o futuro da Extensão Rural?”(...)Provavelmente encontraremos defensores de que a Extensão Rural deveria voltar para o Ministério da Agricultura, visto que o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto. Outros apostam suas fichas que, com a ANATER agora vai. Escutamos alguns que dizem “A extensão Rural é muito forte, não tem como acabar”. E vai um rosário de possibilidades.(MDA, s/d).<sup>11</sup>

Naquele momento, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Alberto Broch, em entrevista para o programa televisivo Globo Rural, também lamenta o fim do MDA:

“Nós somos extremamente contra a medida de extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para nós é golpe, para a agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável. Apesar das divergências, trabalhávamos bem. A agricultura familiar merece ter uma estrutura de políticas públicas para desenvolver a atividade”(CONTAG, 2016).

Em nota pública emitida em 20 de maio de 2016, a diretoria da CONTAG manifesta repúdio e indignação quanto ao fim do MDA e a transferência de suas funções: “Extinguir o MDA é negar a importância social e econômica comprovada da agricultura familiar na produção de alimentos para a soberania e segurança alimentar, que tirou o Brasil do ‘Mapa da Fome’ das Nações Unidas” (CONTAG, 2016).

A Nota (CONTAG, 2016) ressalta o quão atingido serão os “milhões de homens, mulheres e jovens da agricultura familiar, acampados e assentados de reforma agrária, quilombolas, extrativistas e comunidades tradicionais que vivem nas regiões rurais” que tinham por meio do MDA possibilidades de apresentarem suas demandas e buscarem soluções para os problemas vivenciados no campo brasileiro, tanto nos aspectos econômicos quanto sociais.

Tem-se um consenso quanto a importância assumida pelo MDA na formulação e na implementação das políticas públicas voltadas para a ascensão da agricultura familiar, o que concede ao fim desse ministério um caráter de involução da extensão rural brasileira.

Para Ulisses Ferreira de Oliveira, “o MDA conseguiu erguer o pequeno produtor mas, certamente, não foi capaz de deixar consolidada a política para tornar a sociedade capaz de ver no mesmo patamar grandes empresários e agricultores familiares”. Acrescenta ainda,

Nesses 16 anos de existência do ministério, o MDA tornou-se referência no Brasil e no mundo em políticas voltadas ao seu principal público alvo, com conquistas importantes como a lei do PAA, a Lei do PNAE a ampliação,

---

<sup>11</sup>Artigo publicado por Marenilson Batista da Silva (Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural do MDA) e Hur-Ben Corrêa da Silva (Coordenador de Inovação e Sustentabilidade do MDA). Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/futuro-da-extens%C3%A3o-rural>. Acessado em 21 de maio de 2019.

desburocratização e diversificação do crédito do Pronaf, com o lançamento do SIPAF - que é o selo Aqui Tem Agricultura Familiar tão reconhecido no mercado nacional -, a abertura de mercados internacionais diversos para cooperativas da agricultura familiar, a inserção da temática da agricultura familiar em linhas de pesquisa da Embrapa, o incentivo a organização de produtores em associações e/ou cooperativas, a aprovação da lei da assistência técnica e extensão rural – ATER, a criação conjunta com órgãos como a FAO de políticas mundiais de combate a pobreza e a fome através de programas que apóiem a agricultura familiar(CAFÉPOINT, 2016).

Sobre os impactos da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e sua reformulação na condição de secretaria, Oliveira (2016) atenta para o fato da agricultura familiar não mais ter “acesso direto a presidência da República”, sendo suas reivindicações “repassadas a um ministro que poderá filtrar o que acreditar ser mais urgente entre as suas diversas funções, pois não tem a obrigação exclusiva de fortalecimento da agricultura familiar”.

Perde, também, se a junção diz respeito ao entendimento equivocado de que a agricultura familiar não tem importância produtiva e sim social. (...) Perdemos, ainda, porque todos os avanços alcançados estavam caminhando para um entendimento dos agricultores familiares de que as políticas não eram um benefício mas, sim, um direito, pois com a consolidação de muitas dessas políticas em leis a garantia da continuidade era evidenciada(CAFÉPOINT, 2016).

O fim do Governo Temer e a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro (PSL) não significou mudanças substanciais nas políticas públicas para a agricultura familiar. Desde o início da transição de governo, tem-se apresentado propostas que trarão poucos benefícios para o agricultor familiar brasileiro.

O Instituto de Economia Agrícola (IEA), em publicação de fevereiro de 2019, apresentou análise das primeiras medidas do Governo Federal neste ano, e avaliou os impactos dessas medidas para a agricultura.

Em janeiro de 2019, o governo Bolsonaro iniciou seu mandato com medidas que podem impactar negativamente a agropecuária brasileira, responsável pelo maior volume e valor de exportações do país e por abastecer a mesa da população, ambos com importância para a economia do país (IEA, 2019).

Dentre as medidas previstas pelo atual governo que poderão “impactar negativamente” a agricultura, tem-se: **a)** A Medida Provisória n. 870, de 01 de janeiro de 2019, extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e transferiu sua competência para o Ministério da Cidadania, que passa a ser o responsável pela criação de políticas da área; **b)** A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, que era da Casa Civil, da Presidência da República, teve seu status reduzido na

estrutura do governo, passando as competências de coordenação, normatização e supervisão do processo de regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal, expedição dos títulos de domínio correspondentes e efetivação da doação em áreas urbanas, para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), executor da reforma agrária e do ordenamento fundiário nacional, e) As demais atribuições da antiga pasta - serão tratadas na atual Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, ligada ao Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).(IEA, 2019, p. 1-2).

Algumas inconstâncias nas falas dos representantes do governo e as ações previstas também merecem destaque. Um exemplo disso, é a ministra Tereza Cristina (MAPA) se comprometer a dar tratamento especial à agricultura familiar, ao mesmo tempo em que a deixa apenas ligada a um órgão do ministério, fato que leva a conclusão de que esta não está entre as prioridades do governo, tendo assim, pouca relevância.

O ministro da Casa Civil, naquele momento, OnyxLorenzoni, propôs nas metas dos 100 dias ampliar a validade das Declarações de Aptidão (DAP), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, porém:

A transferência da Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para o MAPA é indício de que o novo governo tirou o setor das prioridades. Isso poderá trazer consequências negativas para as políticas públicas aos produtores familiares, como diminuir os recursos do PRONAF; abalar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem os objetivos básicos de promoção do acesso a alimentação e incentivo à agricultura familiar<sup>19</sup> e alterar as propostas do Plano de Safra da Agricultura Familiar (IEA, 2019, p. 3).

Constata-se, principalmente a partir de 2016, uma recessão nas políticas públicas para a agricultura familiar, o que tem fomentado debates e enfrentamento daqueles que veem nas ações do MDA ganhos significativos para os agricultores/camponeses.

Neste trabalho, levaremos em consideração as críticas e limitações apresentadas por diversos autores quanto a PDT, assim como as potencialidades e avanços apresentados ao longo de anos de análises e produções acadêmicas sobre tal temática. Porém, buscando analisar essa política pública por meio de um paralelo com as reconfigurações políticas ocorridas no Brasil nos anos atuais, objetivamos analisar a efetividade das políticas públicas de desenvolvimento territorial, realizando um paralelo comparativo entre o Brasil governado pelo partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores, e o Brasil pós Golpe de 2016; tendo como objeto de acareação à COFASPI e a sua atuação nos municípios que compõem o Piemonte da Diamantina.

### 3 CENÁRIO REGIONAL DA PESQUISA

#### 3.1 Territórios de Identidade na Bahia

A regionalização dos espaços nacionais pelo poder público não é um fato recente. Ela ganha mais notoriedade com o advento da República Velha e a criação de instituições de caráter geográfico nos anos 30 do século XX, e foi adquirindo novos formatos ao assumir, ao longo da história, diferentes critérios<sup>12</sup>.

Será considerada aqui a mais recente regionalização adotada pelo governo baiano, os Territórios de Identidade (2010) que fundamentada nas proposições defendidas a nível federal – por meio da Política de Desenvolvimento Territorial adotada pelo MDA – propunha um desenvolvimento voltado para os espaços rurais.

Ao levar em conta a heterogeneidade e as concepções do desenvolvimento territorial disseminadas pelo MDA, o Estado da Bahia passou a utilizar três políticas de indução à formação de territórios: o Programa Territórios Rurais (TRs) e o Programa Território da Cidadania (TCs), ambos do Governo Federal; e o Programa Territórios de Identidade (TIs), gestado em uma dimensão estadual e que subdividiu todo o estado, inserindo os 417 municípios baianos em 27 unidades territoriais. (Figura 5).

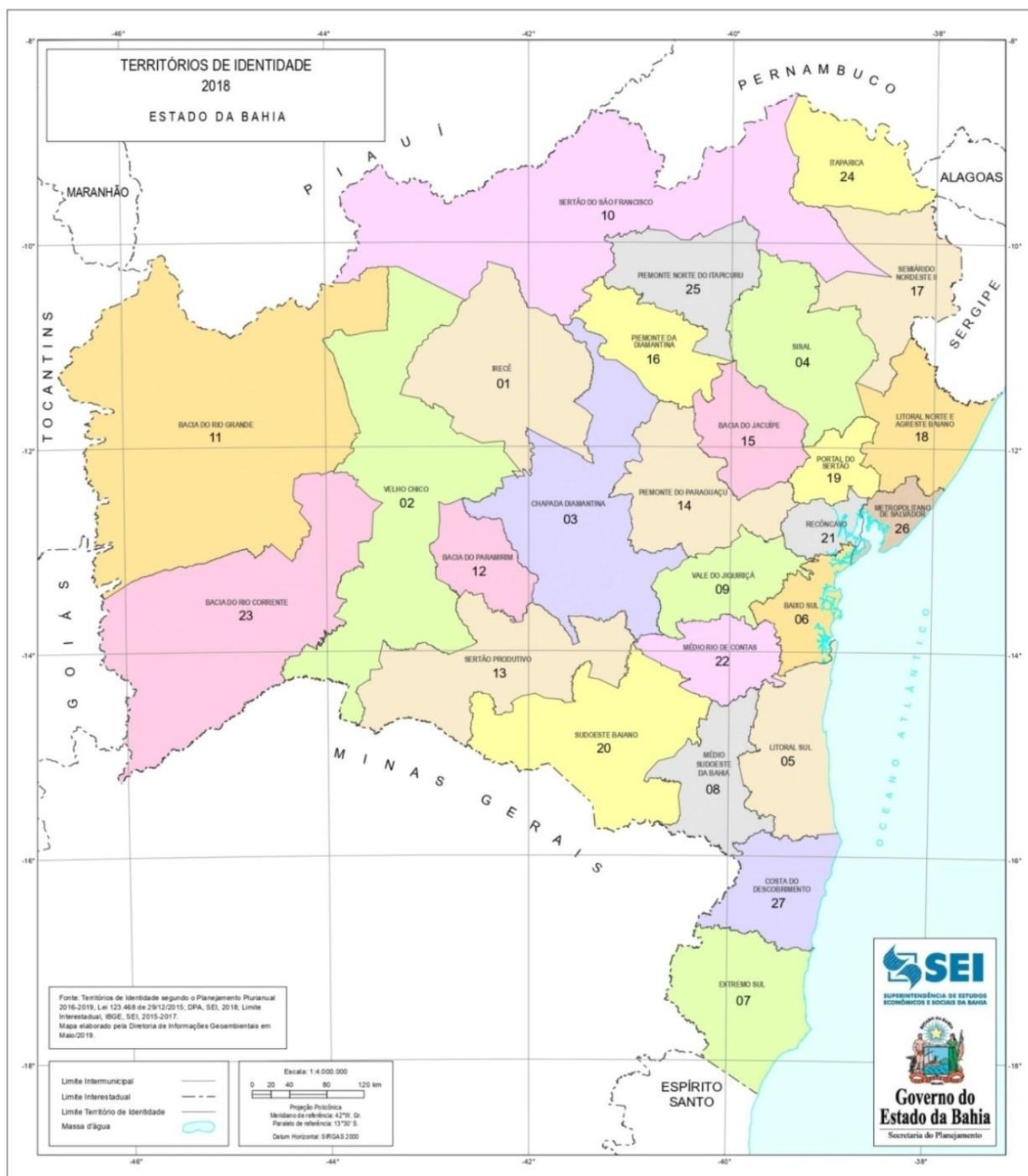
O Programa Territórios de Identidade<sup>13</sup> estão inseridos nas estratégias do governo estadual baiano, que em consonância com os propósitos do Governo Federal, defendidos principalmente por meio do MDA, buscava a promoção do desenvolvimento territorial, com ênfase em um modelo de desenvolvimento democrático, sustentável, e pautado na participação social.

---

<sup>12</sup>É significativa a bibliografia a esse respeito, mostrando a evolução da divisão regional e das nacionalizações do Brasil. Ver Santiago, J. P. A Geografia no Brasil: A contribuição de Manuel Correia de Andrade. Recife. UFPE. Dissertação de mestrado. 1990.

<sup>13</sup>Este Programa foi instituído pelo Governo do Estado da Bahia através do Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010.

**Figura 5 -Territórios de Identidade da Bahia, 2018.**



Fonte: SEI, 2018.

Pautados no propósito de participação social, com a formulação e implementação das políticas públicas partindo do debate, nos espaços decisórios, entre os diversos atores sociais, foram instituídos<sup>14</sup> dois espaços de referência para planejamento, discussão e acompanhamentos das atividades propostas:

a) **CEDETER** (Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial) – órgão de “caráter consultivo e de assessoramento, vinculado à Secretaria do Planejamento, com a finalidade de subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável e solidário do Estado da Bahia”. (Bahia, 2014).

b) **CODETER** (Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável) – “fóruns de discussão e de participação social, constituídos por representantes do poder público e da sociedade civil presentes nos Territórios de Identidade, com a finalidade de promover a discussão local das ações e projetos de desenvolvimento territorial sustentável e solidário”.

Na sua composição, os CODETERs deverão considerar a diversidade presente nos grupos sociais organizados, considerando tanto as proposições do poder público quanto da sociedade civil que compõe cada Território de Identidade. (Bahia, 2014).

Sobre esses espaços, Rios (2018) nos diz:

São órgãos/agentes de construção de agenda de políticas públicas sobre um determinado espaço geográfico: o território de identidade, *locus* privilegiado e unidade de análise da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia. Sob essa perspectiva, são trabalhados os seguintes instrumentos de prática: a) leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA); b) planos territoriais de desenvolvimento sustentável e solidário e os planos setoriais; c) gestão associada de serviços públicos; e d) zoneamento ecológico-econômico. Logo, mencionados agentes serão partícipes da discussão, elaboração, monitoramento e avaliação dos sobreditos instrumentos com o norte na categoria territórios de identidade (p. 229).

Os TIs, entendidos como unidades de planejamento do Estado da Bahia, consideraram diferentes aspectos nas suas delimitações territoriais, valorizando critérios sociais, culturais, geoambientais, político-institucionais e econômicos, além de atrelar a essas dimensões a ideia de pertencimento, com o reconhecimento dos indivíduos enquanto membros de um espaço coletivo, historicamente construído, e ao qual pertencem identitariamente; o que amplia as condições de coesão social e territorial. (Bahia, 2014).

A adoção dos Territórios de Identidade foi um grande avanço para o planejamento público na Bahia, pois, não apenas, revela e considera toda a diversidade (cultural, ambiental, econômica e social) existente no estado como também, estabelece um novo paradigma na formulação das políticas públicas: em vez de o Governo planejar **PARA** a sociedade este passa a fazer isto **COM** a sociedade. E para tanto, precisa respeitar a organização

---

<sup>14</sup>Lei Estadual nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014.

espacial que a população se sente pertencer e naturalmente estabelece seus vínculos e interrelações. (SEPLAN, p.7, s/d). – Grifos próprios.

Para alguns autores, o formato como se deu a efetuação da Política de Desenvolvimento Territorial na Bahia é exemplar. ”Essa asserção está sustentada na crença de que a delimitação dos territórios se deu de forma amplamente descentralizada e participativa entre Estado e sociedade, sendo a territorialidade definida pelo reconhecimento da identidade dos sujeitos envolvidos” (LIMA, 2014, p. 87).

Acredita-se que ao considerar a pluralidade social, cultural, econômica e ambiental na proposição de ações de políticas públicas pensadas para o estado baiano – e ao incorporar as formulações do governo federal quanto ao desenvolvimento territorial – a Bahia avança na busca por um modelo de gestão social que esteja pautado nas especificidades de cada território instituído, no fortalecimento de “redes de cooperação, de diálogo e de execução de políticas públicas que permitem, por suavidade, a construção de novos arranjos institucionais, com garantia da participação da sociedade civil e do controle social” (PERAFÁN; OLIVEIRA, s/d, p.17).

Nesse contexto, tem-se como objeto de estudo o Território de Identidade Piemonte da Diamantina, que aparece no mapa da Figura 5 com o número 16. Tal escolha ocorreu por considerar que por meio da análise da atuação da COFASPI, tornar-se-ia viável compreender de que maneira a Política de Desenvolvimento Territorial interfere na dinâmica dos agricultores familiares moradores dos municípios que o compõem.

### **3.2 Território de Identidade Piemonte da Diamantina – Bahia**

O recorte de análise dessa pesquisa é o Território de Identidade Piemonte da Diamantina – Bahia (TIPD), situado no Centro Norte Baiano, e atualmente composto por nove municípios (Figura 6): Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova.

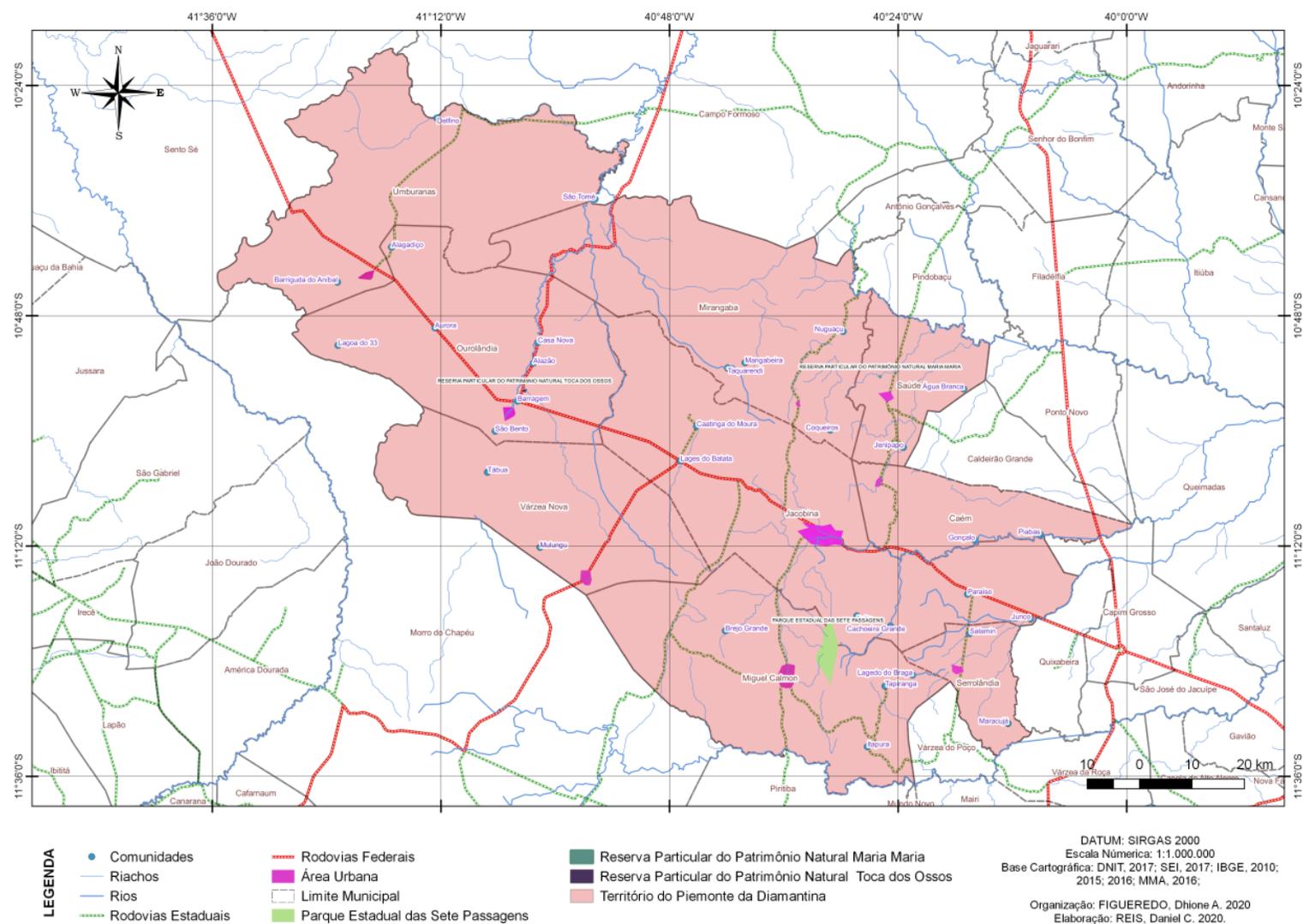
As principais rodovias que interligam os municípios do TIPD são: a rodovia federal BR-324, que faz a ligação entre a região norte da Bahia e Feira de Santana, considerada como uma das mais importantes; e as rodovias estaduais BA-131 (entre Miguel Calmon, Caém e Saúde), a BA-368 (Ouroândia e Umburanas), a BA-144 (Várzea Nova) e BA-417 (Serrolândia).

Nesse território, o município de Jacobina se destaca tanto por ser o mais antigo e originar outros oito municípios, quanto por apresentar maior índice populacional, ser um polo

educacional e comercial da região, e apresentar um dinamismo econômico próprio, característico de locais com atividades mineradoras.

A história de Jacobina, e conseqüentemente do Piemonte da Diamantina, possui intensa relação com o ciclo da mineração no Brasil. Devido a intensa busca por metais preciosos, o povoamento da área intensificou-se, e as primeiras vilas surgiram por meio da Carta Régia portuguesa (Vila Santo Antônio de Jacobina). Com o crescimento das atividades ligadas a mineração, atreladas a criação de gado, novos povoados foram surgindo, e posteriormente deram origem a novos municípios.

**Figura 6 - Território de Identidade Piemonte da Diamantina - BA.**



O TI Piemonte da Diamantina situa-se no centro-norte da Bahia, nas cabeceiras dos rios Salitre, Itapicuru-Açu e Itapicuru-Mirim, e faz parte da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e das bacias hidrográficas do Atlântico Leste.

Quanto aos aspectos climáticos, todos os municípios que compõem o Piemonte da Diamantina estão localizados na região semiárida, onde predomina no oeste de Miguel Calmon e de Mirangaba um clima semiárido acentuado, com índices pluviométricos anuais entre 500 mm e 620 mm; em Ouro-lândia, Umburanas, Várzea Nova e localidades rurais de Jacobina, têm-se extremos entre 400 e 500 mm, abrangendo a depressão do Rio Salitre, onde indica regime de aridez; em Saúde (1.080 mm), Mirangaba (975 mm), Jacobina (841 mm) e Caem (819 mm), temos a zona climática subúmida a seca, corresponde às regiões com influência das serras, por efeito das chuvas orográficas e frentes úmidas na encosta oriental da Serra da Jacobina. (BAHIA, 2010).

Encontram-se no território cinco açudes que apresentam importância hídrica: França (Miguel Calmon), Pedras Altas (Caém e Jacobina), Pindobaçu (Saúde), São José do Jacuípe e Serrote (ambos em Serrolândia).

Quanto ao solo e a vegetação que predominam no território, tem-se:

Predominam no território os solos do tipo Cambissolos Háplicos e Latossolos Vermelho-Amarelos. Ocorrem ainda Argissolos, Neossolos e Planossolos. As melhores aptidões para lavouras estão nos Cambissolos Háplicos (em Jacobina e Mirangaba), especialmente para cultivos que necessitem de pouca água (BRASIL, 1981, 1982; BAHIA, 2013). A Caatinga Arbórea e Arbustiva, os Contatos Caatinga-Floresta Estacional e Cerrado – Floresta e Vegetação Secundária formam a paisagem vegetal do território. Há Tensão Ecológica nos Contatos Cerrado – Floresta e Caatinga-Floresta Estacional, no entorno da Serra de Jacobina. Nessas áreas, há ocorrência de Refúgio Ecológico Montano (SEI, 2018, p. 117).

O uso do solo se dá principalmente para o cultivo do sisal (Figura 7), para policulturas e pastagens (Figura 8).

**Figura 7** - Plantação de sisal, Ourolândia - BA.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

**Figura 8** - Pastagens, zona rural de Várzea Nova - BA.



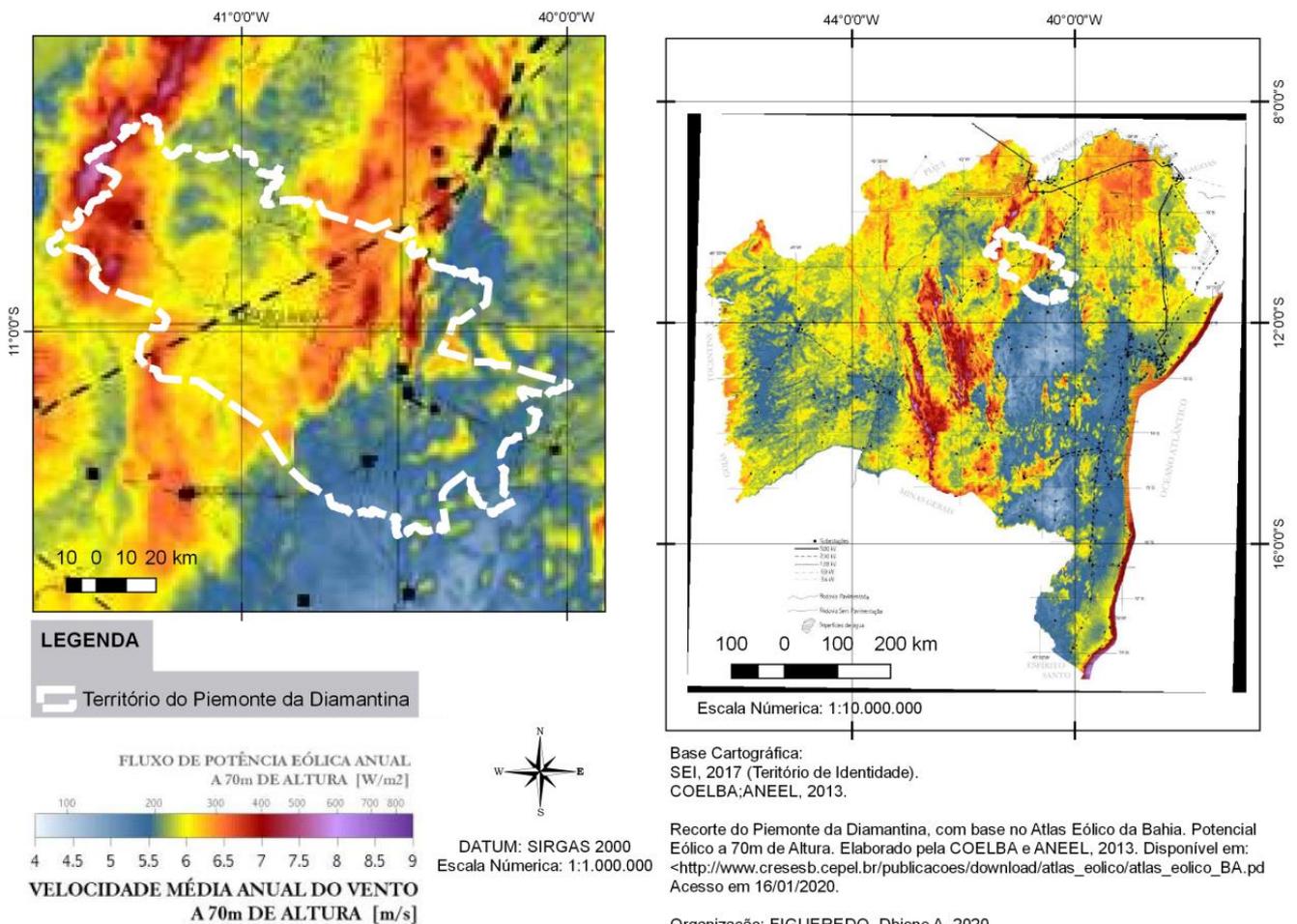
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

Também são prevaletentes ocorrências minerais nesse território: “ouro em Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba e Saúde, manganês em Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Saúde e Umburanas e mármore em Mirangaba e Ourolândia”. Tem-se ainda a presença do calcário, tungstênio, bário, cromo, quartzo hialino (cristal de rocha), vermiculita, esmeralda (em Mirangaba e Saúde) e quartzo, dentre outros (SEI, 2018).

Mais recentemente, o Piemonte da Diamantina tem se destacado a nível nacional com grande potencial eólico, como nos mostra o Mapa de Potencial Eólico (Figura 9).

Nota-se de quanto potencial dispõe o Piemonte da Diamantina para geração de energia eólica. Essa realidade tem alterado a paisagem e a dinâmica rural de alguns municípios do TIPD, com a construção de parques eólicos (Figura 10) e a implantação da empresa de fabricação de torres, a TEN - Torres Eólicas do Nordeste (Figura 11).

**Figura 9** - Mapa de Potencial Eólico do Território de Identidade Piemonte da Diamantina - BA.



**Figura 10** - Parque Eólico Serra da Babilônia, Umburanas - BA.



Fonte:Google Maps / Helenildo Silva, 2018,2019.

**Figura 11** - Fábrica Torres Eólica do Nordeste, Jacobina - BA.



Fonte:TEN, 2019.

Culturalmente, destacam-se no Território de Identidade Piemonte da Diamantina

a marujada, as romarias, as festas juninas, as serras e as cachoeiras, dando condições para o turismo ecológico e de aventura. Assim como parte do potencial hidrográfico, “as cachoeiras também colocam a região como polo turístico, contando com o Parque das Cachoeiras e com a Estância Ecológica Bandeirantes, em Jacobina, e ainda as cachoeiras do Paiaiá e Paulista, no município de Saúde” (SEI, 2018, p.136).

São identificadas no Piemonte da Diamantina quatro unidades de conservação:

- a) o Parque Estadual das Sete Passagens (PESP) – de competência a esfera estadual e localizado nos municípios de Miguel Calmon e Jacobina, que tem se destacado no ecoturismo, devido suas inúmeras cachoeiras, apresentando um fluxo constante de visitação;
- b) Parque Natural Municipal das Macaqueiras –localiza no município de Jacobina, e atualmente tem recomendações do Ministério Público para sua revitalização;
- c) RPPN Maria Maria – ainda de pouco conhecimento, situa-seno município de Saúde;
- d) RPPN Toca dos Ossos – Fica no município de Ouroândia, e atualmente tornou-se área de reposição florestal das empresas Rio Energy e Eólicas Serra da Babilônia, que têm suas atividades desenvolvidas nesse município e no município vizinho de Umburanas.

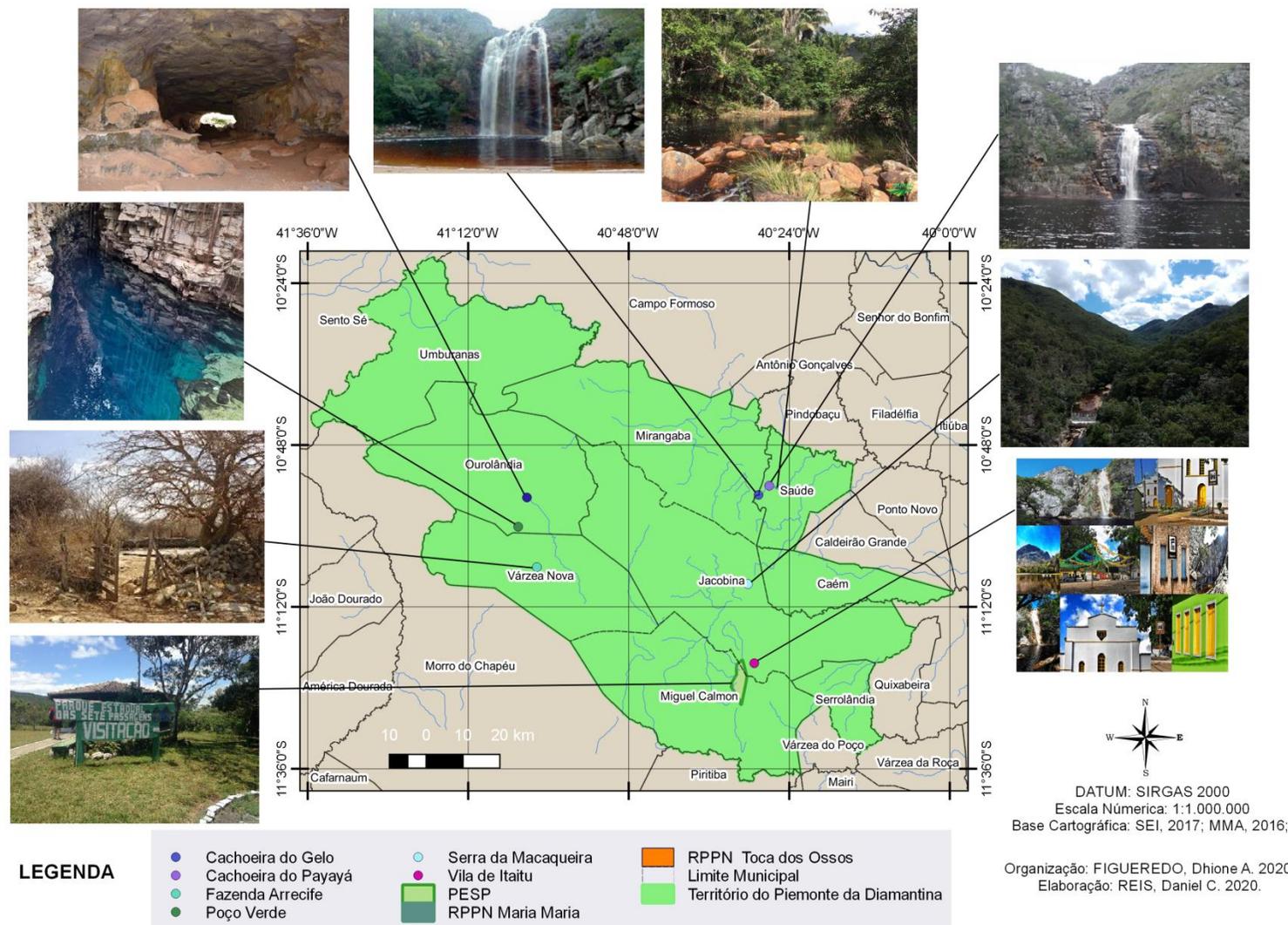
Além dessas unidades de conservação, devemos evidenciar ainda o Sítio geológico-paleontológico Fazenda Arrecife, situado no município de Várzea Nova; o Poço Verde em Ouroândia, enquanto potencial hidrográfico; a presença de cachoeiras em Mirangaba e Saúde; e a Vila de Itaitú, que com suas inúmeras cachoeiras, tem se destacado cada vez mais no ecoturismo.

O mapa apresentado na Figura 12 apresenta didaticamente as potencialidades turísticas e hidrográficas do Piemonte da Diamantina.

Como patrimônio ambiental, a Serra do Tombador também apresenta considerável importância geográfica, beleza natural e referência identitária.

Um dos seus principais componentes geográficos naturais é a Serra do Tombador, que corta o Território ao meio perfazendo um marco divisor de águas, delimitando duas bacias hidrográficas, Salitre e Itapicuru, e tendo os seus municípios ao “sopé” ou pé do monte (piemonte) dessa cordilheira que é a entrada da Chapada Diamantina pelo lado norte, sendo essa característica responsável pela denominação de **Território de Identidade Piemonte da Diamantina**. (PDTSS Piemonte da Diamantina, 2017, p. 7) – grafos próprios.

**Figura 12 -** Mapa Potencial turístico e hidrográfico do TI Piemonte da Diamantina-BA.



São muitos os atrativos naturais do TI Piemonte da Diamantina, porém esses aspectos relacionados ao turismo ecológico ainda são pouco valorizados, tornando necessário maior investimento e valorização do patrimônio natural.

O potencial turístico do TI Piemonte da Diamantina em função de todo o seu histórico e conjunto de atrativos culturais e naturais é enorme. Mas, o uso deliberado e estruturado de forma a explorar este potencial em benefício do desenvolvimento socioeconômico da região ainda precisa de um extenso planejamento, que articule os municípios e suas riquezas em um projeto comum, que produza sinergia e seja suficientemente robusto para assumir uma posição de destaque no cenário baiano e nacional. Entretanto, a falta de tratamento adequado aos patrimônios públicos expõe as comunidades da região à apropriação indevida de suas riquezas, além disso, o desconhecimento e desvalorização destes elementos patrimoniais levam a um comportamento depredador pela população, que precisa de um processo reflexivo e educador no sentido de assegurar o uso sustentável de suas riquezas(CODETER,2017, p.21).

A tabela a seguir (Tabela 1) apresenta dados relativos às questões demográficas do Piemonte da Diamantina, contemplando informações acerca da população (total, rural e urbana) no último censo realizado e a estimativa populacional, tendo como fonte de informações o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

**Tabela 1 - Dados demográficos do Piemonte da Diamantina - BA.**

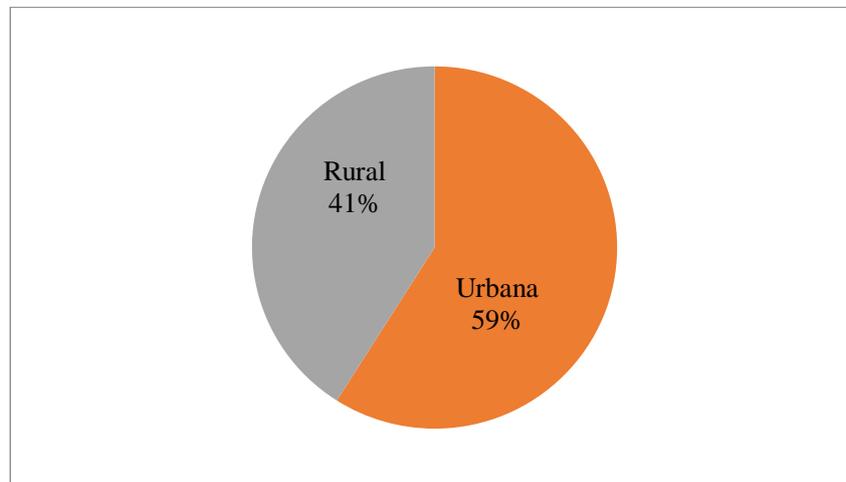
Município	2000			2010			2018
	População Total	População Urbana	População Rural	População Total	População Urbana	População Rural	Estimativa População Total
Caém	12.562	3.374	9.188	10.368	3.655	6.713	9.372
Jacobina	76.429	52.048	24.381	79.247	55.868	23.379	80.394
Miguel Calmon	28.308	14.806	13.502	26.475	16.066	10.409	26.159
Mirangaba	14.255	4.706	9.549	16.279	7.879	8.400	18.195
Ourolândia	15.354	4.458	10.896	16.425	6.341	10.084	17.389
Saúde	11.486	5.991	5.495	11.845	6.646	5.199	12.883
Serrolândia	12.609	6.032	6.577	12.344	7.279	5.065	13.347
Umburanas	14.137	6.183	7.954	17.000	7.510	9.490	19.034
Várzea Nova	14.150	8.681	5.469	13.073	8.553	4.520	12.772
<b>Total</b>	<b>199.290</b>	<b>106.279</b>	<b>93.011</b>	<b>203.056</b>	<b>119.797</b>	<b>83.259</b>	<b>209.545</b>

Fonte: IBGE, (2000, 2010 e 2018).

Ao observar os dados apresentados, nota-se um aumento populacional entre os anos de 2000 e 2010, e uma estimativa para o ano de 2018 de crescimento da população geral do

Piemonte da Diamantina. Percebe-se também que mesmo com uma redução da população rural, está ainda apresenta 41% (gráfico 3) da população total do Território em questão:

**Gráfico 3** - Percentual de População rural do Piemonte da Diamantina - BA.



**Fonte:** IBGE, Censo demográfico 2010.

O TIPD, segundo dados do Censo Agropecuário 2017 – IBGE (tabela 2) tem em seus espaços rurais 13.325 estabelecimentos agropecuários, com destaque para os municípios de Jacobina e Miguel Calmon. Dentre os municípios com menor número de estabelecimentos, Saúde destaca, com 870 estabelecimentos.

**Tabela 2** - Estabelecimentos agropecuários no TI Piemonte da Diamantina - BA.

Município	Área dos Estabelecimentos agropecuários (hectares)	Estabelecimentos agropecuários	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (pessoas)	
			Com laços de parentesco	Sem laços de parentesco
Caém	37.468,449	1035	1699	260
Jacobina	81.712,244	2.294	4.306	887
Miguel Calmon	84.544,958	2.074	4.267	1.132
Mirangaba	67.041,482	1.777	3.294	404
Ourolândia	60.044,058	1.279	2.236	447
Saúde	25.460,451	870	1.629	257
Serrolândia	19.116,450	1.080	1.636	215
Umburanas	50.592,968	1.367	2.862	258
Várzea Nova	56.568,329	1.549	3.346	919

**Fonte:** IBGE, 2017.

Devemos atentar para a quantidade de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, visto que em todos os municípios do TIPD a grande maioria dos trabalhadores apresenta laços de parentesco.

Ao considerar a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), observa-se que mais de 18.000 agricultores familiares no Piemonte da Diamantina possuem a DAP, sendo que deste total 9.582 estão ativas, o que lhes dá condições de acesso a benefícios oriundos de políticas públicas e de crédito rural direcionado ao fortalecimento da agricultura familiar e com taxas de juros diferenciadas.

**Tabela 3 - DAP por município.**

<b>Município</b>	<b>DAP Ativas Pessoa Física</b>	<b>DAP Ativas Pessoa Física</b>	<b>DAP Total Pessoa Física</b>
<b>Caém</b>	527	518	1045
<b>Jacobina</b>	1495	1430	2925
<b>Miguel Calmon</b>	1220	1384	2604
<b>Mirangaba</b>	1295	1281	2576
<b>Ourolândia</b>	1536	1356	2892
<b>Saúde</b>	628	420	1048
<b>Serrolândia</b>	682	515	1197
<b>Umburanas</b>	1199	767	1966
<b>Várzea Nova</b>	1000	822	1822
<b>TOTAL</b>	<b>9582</b>	<b>8493</b>	<b>18075</b>

**Fonte:** SEAD, 2019.

Quanto aos aspectos econômicos, “o setor de serviços e comércio apresenta uma maior participação no VAB (67,2%), seguido pelo setor da indústria, com 22,1%, e, por último, a agropecuária, com 10,7%” (SEI, 2018, p.123). Jacobina sobressai no setor de serviços e comércios, devido a grande concentração de estabelecimentos; e no setor de indústria, sobretudo, as indústrias de transformação e construção civil.

**Tabela 4 - Dados econômicos - TI Piemonte da Diamantina - BA.**

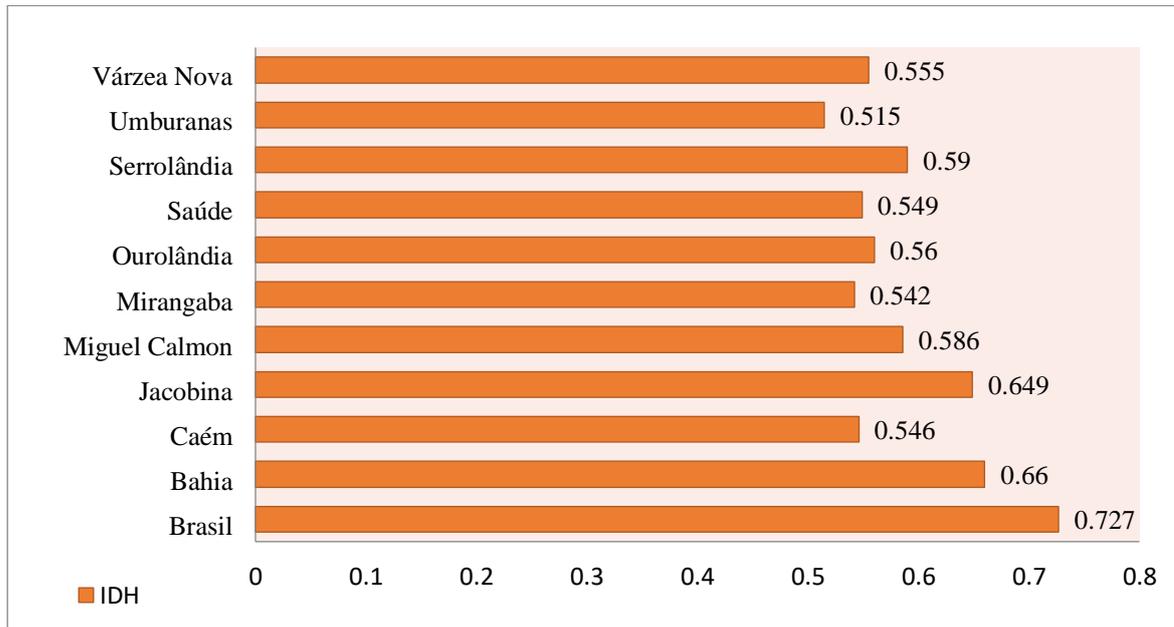
Região geográfica	Valor adicionado (R\$ mil)			Produto interno bruto (R\$ mil)	Produto interno bruto per capita
	Agropecuária	Indústria	Serviços		
Bahia	15.483.992	41.143.348	99.338.760	223.929.966	14.803,95
TI Piemonte da Diamantina	105.718	219.014	665.364	1.665.052	7.693,12
Caém	10.523	5.382	16.884	66.838	6.500,50
Jacobina	24.069	161.908	429.229	888.902	10.509,97
Miguel Calmon	17.239	12.515	67.798	177.885	6.438,80
Mirangaba	10.355	4.617	23.474	94.293	5.273,38
Ourolândia	11.948	15.830	34.156	115.377	6.521,79
Saúde	5.197	3.260	20.581	64.908	5.113,69
Serrolândia	4.873	5.696	26.967	74.862	5.625,35
Umburanas	16.763	4.573	20.130	94.999	5.039,47
Várzea Nova	4.749	5.233	26.146	86.988	6.432,10

**Fonte:** SEI, 2018.

No setor de serviços e comércio, com base nos dados da RAIS (2015), o município de Jacobina teve uma maior representação no TI por concentrar a maioria dos estabelecimentos de serviços (77,3%) e do comércio (66,6%). O segundo município mais representativo no setor de serviços e comércio foi Miguel Calmon com as respectivas participações de 9,6% e 14,1% no total do TI. Para o setor da indústria destacaram-se as de transformação e da construção civil, especialmente no município de Jacobina, que concentra 67% das indústrias do TI. (SEI, 2018, p.125)

Ainda segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018), no TI Piemonte da Diamantina, no setor agropecuário apresentaram destaque os municípios de Jacobina (22,8%), Miguel Calmon (16,3%), Umburanas (15,9%), Ourolândia (11,9%) e Caém (10,0%); enquanto que os outros municípios apresentaram participação inferior de 10% neste setor.

O TIPD apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a média estadual (0,660) e a média nacional (0,727). Dentre os municípios que fazem parte do território, apenas Jacobina apresentou índices superiores a 0,600; enquanto que os demais apresentaram valores entre 0,515 (Umburanas) e 0,590 (Serrolândia).

**Gráfico 4 - IDH municípios do Piemonte da Diamantina - BA.**

Fonte: PNUD, 2017.

No âmbito da educação foram apresentados avanços, com redução da taxa de analfabetismo em todos os municípios do TI, e o acesso à educação na faixa etária de 06 a 14 anos aproxima-se dos 100%. Porém, alguns desafios ainda precisam ser encarados, principalmente quanto a universalização da educação na faixa etária de 04 e 05 anos, e na permanência dos matriculados na faixa etária de 15 a 17 anos em sala de aula.

Deve-se destacar no cenário educacional do Território de Identidade a implementação do Instituto Federal da Bahia (IFBA), com sede em Jacobina – BA e que atende alunos dos municípios que compõem o Piemonte da Diamantina, com cursos técnicos integrado e subsequente de Meio Ambiente, Eletromecânica, Mineração e Informática) e curso de nível superior de Licenciatura em Computação; o protagonismo da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com cinco cursos de licenciatura (Educação Física, Geografia, História, Letras/Língua Inglesa e Literaturas, e Letras/Língua Portuguesa e Literaturas) e o curso de Bacharelado em Direito, além de especializações e o recém implantado Mestrado Profissional em Educação e Diversidade.

Devemos salientar ainda as universidades particulares que também atuam no Território, com destaque para a Universidade Norte do Paraná – Unopar, que além de Jacobina possui polo de ensino em Miguel Calmon; e a recém inaugurada Faculdade Ages, com cursos na área de saúde (enfermagem, farmácia, fisioterapia, nutrição, psicologia e medicina), educação (educação física e pedagogia), engenharia (civil) e bacharelado

(administração e direito). Tais situações buscam elevar Jacobina ao patamar de cidade universitária.

Avanços também foram notados na área da saúde, com, por exemplo, a redução nos índices de mortalidade infantil. Em controvérsia a isso, os casos de dengue apresentam taxas significativas.

Ressaltamos que com a construção da recém-inaugurada Policlínica de Saúde da Região de Jacobina, que visa prestar serviços de média complexidade na rede de saúde da região, ampliando o acesso ambulatorial às diversas especialidades e exames em busca de uma maior atenção à saúde do paciente (BAHIA, 2019), espera-se um significativo avanço na oferta de tais serviços para os dezessete municípios integrantes do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Jacobina.

Mesmo com melhorias significativas em questões relativas ao acesso a saneamento básico e abastecimento de água, o Piemonte da Diamantina ainda precisa avançar nesses aspectos, o que proporcionará melhores condições de vida aos moradores.

Por fim, destaca-se ainda no TIPD a presença de comunidade de fundo de pasto nos municípios de Mirangaba e Umburanas; e cerca de vinte comunidades quilombolas, distribuídas entre Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Saúde e Várzea Nova.

## **4A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO PIEMONTE DA DIAMANTINA SOB AS PERSPECTIVAS DA COFASPI**

### **4.1 A COFASPI: Constituição e Funcionamento**

A COFASPI tem estreita relação com o discurso de desenvolvimento e com as políticas públicas estatais pensadas para alcançar esse desenvolvimento, visto que o primeiro passo para o surgimento dessa entidade foi a fundação da Cooperativa de Crédito Rural do Piemonte – AscoobCredimonte, em 2003, que almejava justamente ser um dos atores na promoção do desenvolvimento local sustentável.

A AscoobCredimonte objetivava também ampliar o cooperativismo de crédito, e fortalecer a agricultura familiar. Porém, os seus membros perceberam um distanciamento entre a assistência técnica oferecida pelo governo baiano e os agricultores e agricultoras, e o modelo de agricultura desenvolvida na região; iniciando assim um processo de diálogo tendo em vista propor intervenções para que tais questões fossem resolvidas.

É nesse contexto que no dia 16 de junho de 2003, com vinte associados, é fundada a Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte – COFASPI, com sede em Jacobina – BA, e com o objetivo de “prestar assistência em todas as instâncias a agricultores familiares” (Ata de Assembleia de Constituição de Cooperativa, 2003).

Além do incentivo da ASCOOB, o diretor-presidente COFASPI<sup>15</sup> destaca ainda a participação do Movimento de Organizações Comunitárias (MOC) para a formação da cooperativa:

“O grande incentivador para a institucionalização da Cofaspi foi na época a cooperativa de crédito rural ASCOB Credimonte, porque tinha a cooperativa de crédito, associava os agricultores como clientes potenciais para o crédito rural, mas não tinha quem prestasse esse serviço de assistência técnica, então foi quem fomentou. O outro grande incentivador foi o MOC, que por meio da sede em Feira de Santana fez diversos trabalhos sociais. Então a gente bebeu um pouco da água do crédito e dos trabalhos sociais para poder formar a cooperativa”.(ENTREVISTA, 2018).

De acordo com o último levantamento feito, a entidade conta com cento e quatro associados, sendo que, não se restringiu a associação apenas a engenheiro agrônomo e técnico agrícola.

“Os associados são diversos profissionais, das diversas áreas, que tem/despertem o desejo de atuar junto à agricultura familiar. Têm

---

<sup>15</sup> As falas apresentadas durante essa subseção são resultado de entrevista realizada em julho de 2018, com o até então diretor-presidente da COFASPI, Leonardo Lino de Carvalho.

contadores, professores, psicólogos, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, pessoal do administrativo – gente formada em administração -, enfim, as diversas áreas porque a gente imaginou que não pudesse ser engessada numa área específica do conhecimento, porque além da gente ter necessidade de gente de muitas áreas pra nos ajudar, o campo também demanda de muitos profissionais das diversas áreas, demanda de gente da área de educação, demanda de gente da área de saúde...” (ENTREVISTA, 2018).

Com a missão de propiciar aos agricultores e agricultoras “assessoramento técnico em suas atividades agropecuárias, com a finalidade de promover uma agricultura economicamente viável, ecologicamente equilibrada, socialmente justa e culturalmente adaptada” (COFASPI, 2014, p.6), e “tendo como opção ético-política o desenvolvimento de suas atividades junto aos agricultores/as familiares na perspectiva da Convivência com o Semiárido, na Segurança Alimentar e Nutricional, do Cooperativismo/Associativismo e do Desenvolvimento Territorial” (COFASPI, 2014, p.6-7), a COFASPI busca contribuir com o desenvolvimento sustentável alicerçado nas três dimensões da sustentabilidade: a ambiental, a social e a ecológica.

Dessa forma, agregando consciência ambiental, social e ecológica as atividades a COFASPI busca fortalecer a família, homens, mulheres, jovens e crianças, envolvendo-os em todo o processo produtivo e reprodutivo, permitindo assim uma reflexão sobre a importância de cada um para a sustentabilidade do agroecossistema e da comunidade, possibilitando a construção de alternativas baseadas nas potencialidades e limitações de cada grupo (COFASPI, 2014, p.20).

Para atingir tais propósitos a entidade em questão tem firmado parcerias, convênios e contratos com diferentes agentes sociais e entidades, tais como o Movimento de Organização Comunitária (MOC), Instituto de Permacultura da Bahia (IPB), Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (ASCOOB), União Estadual das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), Associação Nacional das Cooperativas de Crédito da Economia Familiar Solidária (ANCOSOL), Prefeituras Municipais, Governos Estadual e Federal – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes / Superintendência da Economia Solidária (SETRE/SESOL), Secretaria da Agricultura, Irrigação, Reforma Agrária, Aquicultura e Pesca / Superintendência da Agricultura Familiar (SEAGRI/SUAF).

Mais recentemente, tem firmado parceria com empresas privadas de atuação no território: “a gente tem aberto leque para algumas empresas que tem esse potencial de

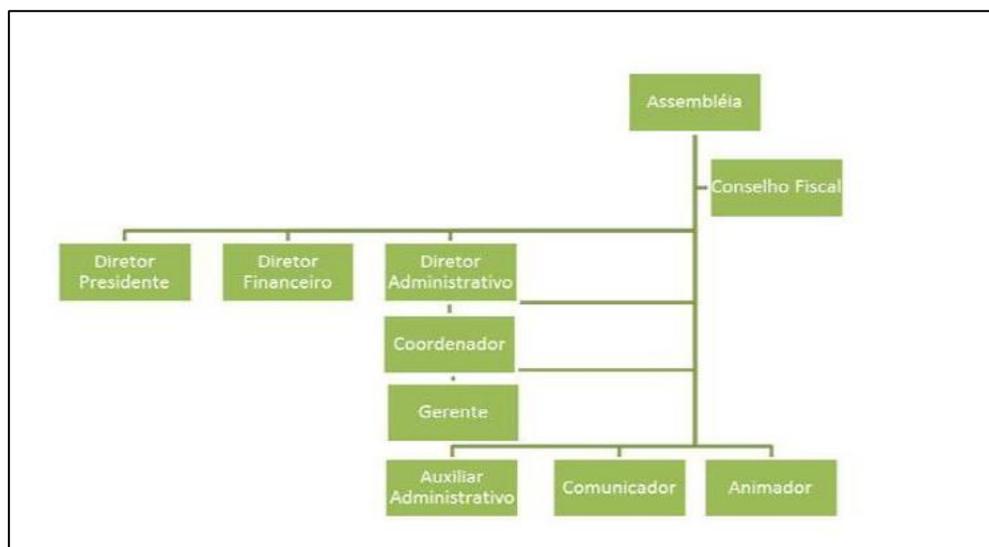
responsabilidade social e ambiental pra que a gente também preste serviço nesse sentido”.(ENTREVISTA, 2018).

Quanto aos desafios enfrentados no processo de constituição da cooperativa, o diretor-presidente Leonardo Lino de Carvalho afirma:

“Para implantação da COFASPI o principal problema, que não é exclusividade nossa, acho que toda instituição passa por um pouco de problema de gestão, a gente teve que se especializar na gestão de organizações sociais, a gente teve que se especializar principalmente na gestão de cooperativas, que a gente não sabia de tudo, então a gente teve que estudar muito, e os grandes gargalos foram sempre nas questões financeiras, durante muito tempo a gente trabalhou no voluntariado, mesmo muita gente não gostando, mas a gente se entregou a esse projeto, foi uma opção que a gente teve”(ENTREVISTA, 2018).

Com sede localizada na Fazenda Alagoinhas, S/N, Zona Rural, Jacobina II - Jacobina/BA, a COFASPI encontra-se inscrita no CNPJ sob o nº 06.102.236/0001-15, e possui reconhecimento de utilidade pública municipal por meio da Lei nº 668 de 06 de maio de 2004 e está inscrita na Lei Autorizativa do Estado nº 10.622 de 31/05/2007; e está organizada de acordo com o organograma apresentado na Figura 13.

**Figura 13** - Organograma da COFASPI.



**Fonte:** COFASPI, 2014, p.16.

Na busca de possibilidades eficazes para o desenvolvimento dos espaços rurais do Piemonte da Diamantina, a COFASPI atrela as dimensões da sustentabilidade – ambiental, social e ecológica –, às relações de gênero e a realidade da juventude rural, “buscando fortalecer a família, homens, mulheres, jovens e crianças, envolvendo-os em todo o processo

produtivo e reprodutivo, (...) possibilitando a construção de alternativas baseadas nas potencialidades e limitações de cada grupo”. (COFASPI, 2014, p.20).

Nesse contexto, a tabela a seguir apresenta as principais linhas de ações da COFASPI, que por meio de uma metodologia participativa tem buscado contribuir para a melhoria da realidade socioeconômica e cultural das comunidades rurais do território onde atua.

**Tabela 5 - Linhas de ações da COFASPI.**

LINHA DE AÇÃO	PROPOSIÇÕES
<b>Assistência Técnica</b>	Com bases metodológicas de respeito às diversidades sociais, étnicas, ecológicas e culturais, o respeito e a valorização dos conhecimentos locais, sob o enfoque da Agroecologia visa à emancipação econômica e social das famílias atendidas.
<b>Tecnologias sociais de consumo humano</b>	Contribuir para a melhoria das condições de vida e saúde de famílias no semiárido baiano, através da captação e disponibilização de água de qualidade para consumo humano.
<b>Tecnologias sociais de produção de alimentos</b>	Garantir que agricultores/as familiares continuem produzindo mesmo em períodos de estiagem, promovendo assim, soberania, segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos.
<b>Produção e comercialização de produtos agroecológicos</b>	Propõe-se trabalhar a Segurança Alimentar e Nutricional nos agroecossistemas em diferentes momentos: Assessoramento a transição agroecológica dos sistemas produtivos; Fomento e fortalecimentos de estratégias de organização da comercialização solidária e em mercados institucionais; Articulação de políticas públicas; estímulo a inserção de Mulheres, jovens e quilombolas nas políticas públicas.
<b>Desenvolvimento e Sustentabilidade territorial</b>	Fomento e fortalecimentos dos empreendimentos (associações e cooperativas) dos (as) agricultores/as familiares, através, de orientações e desenvolvimento de atividades coletivas.
<b>PRONATEC Campo</b>	Fortalecer o vínculo dos alunos envolvidos com a atividade agrícola e assim contribuir para a redução do êxodo rural e melhoria da renda das famílias a partir da educação técnica para o campo.
<b>Educação Contextualizada</b>	Preza pela valorização do saber empírico dos envolvidos diretos e o fortalecimento das cadeias produtivas, possibilitando maior integração entre os moradores e consequentemente potencializando as diversas formas de organizações existentes nas comunidades e que possibilitam empoderamento das famílias e das instituições locais, sobretudo no reconhecimento da identidade e do modelo de organização e produção historicamente exercido pelos/as agricultores/as.
<b>Fomento ao Turismo de Base Comunitária do Circuito Chapada Norte</b>	Objetiva discutir e planejar ações integradas para o desenvolvimento e a prática da produção da agricultura familiar associada ao turismo visando a sustentabilidade dos grupos e por consequência melhorando a qualidade de vida gerando trabalho e renda a todos (as).
<b>Comunicação Popular</b>	Com base na formação, mobilização social e de valorização da identidade camponesa, dissemina um novo olhar sobre a região semiárida, de um lugar seco e miserável para um lugar produtivo, alegre e digno de se viver.

<b>Apoio a Práticas de Reciclagem e Educação ambiental</b>	Em parceria com a Cooperativa Recicla Jacobina, tem como objetivo a inserção socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis do lixão de Jacobina, através da coleta seletiva no município.
<b>Fomento a Constituição de Empreendimentos Econômicos e Solidários</b>	Busca por fortalecer e consolidar as experiências de economia solidária existentes, possibilitando a melhoria da qualidade de vida de centenas de agricultores/as, com aumento da renda familiar, garantia da segurança e soberania alimentar e, sobretudo, fortalecendo as relações sociais, culturais e econômicas historicamente constituídas, sem perder de vista a autonomia dos grupos.
<b>Acesso à Políticas Públicas da Agricultura Familiar e Economia Solidária</b>	Articulação e mobilização das famílias agricultoras para acessarem as políticas públicas para fins de redução do nível de insegurança alimentar e na perspectiva de estruturação dos agroecossistemas.

**Fonte:** COFASPI, 2014.

Dentro dos instrumentos legais que respaldam a COFASPI tem-se o estatuto e os regimentos internos (regimento eleitoral e regimento interno dos atos da cooperativa). Contam também com uma diretoria e um conselho fiscal que todo mês se reúnem e produzem atas e levantamentos dos atos que a gestão toma.

“Na Cofaspi, nós fazemos as reuniões do conselho fiscal todo mês, a diretoria todo mês, e nós temos duas assembleias anuais, um ano início e outra no final do ano, e quando necessário. É nessas assembleias que todos os associados são convocados para participar, e a participação nessas assembleias praticamente sempre é de mais de 50% dos associados”.(ENTREVISTA, 2018)

Acontecem também reuniões mensais de monitoramento de projetos junto com as equipes de campo e as equipes que coordenam (Figuras 14), “para avaliar o andamento, ver como é que tá, perceber as principais dificuldades, também se ajudar – de repente alguém tá passando por um problema que o outro já passou e aí pode ajudar”. (ENTREVISTA, 2018).

**Figura 14** - Reunião de monitoramento de projetos.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

A Atuação da COFASPI, estatutariamente, abrange toda a Região Nordeste, mas a sua área prioritária de atuação é o Território de Identidade Piemonte da Diamantina, região semiárida, que “apresenta irregularidade temporal e espacial das chuvas”; e vegetação natural caatinga, “com adaptações morfológicas e fisiológicas para a convivência com períodos de déficit hídrico prolongado e com elevada resiliência as perturbações climáticas” e uma forte representatividade identitária, compondo inclusive o brasão da Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte, conforme figura abaixo. (COFASPI, 2014, p.13)

**Figura 15** - Brasão da COFASPI.



**Fonte:** COFASPI, 2014.

A substituição da caatinga por pastagens e áreas de cultivo agrícola, atreladas ao manejo inadequado às condições socioambientais, alimentaram o falso discurso do Nordeste enquanto seca e escassez.

Controversa a isso, e por meio de políticas públicas de convivência com o semiárido, estratégias tem sido adotadas para superação das limitações próprias do clima semiárido, principalmente com projetos de captação de água da chuva (Figura 16).

A concentração das chuvas apenas em curto período do ano faz com que seu aproveitamento seja restrito quando não são utilizadas tecnologias para o seu armazenamento. Passado esse período, a falta de água é quase sempre ponto crítico para as atividades produtivas que gerem alimentos para o consumo humano, o que resulta na falta de renda e em um consequente ciclo de insegurança alimentar. Tendo por base este fato, pode-se afirmar que a estocagem da água de chuva, aliada à estocagem de grãos, sementes e forragem, são imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades produtivas (COFASPI, 2014, p. 14-15).

**Figura 16** - Cisternas para captação de água.



Fonte: COFASPI, 2014.

Atrelado a essas ações, deve-se fortalecer o processo educativo, com momentos de sensibilização e capacitação para a convivência com o semiárido (Figura 17).

O processo educativo é fundamental para que os/as agricultores/as conheçam melhor as características e potencialidades da região onde vivem, e para que conheçam também as experiências de outras comunidades e vislumbrem uma vida melhor. As capacitações e intercâmbios não promovem uma

mudança imediata na qualidade de vida dos beneficiários, entretanto, serão o primeiro passo de sensibilização para que a autoestima e a valorização das possibilidades produtivas do semiárido sejam significativamente ampliadas. (COFASPI, 2014, p. 15).

**Figura 17** - Momento educativo com os agricultores e agricultoras.



**Fonte:** COFASPI, 2014.

Desde a sua fundação, a COFASPI tem atendido agricultores (as) *de maneira diferenciada*; com um diálogo entre a cooperativa – que através dos animadores de campo inseri as políticas de desenvolvimento pro espaço rural em determinada comunidade – e o agricultor, “que é a pessoa que detém o direito da política, mas que ele também não é o coitadinho, ele tem saberes, ele tem costumes, e isso precisa ser respeitado na execução das políticas”(ENTREVISTA,2018).

“Inicialmente, os primeiros propósitos/objetivos que motivaram a formação da Cofaspi era atender os agricultores de uma maneira diferenciada, fora do padrão convencional da assistência técnica, que o técnico sabe de tudo e o agricultor sabe de nada; fora dos padrões convencionais de produção, sem o uso de agrotóxicos, com técnicas voltadas para preservação do meio ambiente e da pessoa que também está inserida no meio ambiente; respeito a sabedoria popular, respeito as questões culturais”.(ENTREVISTA, 2018).

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a COFASPI não detém de recursos próprios para executar essas ações, hoje, os recursos que mantém a cooperativa necessariamente são recursos governamentais, “quer dizer, hoje é só o Governo da Bahia, não tem mais recurso do Governo Federal, por conta desse processo político que a gente ta passando. E quanto ao poder público municipal, a gente não tem inserção.”(ENTREVISTA, 2018).

A atuação da cooperativa junto aos associados se dá por etapas: a) busca por editais e construção de projetos de desenvolvimento, dialogados antecipadamente com as comunidades para levantar as principais demandas; b) se aprovados os projetos, e junto com eles os orçamentos, são designados os sócios de acordo com o perfil de cada ação que será desenvolvida; c) esses sócios iniciam o contato tendo a intermediação das associações comunitárias e/ou sindicatos; d) abordagem direta nas propriedades rurais, onde é discutido com o agricultor o aceite por participar ou não daquela política pública, os critérios são passados, e a realização de cadastro prévio; e) diagnóstico da realidade da propriedade e da comunidade; e por fim, f) a inserção direta das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Deve-se destacar que as atividades são feitas de modo participativo, na qual os materiais utilizados para capacitação servem de base para as intervenções, e os técnicos são apenas mediadores, considerando também os conhecimentos que os (as) agricultores (as) já possuem.

Quanto ao contato com os (as) agricultores (as), o diretor-presidente afirma que essa relação não foi muito difícil, visto que, assim como nas demais comunidades do nordeste brasileiro, existia uma carência de políticas públicas eficazes.

Inicialmente existia uma incredulidade de que os projetos fossem realmente implementados: “as comunidades todas desacreditadas dos antigos projetos que vinham de cima pra baixo e quase nunca funcionavam do jeito que o agricultor sonhava, sempre funcionou do jeito que quem pensou o projeto sonhou e imaginou”.(ENTREVISTA, 2018).

Isso foi superado logo com a execução das primeiras políticas; e atualmente, a abordagem já é mais tranquila, muitas vezes acontecendo inclusive de maneira inversa, com as comunidades entrando em contato com a COFASPI propondo ideias de projetos.

A gente tem uma interação muito grande, na verdade nas comunidades em que a gente atua a gente criou mais parceiros do que pessoas que a gente atende sabe, isso que é bacana, dessa transformação, de antes as pessoas terem um pouco de receio sobre a proposta e hoje elas acreditarem tanto que apostam e querem que continue e fazem acontecer junto com a gente.(ENTREVISTA, 2018).

Esse movimento atenta para um “avanço muito importante” de participação nos espaços comunitários: “Muitas famílias que antes não participavam das associações e sindicatos, hoje participam, são diretores de associação, são presidentes de associação, participam do sindicato, vão para o debate da política pública regional ali da sua comunidade”.(ENTREVISTA, 2018).

Essa tomada de consciência é vista pelo diretor-presidente da entidade como algo extremamente positivo.

Foi possível que famílias que nunca tiveram nem o sonho de pisar o pé em um banco pra tomar um crédito, hoje podem fazer isso; e não faz porque a gente mandou, faz consciente que é um direito dele. Pessoas que hoje podem tomar um copo d’água, sabe... e não fazem isso porque a gente intermediou uma cisterna, mas porque eles hoje sabem, tem a consciência que sempre foi um direito dele, que chegou muito tarde, mas chegou. Então assim, a consciência sobre essas políticas – que é essa coisa da capacitação – isso tem sido um ganho que é praticamente imensurável e que tem um valor pra gente enorme. Quando a gente ver agricultores vindo aqui, idealizando coisas, nos mostrando que é possível escrever um projeto nesse sentido; que a gente ver associações escrevendo, ganhando projetos, isso é um dado que não dá para mensurar naquele momento, mas que deixa a gente pensando o quanto foi importante a intervenção, as capacitações, as orientações ali naquela comunidade para que eles entendessem que isso é um direito e eles podem acessar sozinhos.(ENTREVISTA, 2018).

Ressalta-se aqui, por fim, a relação de protagonismo desenvolvido pela COFASPI, que pela participação em fóruns de discussões das políticas públicas de desenvolvimento rural - Fórum Baiano de Agricultura Familiar, da Articulação do Semiárido (ASA), e da Articulação Baiana de Agroecologia (ABA) – contribui desde a concepção, até a execução, monitoramento e avaliação.

#### **4.2 A atuação da COFASPI no Piemonte da Diamantina e sua apropriação às PDT.**

A história da COFASPI muito se relaciona com a história da Política de Desenvolvimento Territorial (PDT), visto que ambas surgiram simultaneamente, e desde então caminham lado a lado. Segundo informações obtidas junto diretor presidente interino<sup>16</sup>dessa cooperativa (2019), os primeiros editais de projetos que foram ganhos e desenvolvidos pela COFASPI, foram do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, que

---

<sup>16</sup>As falas apresentadas nessa seção referentes a COFASPI e sua atuação são resultados de entrevista realizada com o diretor presidente interino Robson Aglayton Cabral Rodrigues, sendo este também um dos sócio-fundadores da Entidade.

naquele momento também dava os seus primeiros passos na formulação da política pública com uma abordagem territorial.

Esses projetos foram voltados para a organização territorial, assistência técnica e de execução dos Planos de Desenvolvimento Social Sustentável dos TI, visto que estavam iniciando as proposições acerca dos territórios de identidade. Nesse processo de implantação dessa política, a COFASPI em articulação com outras organizações e com o Movimento de Organizações Comunitárias (MOC) contribuiu no “pensar essa política de território e por em prática o que já estava sendo pensado pelo MDA”, assim, “a Cofaspi desenvolveu suas ações e atividades baseadas nestas políticas, bem como, participou dos momentos de construção das demandas do nosso território”(ENTREVISTA, 2019), atendendo ao propósito da participação social, com maior envolvimento de atores sociais e organizações, uma vez que “amplia os desafios da cooperação, da solidariedade e do diálogo entre sociedade e governo na construção de projetos e na gestão de políticas públicas para o desenvolvimento territorial rural sustentável” (MDA, 2006, p.21).

A “parceria” entre o MDA – enquanto entidade representativa do Estado brasileiro – e a COFASPI – vista como organização representativa da Sociedade – se apresenta como uma “soma de forças” que ao “compartilhar objetivos” pretende dar voz as necessidades específicas dos territórios e assim “responder aos desafios de transformar aqueles aspectos da realidade que podem alavancar o desenvolvimento ou que dificultam a melhoria das condições de vida das pessoas” (MDA, 2006, p.23).

Esse momento de florescimento da Política de Desenvolvimento Territorial, datado nos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “foi o período em que esta política teve sua maior expressão, visibilidade e resultados positivos”, o que muito influenciou o governo baiano na implantação de políticas públicas que se inspirassem nos princípios do MDA, defendidos a nível federal; “dividindo o estado em territórios, construindo sua estratégia de ação territorial e criando a CET, a Coordenação Estadual de Territórios”.(ENTREVISTA, 2019).

Após as primeiras experiências, a cooperativa foi se especializando, e começa a acessar os editais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). A filiação da COFASPI a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), também apresentou importância significativa ao alavancar o caminhar “nessa lógica dos projetos”.

Ali em 2010 foi quando a gente realmente caminhou nessa lógica dos projetos, porque a gente se filiou a Articulação do Semiárido (ASA), e a gente começou a executar os projetos de implementação de tecnologia social

para captação de água da chuva, primeiro para consumo humano e depois para produção animal e produção vegetal. Daí em diante a gente não parou mais. E desde o início até hoje aqueles primeiros agricultores que a gente atendeu no voluntariado foram os agricultores que constituíram aquela Feira Agroecológica de Jacobina, que até hoje resiste aí. E esses agricultores também vêm sendo acompanhados nesses projetos. E ali em 2010 também a gente acessou o primeiro projeto de apoio as feiras orgânicas, que foi junto ao BNB (ENTREVISTA, 2019).

A partir de 2011, a COFASPI já apresentava notória importância no desenvolvimento de projetos para os agricultores familiares, devido principalmente ao grande fomento federal que vinha sendo até então realizado. Porém, com a ascensão ao Governo Federal da também petista Dilma Rousseff, começaram a haver os retrocessos dessa política, o que se intensificou com o Golpe de 2016, com o processo de impeachment da presidenta e o vice Michel Temer assumindo a presidência da República.

Por meio da Medida Provisória n.º 726, de 12 de maio de 2016, Temer extinguiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) transferiu suas competências para a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Além disso, o então presidente revogou uma Chamada Pública designada para a seleção de entidades que prestariam serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), tendo como propósito “a qualificação da gestão, apoio ao fortalecimento e inserção de organizações econômicas da agricultura familiar nos mercados institucionais, públicos e privados, deixando de atender 930 cooperativas e associações de serviços de assistência técnica rural” (SILVA; MIRANDA, 2017, p.3).

Silva e Miranda (2017) apresentaram essas medidas do presidente Michel Temer como “o desmonte institucional da Política de Desenvolvimento Territorial a partir de 2016”, e as analisam como “um obstáculo epistemológico e político para viabilizar a construção de agendas, instrumentos, medidas, ações e projetos que visem a redução das desigualdades regionais, entre o campo e a cidade, assim como o combate à pobreza rural” (p.4)

Os autores destacam ainda propostas de alterações na legislação que muito atenderiam aos interesses do agronegócio em contraposição as demandas dos camponeses / agricultores familiares.

Paralelamente ao desmonte em curso no Brasil, observa-se um conjunto de iniciativas que propõe alterações na legislação, a exemplo da redefinição da demarcação de terras indígenas e de povos e comunidades tradicionais – PEC 215/2000 –; a ampliação do tamanho da área passível de regularização fundiária na Amazônia (beneficiando médios e grandes fazendeiros que adquiriram terras ilicitamente) – MP n.º 422, de 2008 –; um novo código de mineração que prevê a exploração em Unidades de Conservação – PL 3682/2012 –; novos critérios que flexibilizam a aquisição de terras por

estrangeiros – PL 4059/2012 – e, por fim, uma medida provisória (MP 759/2016) que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal – que em tese agilizará a concessão de títulos de domínio para os assentados, os quais poderão obter o título definitivo de seus lotes por meio de pagamento. Todavia, essa medida implica numa verdadeira retomada da mercantilização da terra e da reforma agrária (SILVA; MIRANDA, 2017, p.5).

Sobre os impactos desse período acerca das atividades da COFASPI, o presidente da entidade ressalta que essas medidas “afetaram não só a Cofaspi, mas todas as instituições que executavam projetos via MDA, pois acabou com as chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural e extinguiu também a SDT”(ENTREVISTA, 2019).

Esse desmonte da Política de Desenvolvimento Territorial se intensificou com a eleição do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, que em seu primeiro ano de mandato tomou diversas atitudes preocupantes para a continuidade das atividades da agricultura familiar, com perdas significativas de muitos direitos angariados nas últimas décadas. Podemos citar aqui cortes e/ou suspensão de repasses substanciais nos valores no orçamento que atenderia as demandas dos agricultores familiares e assentados de reforma agrária; assim como modificações “no controle e acesso à terra, aprofundamento da quimificação e uso de transgênicos das lavouras, aprofundamento da precarização das relações de trabalho, aumento da violência contra os trabalhadores e os movimentos sociais” (MORO; MOREIRA, 2019, p.8); e por fim, mas não menos desastrosa, a proposta de reforma da previdência, que reduziu drasticamente os direitos previdenciários dos agricultores familiares.

Com o advento do governo de Bolsonaro, a situação só se agravou. Visto que, ele fechou os Ministérios ou os transformou-os em secretarias de outros Ministérios, que executam estas políticas públicas, como por exemplo: MDA e MDS. O primeiro desenvolvia as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural; fortalecimento do cooperativismo da Agricultura Familiar; política de economia solidária e através da SDT à política de Desenvolvimento Rural. O segundo, que foi incorporado ao Ministério da Cidadania, desenvolvia a política de Convivência com o Semiárido, através da implantação das tecnologias de captação e armazenamento de águas das chuvas, sendo que nos Governos Lula e Dilma, já tinham implantado mais de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil), cisternas de consumo humano e 600.000 (seiscentas mil), tecnologias de água para produção, através de cisternas calçadão, cisternas de enxurrada, barreiro trincheira, tangues de pedra, etc. Com o fechamento desses ministérios, essas políticas públicas também foram extintas.(ENTREVISTA, 2019).

Moro e Moreira (2019) em uma análise das políticas públicas implantadas pelos governos Temer e Bolsonaro destacam de modo muito pertinente o quanto esses projetos políticos passaram a atender os interesses das classes dominantes no Brasil.

O projeto que se consolida após o golpe de 2016, representa a radicalização das forças dominantes na implementação do projeto ultra neoliberal o qual vem se apresentando como uma resposta a crise estrutural do capital e sua manifestação mais contemporânea. Finda a partir deste momento a possibilidade de conciliação de classes e o Estado passa a ser completamente capturado pelas forças dominantes do capital através de uma veloz e profunda contrarreforma o que significa a negação dos direitos sociais e, por sua vez da reforma agrária e das políticas direcionadas para a agricultura camponesa. (MORO; MOREIRA, 2019, p.2).

O grande desafio da agenda de planejamento estatal, tendo em vista o desenvolvimento do país, passa pela análise das estruturas sustentadas em uma lógica de dominação, que mantém privilégios do grande capital – agrário – (BRANDÃO, 2012), representado no Estado brasileiro por forças hegemônicas institucionalizadas na política pela bancada dos ruralistas.

A nível estadual a COFASPI sempre fez parte das entidades que discutem políticas públicas, contribuindo na construção de uma política voltada para uma abordagem territorial, que – alicerçada nas proposições do MDA – também buscava promover a inclusão socioeconômica dos mais diversos contextos territoriais baianos.

Com o objetivo de atender demandas sociais voltadas para a agricultura familiar, e atendendo a premissa de participação social proposta pelo MDA, o governo baiano modificou a regionalização do Estado. Para isso, entre 2003 e 2006, foram coletados dados e realizadas reuniões, tendo em vista construir uma formação territorial pro estado baiano. Em 2007, com a eleição do Governador Jaques Wagner (PT), a divisão territorial tornou-se oficialmente unidade de planejamento do Estado da Bahia.

Com isso, criam-se possibilidades de democratização das políticas públicas, abandonando práticas verticalizadas de gestão e planejamento, e conduzindo a uma emancipação social, onde o crescimento econômico estaria atrelado à melhoria da qualidade de vida da sociedade (SEN, 2005).

Essa proposta de maior envolvimento dos diversos atores sociais conduziria a um projeto de desenvolvimento que viria a modificar as dinâmicas sociais predefinidas, enfrentando democraticamente forças conservadoras, ganhando poder nos espaços decisórios, tornando-os “canais alternativos de participação e interlocução”, vendo-os como “arenas de

coordenação de interesses, de diálogos, de conflitos e de consensos” (BRANDÃO, 2012, p.207).

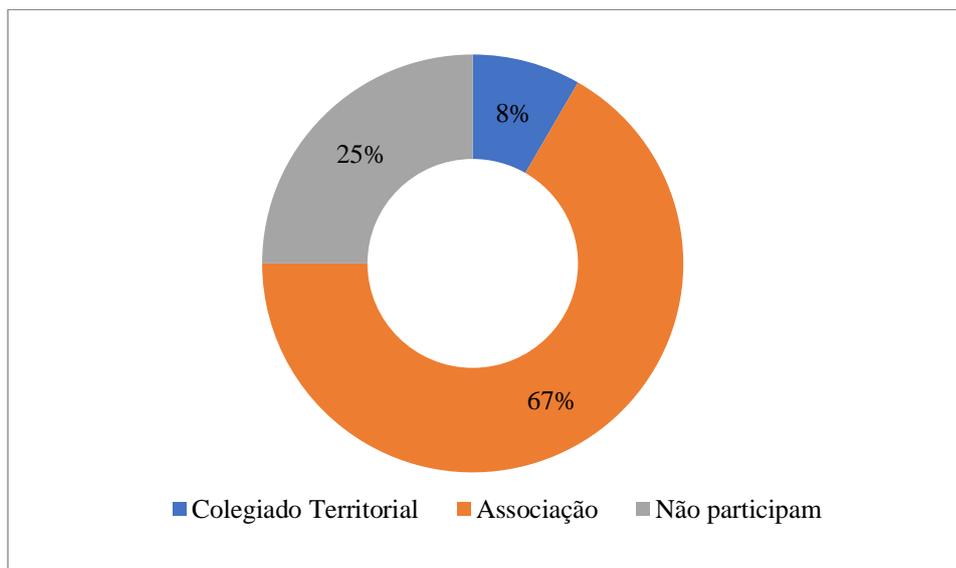
Apesar da descontinuidade da PDT no âmbito federal, o governo estadual baiano ainda mantém incentivos para o desenvolvimento dessa política, dando continuidade em seu planejamento considerando a escala territorial. Assim, a COFASPI vem mantendo suas atividades a partir principalmente de projetos desenvolvidos com recursos estaduais.

Atualmente, através do Governo Estadual a gente tem essas políticas do Bahia Produtiva e do Pró-semiárido, que estão em pleno vapor. Mas a gente está agora concorrendo a um edital para assistência técnica para agroecologia, isso vai ser muito importante pra nós e para os agricultores que já trabalham com agroecologia aqui no território. Nós temos também as ações individualizadas do Governo do Estado no âmbito da capacitação de jovens, capacitação de agricultores experimentadores, e os intercâmbios - isso tem sido muito positivo no desenvolvimento do trabalho da cooperativa.(ENTREVISTA, 2019).

Desde a sua fundação, a Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte tem atendido agricultores familiares dos nove municípios do TI Piemonte da Diamantina, buscando, por meio do princípio de participação social, ouvir as demandas das comunidades rurais para assim construir projetos que venham a atender as reais necessidades dos agricultores familiares, considerando que o desenvolvimento não deve estar atrelado apenas ao crescimento econômico; mas deve-se levar em conta também questões de gênero, de geração, diversidade, questões produtivas, de acesso a água, e questões de acesso a direitos básicos sociais.

Compreende-se que pensar os espaços rurais brasileiros é muito mais do que entendê-los como espaços de produção. A intervenção da Cooperativa nesses espaços, além de assistência técnica e geração de renda, orienta discussões de extrema importância para essas famílias, incentivando inclusive estas a ocuparem os espaços decisórios, “participando dos processos organizativos da comunidade, da sua cidade, do seu território, das reuniões de associação e de sindicatos, dos conselhos municipais, do colegiado territorial e até de plenárias estaduais e nacionais”(ENTREVISTA, 2019).

Os resultados da pesquisa de campo mostram que 67 % dos agricultores entrevistados participam de associações e sindicatos nos seus municípios, porém apenas 8% participam desses espaços de discussão e planejamento a nível territorial.

**Gráfico 5** - Participação dos (as) agricultores (as) em espaços decisórios.

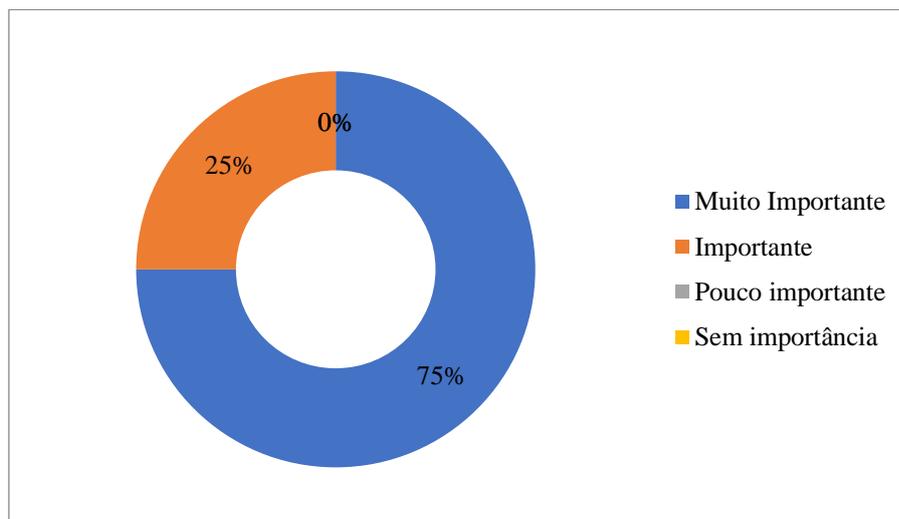
**Fonte:** Pesquisa de campo; 2020.

Sobre essa participação nos espaços comunitários, temos:

Muitas famílias que antes não participavam, não viam importância nas associações e nos sindicatos, hoje participam, são diretores de associação, são presidentes de associação, participam do sindicato, vão para o debate da política pública regional ali da sua comunidade. Isso também é um avanço muito importante. E uma coisa que eu queria destacar, que para gente não tem preço, é a consciência das pessoas, sabe.... Foi possível que famílias que nunca tiveram nem o sonho de pisar o pé em um banco pra tomar um crédito, hoje podem fazer isso; e não faz porque a gente mandou, faz consciente que é um direito dele. Pessoas que hoje podem tomar um copo d'água, sabe... e não fazem isso porque a gente intermediou uma cisterna, mas porque eles hoje sabem, tem a consciência que sempre foi um direito dele, que chegou muito tarde, mas chegou. Então assim, a consciência sobre essas políticas – que é essa coisa da capacitação – isso tem sido um ganho que é praticamente imensurável e que tem um valor pra gente enorme.(ENTREVISTA, 2018).

Reconhece-se a importância dessa política pública e da proposta de participação dos diferentes atores sociais, mas percebemos ainda uma fragilidade na presença de agricultores familiares nesses espaços; além de apontarmos “a necessidade dos gestores públicos (prefeitos), vereadores compreenderem melhor a função e a importância dessa política, tendo em vista que alguns gestores têm a negligenciado”.(ENTREVISTA, 2019).

Setenta e cinco por cento dos agricultores familiares com os quais foram aplicados os questionários afirmam que a intervenção da COFASPI em sua comunidade foi ‘muito importante’, enquanto todos esses agricultores, afirmaram que houve um melhor desempenho de suas atividades após a atuação da Cooperativa.

**Gráfico 6** - Grau de importância da atuação da COFASPI.

**Fonte:** Pesquisa de campo; 2020.

Para a COFASPI, mesmo com fragilidades, como a descontinuidade dos projetos, tornando o período de execução insuficiente para consolidar os resultados esperados; a Política de Desenvolvimento Territorial “foi de extrema importância, visto que as políticas públicas podem ter a participação efetiva da população, com as mesmas sendo formuladas a partir das demandas de cada comunidade, de cada município, a partir das demandas locais” (ENTREVISTA, 2019).

Em entrevista realizada em 2018, com o sócio-presidente da Cooperativa naquele momento, ao fazer um balanço da importância da PDT para as famílias rurais do Piemonte da Diamantina, ele nos diz:

Nós tivemos, só pra você ter ideia, cinco mil tecnologias de acesso à água, isso significa cinco mil família tendo direito de beber água potável e ter água pra produção de alimento. Então, famílias que na época estavam na condição de extrema pobreza, hoje conseguem ter renda mensal de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.400,00, isso é um ganho enorme economicamente falando, e não só para as famílias, mas j67 para os municípios, porque nós costumamos dizer que essa renda não é uma renda que é gasta nos mercados internacionais, ela é gasta no mercado municipal, e aí faz a economia girar, aquece mais, então isso é muito importante para a economia dos municípios. (ENTREVISTA, 2018).

O atual presidente reforça a importância que a política com abordagem territorial a nível federal e estadual teve para esse Território de Identidade, potencializando a atuação da Cooperativa junto aos agricultores familiares, melhorando desde condições de renda, acesso a bens e serviços básicos, até o despertar do protagonismo nesses atores sociais.

A nossa avaliação das ações da Cofaspi nestes 16 (dezesesseis) anos de existência tem sido muito positiva, pois já atendemos mais 15.000 (quinze mil) agricultores/as familiares, desenvolvendo ações de convivência com o

semiárido e ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, com foco na agroecologia. Várias famílias receberam tecnologias de captação e armazenamento de água para consumo humano e produção; capacitação para gestão das associações e cooperativas, para beneficiamento e comercialização da produção; **formação de redes de comercialização**; fortalecimento de lideranças jovens; organização e controle social; protagonismo das mulheres. Tudo isto, possibilitou a melhoria do “bem viver” das famílias participantes desse processo (grifo nosso) (ENTREVISTA, 2019).

Em um balanço das atividades desenvolvidas pela Cooperativa, realizado em 2014, nota-se a quantidade de família beneficiadas e de valores repassados para desenvolvimento de projetos nas comunidades rurais do TI Piemonte da Diamantina.

**Tabela 6 - Programas desenvolvidos pela COFASPI.**

Ano	Programa	Famílias atendidas	Valor do repasse
2007/2013	Projeto Territórios	Abrangência territorial	R\$ 778.628,00
2007/2014	PRONAF	680	R\$ 426.640,00
2009	Assessoria à Agricultura Familiar	810	R\$ 239.439,05
2009/2010	Projeto Aguadas	810	R\$ 839.129,89
2010/2011	Quem guarda sempre tem	140	R\$ 18.240,00
2011	Feiras Agroecológicas	90	R\$ 119.745,00
2011	Feiras Agroecológicas	100	R\$ 158.842,00
2011	P1+2	80	R\$ 897.818,47
2010/2012	Projeto de Cisternas	1200	R\$ 2.477.640,48
2012/2014	Projeto Mais Água	885	R\$ 5.659.007,73

Fonte: COFASPI, 2014.

Os dados apresentados tornam visível o quanto as políticas do MDA foram indispensáveis para a atuação da COFASPI no Piemonte da Diamantina – BA. Em treze projetos desenvolvidos pela entidade, teve-se um repasse de mais de 11,6 milhões de reais, beneficiando 4.795 famílias dispersas nos municípios de atuação da cooperativa.

Em observação as informações presentes na tabela, e em concordância com o que relatou o sócio-presidente, a Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte, por ser uma entidade sem fins lucrativos, não detém de recursos próprios para executar suas ações, dependendo por muito tempo exclusivamente do financiamento dos governos, tanto Federal quanto Estadual.

Para melhor analisar a apropriação da COFASPI às PDT e averiguar a sua atuação junto aos agricultores familiares dos espaços rurais do Piemonte da Diamantina – BA selecionamos projetos desenvolvidos em parceria com o Estado brasileiro.

Optamos por verificar implementações de tecnologias sociais de captação de água da chuva – tanto para consumo humano quanto para produção –, visto que o semiárido brasileiro apresenta condições climáticas que propiciam longos períodos de estiagem e secas prolongadas, o que acarreta em um déficit nas reservas de água, devido principalmente a técnicas impróprias ou pouco eficientes de captação e armazenamento de água.

Também foi considerado para análise os projetos de Feiras Agroecológicas, que se apresentam como estratégias de comercialização, buscando além de uma segurança alimentar e nutricional, proporcionar um aumento da renda dos agricultores familiares, gerando maior dinamismo econômico.

Para finalizar, abordaremos como a COFASPI mantém o desenvolvimento de suas atividades nos dias atuais, em que o contexto político apresenta-se desfavorável para as políticas públicas pensadas para a agricultura familiar. Nesse momento, verificaremos as novas parcerias com empresas que tem potencial de responsabilidade social e ambiental.

#### 4.2.1 Tecnologias sociais de captação de água.

“Colher a água, Reter a água  
 Guardar a água, Quando a chuva cai do céu.  
 Guardar em casa, Também no chão  
 E ter a água se vier a precisão.”<sup>17</sup>.

(Água de chuva - Roberto Malvezzi, Gogó)

O semiárido brasileiro sempre foi ancorado pelo discurso de pobreza e escassez de recursos. Sustentados no imagético construído pela mídia e por políticas públicas que durante muito tempo enalteciam o discurso de superação da seca, desconsiderou-se esse fenômeno enquanto condição climática, intensificando assim os efeitos dos longos períodos de estiagem, típicos da região Nordeste.

Órgãos governamentais como a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), foram implementados pelo Estado brasileiro sempre almejando o combate à seca (SILVA, 2007), com altos custos na construção de barragens, distribuição de água e políticas de transferência de renda, beneficiando econômica e politicamente grandes oligarquias nordestinas. Essas ações, em curto prazo, eram

---

<sup>17</sup> Trecho da música “Água de chuva”, de autoria de Roberto Malvezzi, Gogó. Disponível em: <https://www.facebook.com/instituto.isfa.cidadania/photos/a.381199738692444/475368935942190/?type=1&theater>.

indispensáveis para a manutenção das condições básicas de vida, mas que não seriam soluções eficazes e duradouras que atenderia ao discurso político tão impregnado de combate a seca.

As mudanças nas formulações de políticas públicas para o semiárido brasileiro começaram a partir de 1980, onde “organizações da sociedade civil e algumas instituições públicas de pesquisa e extensão passaram a formular propostas e realizar projetos com base na idéia de que é possível e necessário conviver com o semiárido” (SILVA, 2007, p.467).

Temos aí uma contradição entre o que era pensado pelo Estado brasileiro na elaboração de políticas públicas para o Nordeste, pautado em princípios globais acerca do desenvolvimento – com ideais de superação da seca e de seus efeitos, e modernização econômica para o semiárido –; e as reais necessidades dos moradores dessa região, que começaram a entender as condições naturais e buscar alternativas de convivência, com referenciais centrados em tecnologias sociais de captação e armazenamento de água de chuva, para o consumo humano e animal, assim como para a produção de alimentos para o autoconsumo.

Em uma nova perspectiva para os problemas naturais e socioeconômicos do semiárido, novos atores têm surgido na formulação de políticas públicas, assim, “diversas organizações não-governamentais vêm formulando e realizando projetos de manejo sustentável dos recursos naturais, de uma produção apropriada e da melhoria das condições socioculturais da população sertaneja”(SILVA, 2007, p.475).

Dentre essas organizações, destaca-se a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) que é uma rede(g.n.) que defende um projeto político da convivência com o Semiárido, atuando em parceria com sindicatos, associações, cooperativas, organizações não governamentais (ONG's) que atuam nos espaços rurais dos estados que compõem o semiárido brasileiro com a missão de construir processos de participação visando desenvolvimento sustentável e priorizando práticas da Agroecologia, da Economia Popular e Solidária, da Educação Contextualizada, da Comunicação Popular, da Segurança Alimentar e Nutricional(ASA BRASIL, 2019).

Em uma gestão descentralizada, e com foco no estoque de água, a ASA até 2019, já tinha construído 619.943 cisternas domésticas, armazenando 9.919.08 m<sup>3</sup> de água, beneficiando 2.507869 pessoas. Já as cisternas construídas para a produção, foram construídas 103.528, beneficiando 429.230 pessoas, distribuídas em 106.600 famílias rurais.

A tabela a seguir, apresenta os dados de cisternas construídas no Território de Identidade Piemonte da Diamantina – BA, visto que este é o nosso cenário regional de

pesquisa. Como podemos verificar, somam três mil quatrocentos e trinta e duas (3.432) cisternas de consumo humano construídas nesse TI, com destaque para os municípios de Serrolândia (664) e Jacobina (631).

Na cisterna de produção, os números são menores, com destaque para Jacobina (349) e Miguel Calmon (243); entretanto os municípios de Saúde e Umburanas aparecem sem a presença destas. Observamos um total significativo, com um mil, cento e cinquenta e três (1.153) cisternas construídas nos outros sete municípios, com as cisternas de produção representando um terço das cisternas de consumo humano.

**Tabela 7 - Cisternas construídas pela ASA no TI Piemonte da Diamantina.**

<b>Município</b>	<b>Cisterna de consumo humano</b>	<b>Cisterna de produção</b>
<b>Caém</b>	185	124
<b>Jacobina</b>	631	349
<b>Miguel Calmon</b>	443	243
<b>Mirangaba</b>	498	143
<b>Ourolândia</b>	525	150
<b>Saúde</b>	90	-
<b>Serrolândia</b>	664	44
<b>Umburanas</b>	120	-
<b>Várzea Nova</b>	276	100
<b>Piemonte da Diamantina</b>	3.432	1.153

**Fonte:** ASA BRASIL, 2020.

Nesse contexto de convivência com o semiárido, em convênio feito com Governo do Estado da Bahia através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), e com o apoio do Ministério Social e Combate à Fome (MDS), a COFASPI tem captado recursos governamentais por meio de projetos que tem como objetivo implantação de tecnologias sociais para captação e armazenamento de água da chuva, através de reservatórios “com capacidade para armazenar 16 mil litros, construída com placas de cimento, para as famílias que moram na zona rural do Semiárido baiano e não tem outras fontes de água potável para consumir” (COFASPI, 2014, p.21).

**Figura 18** - Cisterna de captação de água da chuva para consumo humano, zona rural de Várzea Nova – BA.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020.

Por meio do Projeto Cisternas, essa entidade construiu 1.200 cisternas, atendendo além do TI Piemonte da Diamantina, o Território de Identidade Norte do Itapicuru.

O objetivo principal do Projeto Cisternas foi contribuir para a melhoria das condições de vida e saúde de famílias no semiárido baiano, através da captação e disponibilização de água de qualidade para consumo humano. Os participantes do Programa são famílias de baixa renda da zona rural de municípios do semiárido brasileiro, que não tinham acesso a fontes de água ou meio suficientemente adequado de armazená-la para o suprimento das suas necessidades e que seja enquadrada nos critérios de elegibilidade do CAD Único e Programa Bolsa Família, do Governo Federal, ainda que não tenha sido beneficiada por aquele programa até o momento (COFASPI, 2014, p.21).

Nos dados obtidos em campo, os agricultores e agricultoras familiares ressaltam o quanto a construção das cisternas foi importante para a captação e o bom armazenamento da água da chuva, dando acesso a água de qualidade durante todo o ano, e proporcionando melhoria na qualidade de vida das famílias rurais.

A melhoria foi mais na questão do consumo mesmo, pois como é um reservatório fechado, é protegido e a água pode ser usada para várias atividades tanto domésticas quanto na questão da agricultura, ou até mesmo na aguçagem de plantas (Depoimento do Agricultor Familiar 1). Antes não tinha como fazer o armazenamento da água da chuva, que era armazenada em recipientes inapropriados, como tonéis e baldes. Hoje com a

cisterna há um grande benefício, pois a água da chuva pode ser armazenada em um lugar seguro para consumo (Depoimento da Agricultora Familiar 2).

Além da construção das cisternas, o projeto desenvolveu capacitações com temáticas que abordassem o gerenciamento de recursos hídricos (GRH), “com temas diversos para as famílias, pedreiros, agentes comunitários de Saúde e Endemias, Jovens e monitores de GRH” (COFASPI, 2014, p. 22).

Tem-se, através desses projetos de captação e armazenamento da água da chuva para o consumo humano, uma perspectiva de desenvolvimento atrelada a melhoria da qualidade de vida, dando condições de acesso a água de qualidade durante inclusive os longos períodos de estiagem, e possibilitando o cultivo de alimentos pensando no autoconsumo familiar, garantindo uma segurança alimentar e nutricional.

Com o desenvolver de proposições que tinham o objetivo de atender as necessidades básicas de recursos hídricos para as famílias rurais, passou a se pensar em meios para que também fosse garantida a disponibilidade de água para o consumo animal e a continuidade de produção familiar mesmo nos meses de seca, visto que a pequena pecuária e as atividades agrícolas representam significativa importância na renda dos agricultores e agricultoras familiares.

Assim, em continuidade às parcerias com entidades governamentais, a COFASPI, compreendendo a importância da captação de água como indispensável para a convivência com o semiárido, captou recursos e construiu 885 cisternas para a produção agroecológica através do Projeto Mais Água, o que fortalece ainda mais a agricultura familiar, por meio de práticas sustentáveis e tecnologias apropriadas (COFASPI, 2014).

Dentre as tecnologias implantadas mediante esse projeto, temos: a) barreiro trincheira, que capta água da chuva para consumo animal e construção de quintais produtivos; b) limpeza de aguadas, buscando sempre torná-las mais fundas e menos largas, aumentando capacidade de armazenamento e diminuindo a evaporação; c) Bomba d'Água Popular (BAP), que atendem poços de baixa vazão, facilitando o bombeamento; d) tanques de pedra, construídos em lajedos e com capacidade de armazenar volumes consideráveis de água da chuva.

Outra tecnologia implementada, e que foi o nosso foco de análise em campo, é a cisterna de produção (ou cisterna calçadão), que, devido a forma como são construídas, enchem mais rápido estão sempre repondo seu volume de água, mesmo que as chuvas não sejam muito intensas.

Tem capacidade de estocar 50 mil litros de água. Ela mede 6m de diâmetro e 2m de profundidade. É construída totalmente dentro da terra, ficando somente a cobertura de forma cônica acima da superfície. A água de chuva

que escorre pela terra, antes de entrar para a cisterna, passará por duas pequenas caixas, uma seguida da outra. A função dessas caixas é reter a terra e a areia que vêm junto com a água para que elas não cheguem ao fundo da cisterna. É importante verificar se a área é suficiente para sua construção (...)A água se destinará à dessedentação de um pequeno rebanho de cabras ou ovelhas e ainda para irrigar um ou dois canteiros econômicos para a produção de verduras. (COFASPI, 2014, p. 45).

**Figura 19 -** Tipos de Cisternas Calçadão.



**Fonte:** COFASPI, 2017; CENTRO XINGÓ, 2019.

A partir dos dados obtidos, percebe-se uma melhora nas condições ofertadas para o desenvolver das atividades relativas a produção, com os moradores relatando que fazem uso da água coletada pelas cisternas de produção, para os mais diversos fins, indo desde o consumo, saciar a sede dos animais, até plantar hortaliças e molhar plantas.

“Antes não conseguíamos plantar por falta de água, e agora, depois das cisternas, melhorou bastante nesse sentido”(Depoimento da Agricultora Familiar 3).

“Antes dessas cisternas não tínhamos um reservatório para coletar a água e não podíamos plantar porque tinha que pagar água; hoje temos como fazer a plantação e cultivar com o uso da água da cisterna”(Depoimento da Agricultora Familiar 4).

No município de Várzea Nova – BA, a implantação deste projeto deu-se início a partir do levantamento de demandas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por ser uma organização que já tem um certo respaldo com os agricultores. Enfatizou-se a demanda por

água nas suas comunidades rurais, e em diálogo com a COFASPI angariou projeto que possibilitou a construção dessas tecnologias sociais.

**Figura 20** - Cisterna de captação de água da chuva para produção, zona rural de Várzea Nova – BA.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020.

Em entrevista com o presidente interino da Cooperativa em questão, este reconhece a importância dessa intervenção do Estado, “no sentido de levar aos agricultores familiares e as comunidades mais carentes o acesso a determinados direitos básicos” (ENTREVISTA, 2019).

Tem-se como positivo essa priorização à agricultura familiar que vinha acontecendo pelas políticas públicas no âmbito Federal, e que o Governo da Bahia tem buscado dá continuidade. Porém, entende-se também que na execução ainda se tem muitas falhas, principalmente pela descontinuidade dos projetos, que normalmente aconteciam no prazo de um ano, e depois deixava o agricultor desassistido, não consolidando os resultados esperando com a intervenção feita. Isso pôde ser observado em campo, quando 60% dos (as) agricultores (as) com os quais aplicamos os questionários não deram continuidade às atividades de plantio idealizadas pelas tecnologias sociais voltadas para a produção, o que acarretou em uma não melhoria na renda familiar.

#### 4.2.2 Projeto Feiras Agroecológicas

Com as tecnologias sociais pensadas como estratégias de convivência com o semiárido almejando melhoria na qualidade de vida e no desenvolvimento dos agricultores familiares dos espaços rurais, a execução de projetos pela COFASPI com objetivo de construção de cisternas, contribuiu na captação e armazenamento de água da chuva tanto para o consumo humano quanto para produção de alimentos.

Esses projetos, ao propiciar acesso à água de qualidade durante todo o ano e permitir ao agricultor familiar uma continuidade nas suas atividades de produção de alimentos, promovem uma segurança alimentar e nutricional, atreladas a uma soberania alimentar, geração de emprego e melhoria de renda, sempre “observando e respeitando a natureza e suas potencialidades através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos” (COFASPI, 2014, p.23).

A COFASPI tem prestado assessoria técnica aos agricultores do Território de Identidade Piemonte da Diamantina buscando tornar possível a “transição agroecológica dos sistemas produtivos”, entendendo-a “como um processo gradual e lento, que permitirá aumentar a disponibilidade, a qualidade e a diversificação da produção para autoconsumo”. Além disso, busca-se o “fomento e fortalecimento de estratégias de organização da comercialização solidária e em mercados institucionais; articulação de políticas públicas; além do estímulo a inserção de mulheres, jovens e quilombolas nas políticas públicas” (COFASPI, 2014, p.23).

Com a intervenção da Cooperativa junto aos agricultores familiares, estes têm aumentado sua produção, e o excedente tem sido comercializado nas Feiras Agroecológicas, sendo esse nosso foco de análise deste subitem.

Em 2011, a COFASPI começou a desenvolver o Projeto das Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte, com o objetivo maior de abastecer as feiras locais com alimentos que respeitem os princípios da agroecologia, com impactos nutritivos e melhorias na dimensão econômica tanto urbana quanto rural (REFAS, 2013).

Dentre os fatores limitantes do bom desempenho das feiras agroecológicas, podemos apontar a “falta de experiência e capacitação para a gestão”, assim como “ausência de orientação no sentido da construção de práticas que estejam associadas ao beneficiamento dos produtos, bem como a legislação vigente”, e ainda “a ausência de espaços para comercialização”(COFASPI, 2014, p.25).

Almejando suprir essas dificuldades, a COFASPI atuou oferecendo “apoio de gestão, beneficiamento logístico, acesso a mercados, infraestrutura e de cooperação econômica (qualificações sobre manipulação dos alimentos, certificação, entre outros)” (COFASPI, 2014, p.25), contribuindo no funcionamento dos espaços de comercialização.

Uma alternativa encontrada para minimizar esses empecilhos foi a articulação entre cooperativas e associações, para que funcionassem em rede, formando a Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte (REFAS Piemonte).

Organizados em rede, os/as agricultores/as envolvidos/as se fortalecem e socializam saberes, fazendo com que a feira seja um espaço para comercializar produtos livres de contaminação por agrotóxicos, valorizando o trabalho, o bem viver e o protagonismo das famílias agricultoras (REFAS, 2018, p.3).

Relatos apresentados em Cartilha apresentam famílias do TIPD, que por meio da REFAS Piemonte puderam ter os seus produtos inseridos em espaços de comercialização nas feiras livres, fortalecendo a economia local, gerando emprego e renda e valorizando a agricultura sustentável.

Na roça da família Silva, Valdirene e o esposo Jailson se dividem nas atividades da produção que envolve etapas como: plantio, colheita, raspar, lavar e coar. São produzidos beijuseco, beiju mole e tapioca, alimentos que são beneficiados na agroindústria da Associação Quilombola de Bom Jardim e Monteiro (AQUIBOM), localizada em Caém/BA. A comercialização dos produtos é feita na cidade vizinha, Jacobina/BA, e também na feira agroecológica da REFAS, que Valdirene participa desde 2016. Por meio da associação, também são acessadas políticas públicas para comercializar os produtos em escolas. A cadeia da mandiocultura garante renda à família, que também faz o aproveitamento de outros produtos resultantes desta atividade: a manipueira serve como adubo natural na horta e o resíduo da massa é prensado e torrado antes de servir como ração para os suínos. Nas atividades produtivas, os filhos do casal, Joanderson e Emanuel, quando não estão na escola, aprendem com os pais saberes que são passados por gerações (REFAS Piemonte, 2018, p. 8).

Em atividade de campo realizada na Feira Agroecológica de Jacobina (Figura 21), além do senhor Jailson, morador do Povoado Bom Jardim – Caém – BA; foram aplicados questionários com mais quatro agricultoras familiares dos povoados de Itaitú e Coxo de Dentro, ambos localizados no município de Jacobina – BA.

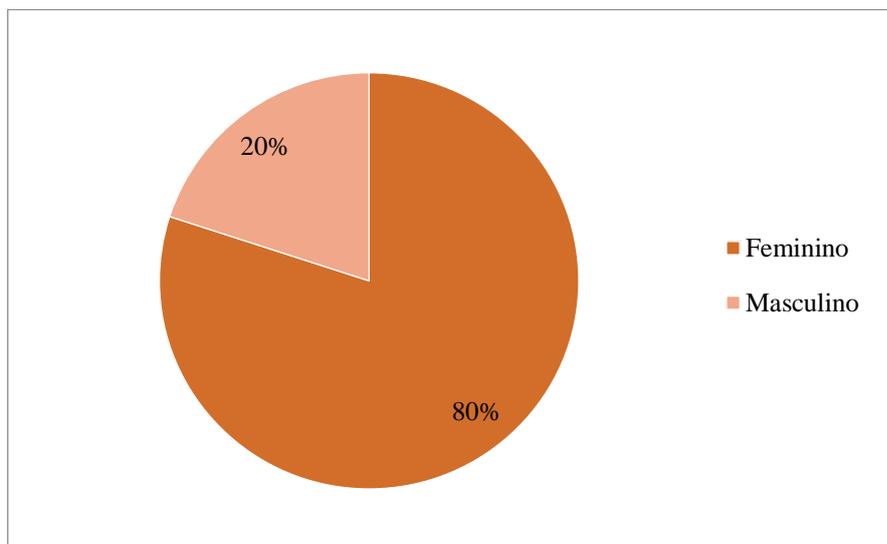
**Figura 21** - Feira Agroecológica de Jacobina – BA.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

Dentre os (as) agricultores e agricultoras familiares que comercializam sua produção na Feira Agroecológica da cidade de Jacobina – BA, 60% apresentavam idade entre 21-30 anos, tirando da invisibilidade a juventude rural e levando-os a um protagonismo no campo, onde técnicas de convivência com o semiárido tornam possível a permanência desses jovens nos espaços rurais, o que consequentemente conduz a uma valorização de sua identidade, dos saberes e práticas tradicionais; e pode “talvez, apontar caminhos ou incidências para o desenvolvimento”(FERREIRA; HILLING, 2018, p. 206).

A maior participação das mulheres também foi um princípio da Política de Desenvolvimento Territorial, e o gráfico a seguir mostra como estes atores sociais ocuparam lugar de destaque nas feiras agroecológicas.

**Gráfico 7** - Participação na Feira Agroecológica de Jacobina – BA.

**Fonte:** Pesquisade campo, 2019.

As mulheres rurais historicamente sempre desenvolveram atividades voltadas para a “esfera doméstica”, atuando “como uma espécie de gestora do domicílio e também executora, pois cuida dos afazeres da casa, dos cuidados gerais dos filhos e do marido, caso possuam, e demais membros da família”. (MELO, 2000, p.5*apud*MENDONÇA; MARQUES, 2019, p 2.). Porém, essas atividades de responsabilidade feminina, mesmo sendo de suma importância para as unidades familiares, não possuíam valor econômico, tornam-nas subalternas aos homens.

Romper com essa desigualdade de gênero e proporcionar emancipação para a mulher rural tem sido reivindicações de movimentos sociais, e tem se tornado ponto de pauta de políticas públicas. Assim, visualizar grande maioria feminina ocupando a Feira Agroecológica de Jacobina nos dá indícios de que ocorre um empoderamento financeiro, político e social da mulher rural, visto que além de participarem dos espaços de produção, estão ocupando os espaços de comercialização e as arenas de debates, fortalecendo a luta contra o patriarcado arraigado historicamente no Brasil.

Além de proporcionar uma visibilidade para as agricultoras familiares, destaca-se também a participação destas na renda familiar, contrariando o discurso de mulher rural enquanto “ajudante”. No caso da Feira Agroecológica de Jacobina, a renda das famílias dessas agricultoras está concentrada na agricultura familiar, onde se produz desde feijão, mandioca, milho, melancia, banana, batata, até hortaliças e flores.

Todos os agricultores com os quais foram aplicados os questionários afirmam que antes da intervenção da COFASPI com o Projeto das Feiras Agroecológicas Solidárias do

Piemonte e com a formação da REFAS Piemonte, toda essa produção era para o autoconsumo. Com a assistência técnica voltada para melhoria da produção e levando em consideração os princípios agroecológicos, teve-se um aumento do excedente produzido; a partir daí estratégias de articulação e comercialização tem favorecido a organização e melhorado a comercialização.

“Para a gente, depois que a COFASPI chegou melhorou muito. A gente não sabia muita coisa e não tinha onde comercializar. Foi Robson, junto com os outros que nos ensinou tudo, como melhorar a produção, como combater pragas, e tudo fez a gente produzir mais. Eles ensinaram tudo pra melhorar a vida da gente”(Depoimento da Agricultora Familiar 5).

“Com a COFASPI mudou bastante, melhorou a renda, o jeito de trabalhar, a preservação do meio ambiente. A produção aumentou, teve mais qualidade, e com a feirinha temos um lugar específico pra comercializar”(Depoimento da Agricultora Familiar 6).

“Para a gente que é assim da roça é muito importante alguém que nos ajuda a produzir melhor e dá valor ao que a gente produz. A gente ganha mais dinheiro com o que produz”(Depoimento da Agricultora Familiar 7).

Considerando o desenvolvimento como um processo emancipatório, e atentando-se a efetividade deste a partir de “espécies de liberdades instrumentais” (SEN, 2010), tem-se a partir da análise feita da feira agroecológica localizada na cidade de Jacobina – BA que: a) a atuação da COFASPI potencializa a produção agroecológica e proporciona melhor comercialização do excedente, levando a uma “facilidade econômica”, onde o dinheiro adquirido com seu trabalho conduz ao aumento de possibilidades e melhorias sociais; b) a REFAS Piemonte contribuiu para um aumento da renda familiar e um conseqüente crescimento econômico, que “pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa” (SEN, 2010, p.61) c) a implantação deste projeto além de proporcionar o crescimento econômico deve combater o que priva a liberdade e dificulta o desenvolvimento, tornando os envolvidos nesse processo sujeitos ativos e capazes de exercer sua autonomia, tendo a liberdade como ponto central para o desenvolvimento (SEN, 2000; 2010).

Por fim, reafirma-se que, por meio dos convênios estaduais e federais a COFASPI reforçou a sua prática de assistência técnica, fortalecendo uma rede de cooperação entre os agricultores familiares do Piemonte da Diamantina, tendo em vista melhoria na produção e comercialização de excedentes nas feiras agroecológicas. Esses projetos conduziram a um crescimento econômico, com os agricultores ganhando cerca de um salário mínimo mensal; além de apresentar evidências de um protagonismo juvenil e feminino nesses espaços.

#### 4.2.3 Se reinventar em tempos de crise: A COFASPI nos dias atuais

Com o sucateamento da Política de Desenvolvimento Territorial ocorrido no âmbito federal, não mais foram recebidos fomentos destinados a agricultura familiar, e os projetos que estavam em execução – oriundos do Governo Dilma – foram interrompidos, prestado contas e encerrados, quando o Michel Temer assumiu a presidência.

Levando em consideração que a COFASPI sempre fez parcerias com outras organizações para desenvolver suas ações<sup>18</sup>, e ao considerar o contexto vivido atualmente, essas parceiras precisaram ser ainda mais fortalecidas, para que assim se tornasse possível dá continuidade às atividades de execução de projetos nos espaços rurais do Piemonte da Diamantina.

No momento estamos executando projetos em parceria com o MOC – Movimento de Organização Comunitária, com sede em Feira de Santana; COOPESER - Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável, com sede em Feira de Santana; FATRES - Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia; e a Rio Energy, empresa responsável pelo parte de energia eólica assentado na Serra da Babilônia, no município de Ouro-lândia e Morro do Chapéu.(ENTREVISTA, 2019).

Essa parceria é entendida pela Cooperativa como “mais uma oportunidade para diversificar as fontes de recursos para desenvolvermos projetos para atender as demandas das populações mais carentes”(ENTREVISTA, 2019). Assim, atualmente tem-se um contrato de implantação de 65 banheiros eco eficientes, nas comunidades rurais de Mulungu da Grota e Grota dos Brejões no município de Morro do Chapéu e nas comunidades rurais de São Bento e Várzea de Fora, no município de Ouro-lândia.

A nível estadual, o governo baiano tem buscado dá continuidade à política territorial adotada a partir de 2007, que ainda se inspira nas proposições defendidas pelo hoje extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, com um processo de elaboração da política pública acontecendo de forma participativa, e considerando as demandas territoriais.

No âmbito da agricultura familiar, dois grandes projetos estão em desenvolvimento, tendo como financiadores o governo estadual e parcerias com o Banco Mundial e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

---

<sup>18</sup>Dentre as parcerias firmadas, podemos citar como exemplo a filiação junto a UNICAFES – União Nacional e Estadual das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária; COGEFUR – Conselho Gestor do Fundo Rotativo, que tem sede no município de Serrinha, Bahia; ASA – Articulação no Semiárido; CENATER – Central Nacional das Cooperativas de ATER, com sede em Brasília.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Semiárida da Bahia – Pró-Semiárido, é executado na Bahia pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), organismo ligado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Governo da Bahia, e tem como objetivo colaborar na redução da pobreza rural, com práticas sustentáveis de produção; geração de emprego e renda; e desenvolvimento humano, por meio de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) contínua e especializada, fomento às atividades de segurança hídrica e de produção sustentável, agroindustrialização e comercialização da produção, e acesso às políticas públicas para o meio rural e a Agricultura Familiar (COFASPI, 2020).

Financiado pela FIDA, o projeto além de focar em questões de gênero, participação dos jovens e de comunidades tradicionais, realiza assistência técnica em parceria com entidades não governamentais. No TI Piemonte da Diamantina, a COFASPI é uma das entidades que tem desenvolvido essa parceria, trazendo como inovação a construção dos Planos de Desenvolvimento e de Investimentos construídos a partir das demandas das famílias atendidas.

A chegada das tecnologias acontece em um momento político nacional marcado, no âmbito do Governo Federal de Bolsonaro, pelo corte de políticas públicas da agricultura familiar e menos investimentos na construção de cisternas. O que revela preocupações, já que a redução de políticas públicas para o Semiárido visibiliza uma progressiva volta da realidade de fome na região que caminhava em busca de universalizar acesso à água e, em 2014, havia deixado o Mapa da Fome a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (COFASPI, 2020).<sup>19</sup>

Em reunião de avaliação e monitoramento ocorrida na sede da Cooperativa, realizada em junho de 2019, com a presença de coordenadores de campo, diretor financeiro/administrativo, estagiários, setor de comunicação, técnicos e diretor presidente, discutiu-se entre outras coisas os andamentos do Pró-Semiárido, que sentiu os impactos da nova conjuntura política e econômica brasileira, onde alguns prazos não foram cumpridos, o que causou atraso na execução das atividades, levando a um desânimo e desistência por parte dos agricultores. Foi salientado que os recursos para o setor produtivo foram liberados, porém os recursos que seriam destinados para atender as questões sociais, com capacitações, zonas de aprendizagem e oficina de gestão de convênios, até então não tinham sido repassados.

Ressalta-se que o fomento ajudou muitas famílias, mas esses atrasos, cobranças excessivas “vindas lá de cima” e incertezas quanto ao futuro conduziram a alterações no plano

---

<sup>19</sup>Publicação presente na página de facebook da Cooperativa, disponível em [https://www.facebook.com/cofaspi/?epa=SEARCH\\_BOX](https://www.facebook.com/cofaspi/?epa=SEARCH_BOX)

de investimento e nas metas, tendo que se “reinventar”, para que os resultados das ações no campo tivessem retorno positivo.

Alguns resultados positivos já foram apresentados nessa reunião, com a) grande engajamento dos jovens e mulheres do município de Caém; b) em Jacobina, tem-se um território rural participativo, com destaque para o grupo de mulheres que produzem artesanato de palha de licuri, e o protagonismo destas na construção das Cadernetas Agroecológicas; e c) melhoria na participação dos beneficiários do município de Várzea Nova nas atividades coletivas.

Os desafios apontados referem-se a dificuldades na transição agroecológica e com a gestão das associações comunitárias, assim como os financiamentos reduzidos e as incertezas nas políticas públicas para a agricultura familiar do segundo mandato do governador da Bahia, Rui Costa, onde o diretor-presidente alerta para o fato de que “o desenvolvimento rural na Bahia ainda está vivo, mas necessita de atenção especial”. (ENTREVISTA, 2019)

As entidades de execução do Projeto Pró Semiárido, estão realizando um estudo junto a algumas famílias participante do projeto, utilizando o método LUME desenvolvido pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA)<sup>20</sup>. Este estudo possibilitou analisar as mudanças e impactos que o projeto possibilitou.

No Projeto Pró Semiárido além das implantações das tecnologias também houve os processos de capacitações, tanto voltadas para técnicas produtivas, quanto para, os aspectos sociais. Desta forma, os estudos mostraram avanços, na renda das famílias, das inovações tecnológicas e estruturas nos agroecossistemas, no protagonismo da juventude e das mulheres. Outra contribuição bastante significativa foram os ambientais, já que o projeto tinha em seu tripé de ações os aspectos sociais, econômicos e ambientais. (ENTREVISTA, 2019).

Nessa mesma reunião de monitoramento das atividades, também foi avaliado o andamento das ações do Bahia Produtiva, um projeto que é fruto de um acordo de empréstimo firmado entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), com o objetivo de “aumentar a integração ao mercado; as receitas líquidas; e a segurança alimentar de beneficiários organizados e melhorar o acesso ao serviço de abastecimento de água e saneamento de domicílios na área de abrangência do Projeto” (BAHIA, 2017, p.12).

---

<sup>20</sup>O método “Lume: análise econômico-ecológica de agroecossistemas” foi desenvolvido por técnicos da ASPTA com o objetivo de apoiar processos e programas de desenvolvimento rural ao dar visibilidade a relações econômicas, ecológicas e políticas que permeiam os modos de produção e de vida da agricultura familiar e que têm sido historicamente ocultadas ou descaracterizadas pela teoria econômica convencional. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/noticias/tecnicos-do-pro-semiarido-sao-capacitados-para-fazer-analise-economica-e-ecologica-da>, acessado em 06 de fevereiro, 2020.

Desse modo, são atendidos os empreendimentos da agricultura familiar, a exemplo de associações e cooperativas no meio rural, buscando o fortalecimento da gestão destes empreendimentos, elaborando Planos de Negócios e capacitação das gestões para gerir os recursos dos convênios. Dá-se importância também a ação que o projeto desenvolve de cunho social, tendo em vista fortalecer a participação e o protagonismo das mulheres e da juventude rural.

Recentemente, no II Seminário Territorial do Bahia Produtiva, representantes de associações reuniram-se na sede da COFASPI em Jacobina, e realizaram a troca de experiências sobre o andamento das atividades do projeto.

No evento, trocaram as experiências sobre o andamento das ações no segundo ano do projeto, voltadas principalmente para o fortalecimento de empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária, por meio das associações. Dentre eles, investimentos na criação de galinhas caipiras em Caém, construção de unidade para beneficiamento do licuri em Várzea da Roça, dentre outras iniciativas apoiadas pelo Bahia Produtiva. Durante a programação, também conheceram experiências de empreendedorismo na Livraria Sertão (@ser.tao.livrariaecafe) e participaram de uma roda de conversa na sede da COFASPI sobre comunicação popular, refletindo sobre a comunicação enquanto direito e estratégia de fortalecimento das organizações sociais. Houve ainda momento para monitorar as atividades do projeto e pensar estratégias para melhorar o acompanhamento do trabalho que vem sendo desenvolvido pelos/as jovens agentes comunitários/as rurais e de apicultura (Aca's e Acr's) (COFASPI, 2020).

**Figura 22** - Participação dos (as) agricultores (as) familiares no II Seminário Territorial do Bahia Produtiva.



**Fonte:** COFASPI, 2020. Disponível em:

<https://www.facebook.com/cofaspi/photos/pcb.2695574187201649/2695574117201656/?type=3&theater>, acessado em 05 de fevereiro, 2020.

Entre as atividades que também são desenvolvidas pela COFASPI, destaca-se a atuação em redes e produções colaborativas, com participação ativa junto às demandas sociais e conjunturas políticas que afetarão o agricultor familiar. Nesse sentido, a parceria com a ASA Bahia tem fortalecido a luta no TIPD contra a reforma da previdência (Figura 23), além de atos políticos em defesa da implementação da política de agroecologia na Bahia.

**Figura 23** - Convocatória de ato unificado em Jacobina – BA.

**ATO UNIFICADO Estudantes e Trabalhadoras(es)**

**CONTRA CORTES NA EDUCAÇÃO E REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

**15M MAIO**

**Jacobina/BA**

Concentração na Praça do Garimpeiro Horário: 8h30

**Presenças confirmadas:**

GADESP - Grêmio Acadêmico d@s Estudantes Progressistas • SINASEFE-IFBA • APLB - Delegacia Zonal do Ouro • APLB - Delegacia do Minério • Sindicato dos Empregados no Comércio de Jacobina • SINDSEFAZ - Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia • SEEB - Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos Bancários de Jacobina e Região • COFASPI - Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte • MMJ - Movimento de Mulheres de Jacobina • MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores • Comunidade Quilombola de Várzea Queimada - Caém • ATABAQUE - Associação Afro Brasileira Quilombo Eré • CODEP - Central das Organizações de Desenvolvimento Sustentável do Território do Piemonte da Diamantina

**Fonte:** COFASPI, 2019. Disponível em: <http://cofaspi.com.br/jacobina-e-regiao-contradesmonte-na-educacao-e-na-seguridade-social/>, acessado em 05 de fevereiro, 2020.

Somado a isso, tem-se a equipe de comunicação da COFASPI realizando atividades em parceria com a SDR Bahia, com o Ciranda.net e com o Mídia Ninja, fortalecendo a luta contra forças hegemônicas. Por meio da comunicação, também é possível dar visibilidade as atividades da Cooperativa, onde as ações desenvolvidas, as convocatórias para assembleias e

notícias pertinentes a agricultura familiar são divulgadas tanto no site da instituição<sup>21</sup>, quanto na página do facebook<sup>22</sup> e do Instagram<sup>23</sup>.

**Figura 24** - Página da COFASPI na rede social facebook.



**Fonte:** COFASPI, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/cofaspi/>, acessado em 05 de fevereiro, 2020.

Por fim, pensando em uma perspectiva de futuro para a política de desenvolvimento rural na Bahia, nota-se que o governo estadual tem preservado a regionalização baseada nos Territórios de Identidade, e mantido a participação social como perspectiva na formulação, execução e avaliação das políticas públicas estaduais.

Assim, o Governo da Bahia por meio de escutas sociais construiu o Plano Plurianual Participativo (PPA) 2020-2023 da Bahia. Nesses espaços de participação social, 68

<sup>21</sup><http://cofaspi.com.br/>

<sup>22</sup><https://www.facebook.com/cofaspi/>

<sup>23</sup><https://www.instagram.com/cofaspi/>

representantes do TI Piemonte da Diamantina estiveram presentes, e aprovaram sessenta e nove das oitenta propostas apresentadas. (SEPLAN, 2019).

Quanto aos programas definidos no PPA 2020-2023 da Bahia como de responsabilidade do Poder Executivo, o desenvolvimento rural aparece com o objetivo de proporcionar “uma economia rural mais dinâmica, (...) desconcentração e diversificação regional produtiva, valorização da agricultura familiar e fomento à inovação, ao empreendedorismo e ao associativismo contextualizados, principalmente na região semiárida” (BAHIA, 2019, p.95).

Ao analisar a continuidade das atividades da COFASPI quanto às políticas territoriais para o desenvolvimento rural, percebe-se que o desmonte da Política de Desenvolvimento Territorial do Governo Federal muito afetou o desenvolver de projetos pela Cooperativa, visto que não mais surgiram editais a nível federal destinados ao fomento de atividades de convivência com o semiárido.

Essa interrupção e o cenário atual do Brasil também afetaram o contexto baiano, com o governo estadual atual realizando modificações nos planos de investimentos, além de limitações e fragilidades surgindo no desenvolver dos projetos captados em editais estaduais. Junto com isso, foram enfatizadas imposições do FIDA e do Governo do Estado, contrariando o princípio de horizontalidade das decisões, defendido pela política com abordagem territorial.

Aponta-se como perspectiva futura um enfrentamento social com vistas a retomada de posição de destaque das políticas públicas de desenvolvimento rural, considerando as fragilidades e potencialidades da PDT, apontando para um novo caminho, onde as associações comunitárias sejam fortalecidas, e os projetos executados aconteçam com um prazo de tempo suficiente para garantir resultados positivos.

Para isso, precisa-se entender que construir o desenvolvimento perpassa por ações de construção de alguns processos – como proporcionar uma autonomia aos agricultores familiares, para que quando as ações de intervenção pública sejam cessadas, estes tenham condições de continuar sua prática em campo –; e de desmonte de outros processos – com organizações em escala territorial que entendam as forças de poder presentes inclusive nos espaços decisórios tidos como de participação social –. Assim, tende-se a combater forças hegemônicas, “a partir do desmonte contínuo do pacto conservador de dominação interna, presente em qualquer escala espacial, inclusive nas menores...” (BRANDÃO, 2012, p. 217).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar de que maneira a Política de Desenvolvimento Territorial e a atuação da Cooperativa de Trabalho e Assistência a Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI) interferiram na dinâmica de vida dos agricultores familiares dos espaços rurais do Território de Identidade Piemonte da Diamantina – BA (TIPD) é de fundamental importância, pois permite aproximar a teoria acadêmica, através de estudos acerca dos conceitos e abordagens teóricas realizadas pelas diversas áreas do conhecimento sobre a realidade socioeconômica, política e cultural do espaço onde se desenvolvem as interferências gestadas pelo Estado; visando uma transformação da realidade social, com melhoria da qualidade de vida e promoção do desenvolvimento social.

Essa relação entre a teoria científica e a realidade material, presente na totalidade viva e complexa (SANTIAGO, 2005, 2013), e recortada regionalmente aqui neste estudo e pesquisa, ampliam as discussões sobre a dinâmica do Estado, enquanto formulador de políticas públicas; e a sociedade, enquanto público-alvo dessas intervenções; isto é, entre o Estado e a sociedade.

Propor um debate em relação à Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) tornou-se ainda mais pertinente em um momento de grandes mudanças no contexto político brasileiro, com a queda da hegemonia de um partido de esquerda, por meio de um golpe político, e a ascensão ao poder de um grupo de extrema-direita e ultra neoliberal, e comportamentos de cerceamento e censuras a democracia das ideias e da produção científica nas universidades públicas, para não dizer de viés autoritário, com impactos significativos na condução das políticas institucionalizadas para o rural brasileiro.

Pensar os espaços rurais é considerar que estes, ao invés de desaparecerem, estão se integrando às dinâmicas atuais, não mais podendo ser definidos apenas como isolados, atrasados e produtores de matéria-prima. Enquanto “categoria histórica, que se transforma” (WANDERLEY, 2000), tem assumido novas configurações, consequências das transformações sociais, político, econômicas e culturais, operadas no século XXI, e vivenciadas tanto a nível global quanto a nível nacional, regional e local.

Porém, em observação a caracterização do Piemonte da Diamantina feita por órgãos governamentais, pôde-se perceber que ainda se reproduz uma imagem de rural distorcida, sobrevalorizando aspectos relativos à produção primária e cultivo para subsistência, e com poucas referências as potencialidades deste Território de Identidade, que além de alavancar

recentemente atividades atreladas à produção eólica de energia, também possui grande potencial para o ecoturismo, com cachoeiras, vilas e povoados destacando-se, mesmo em meio a um cenário de indiferença do poder público quanto a essa dinâmica turística, o que se comprova com o não cumprimento da recomendação do Ministério Público Estadual, de revitalização do Parque da Macaqueira, no município de Jacobina.

Esse novo momento do rural o insere em um sistema integrado de redes geográficas, fortalecendo a concepção de continuum, com agregação das atividades urbanas e rurais, e com o Estado dando voz e fomentando o discurso de desenvolvimento.

Nesse novo contexto, e com foco no cenário regional deste estudo, o TIPD, situado no centro norte baiano, região semiárida do nordeste brasileiro; foi possível vislumbrar que por muito tempo o Estado brasileiro desenvolveu projetos desenvolvimentistas, que com o falso discurso de superação da seca, contribuiu para manter o poderio econômico e político de grandes oligarquias conservadoras.

A partir de 2003, com o início do Governo Lula, e considerando os momentos de (re)democratização e instituição da Constituição Federal do Brasil vividos a partir da década de 80, o governo inicia um processo de descentralização administrativa e maior participação da sociedade, o que viria em oposição a ações historicamente verticalizadas, que não consideravam as demandas específicas dos diversos contextos desse país com dimensões continentais.

Deve-se considerar esse cenário como uma mudança substancial na forma de conduzir a formulação de políticas no Brasil, o que aparentava, inclusive, atender a pautas defendidas pelos movimentos sociais; porém, não se pode perder de vista que essas alterações também aconteceram para inserir o país na dinâmica política e econômica mundial, visto que órgãos internacionais, financiadores de projetos de desenvolvimento, já incluíam em suas pautas a apropriação da escala territorial na formulação das políticas públicas, em especial, aquelas voltadas para os espaços rurais.

Acredita-se que a política pública engendrada numa abordagem territorial apresentaria muitos indícios de alcance do desenvolvimento proposto por Brandão (2012), quando o compreende enquanto “alargamento dos horizontes de possibilidades”, atentando-se para as relações de poder estruturadas, e considerando a diversidade cultural e a diferenciação produtiva como potencialidades.

Quando se propõe uma participação social, com envolvimento dos atores dos diferentes segmentos da sociedade, tende-se a ter uma maior escuta das demandas específicas de cada território, para assim elaborar políticas públicas que realmente apresentem resultados

positivos e modifiquem a realidade socioeconômica, geralmente desigual, das áreas rurais. Contudo, para que esses espaços efetivamente contribuam no alcance do desenvolvimento, devem-se considerar a existência de estruturas de dominação e reprodução do poder impostas por uma elite que tende a buscar manter seus privilégios; para assim enfrentá-las e combater, através de “forças democráticas”, o conservadorismo econômico e político predominante, tornando assim essas arenas de decisões espaços que atendam os interesses coletivos.

Com a participação social, os cidadãos assumiriam a condição de agentes, entendido como aqueles que agem sobre uma realidade, buscando transformá-la, e conduzir ao desenvolvimento social, tendo assim uma expansão das liberdades e o alcance de melhores condições de vida e bem-estar, com os direitos sociais básicos sendo atendidos.

Para tanto, este estudo apresentou um momento inicial quando nos debruçamos sobre a grande complexidade envolvida no uso do conceito de território, tendo em vista que a aplicabilidade na realidade empírica pode enriquecer teoricamente o que a ciência geográfica tinha produzido, gerando novos aspectos e nuances que ampliem as conceituações pré-existentes tomadas a priori.

Para fins de planejamento e formulação de políticas de desenvolvimento, o território torna-se a escala espacial, com a prerrogativa de atender ao princípio relacional do conceito, envolvendo as dimensões ambientais, econômicas, sociais, culturais e políticas; formando-se a partir de delimitações espaciais e representações cartográficas, territorializando-as. Entendido assim como conceito político e geográfico, o território é construído tanto pelo Estado quanto pelos agentes sociais, nas relações de poder, controle e dominação vivenciadas cotidianamente, através da reprodução do modo de vida socialmente regionalizado.

Atenta-se aqui que ao adotar essa escala espacial tem-se o propósito de, por meio dos espaços decisórios, tornar a unidade territorial adequada para a formulação de políticas públicas visando o desenvolvimento social. Porém, corre-se o risco de desconsiderar as questões identitárias no momento de divisão territorial, simplificando esse processo; e de tornar esses espaços meros mecanismos de regionalização, não apresentando o caráter inovador tão disseminado pela PDT.

Em uma análise das proposições da Política de Desenvolvimento Territorial, observamos um consenso dos estudiosos ao apontarem como potencialidade a renúncia à dicotomia rural versus urbano, e a práticas verticalizadas; e o incentivo a horizontalidade, presente na concepção de participação social, fortalecendo a descentralização das decisões. Somam-se a isso processos endógenos de desenvolvimento, com o território assumindo a escala de governança e um hibridismo que considera dimensões econômicas, sociais,

ambientais e político-institucionais, com valorização das raízes territoriais enquanto parte da totalidade viva e complexa.

Concluimos que o desenvolvimento territorial apresenta significância para a descentralização das decisões políticas no Brasil, com destaque para as proposições voltadas à agricultura, que pela primeira vez na história apresentou possibilidades de fortalecimento da produção a nível familiar, visando uma inserção econômica nas redes regionais.

No Piemonte da Diamantina, foi possível verificar que a adesão da COFASPI a Política de Desenvolvimento Territorial potencializou a atuação da Cooperativa no Território de Identidade, visto que essa se beneficiou de muitos projetos, captando recursos que tornaram possível atender demandas sociais de extrema importância, tais como o acesso a água para consumo e produção.

Também por intermédio da cooperativa, realizam-se processos formativos que se preocupam em debater a convivência com o semiárido, assim como uma autonomia dos agricultores familiares, incentivando-os a ocupar as arenas de decisões, entendendo esses espaços como direito deles, que precisam ser garantidos.

Acrescentamos ainda, que por intermédio dos projetos ganhos pela COFASPI, foi possível articular os agricultores em redes de comercialização, por meio da assistência técnica da cooperativa, melhorando a produção, gerando excedente e permitindo ocupar espaços de comercialização, através das Feiras Agroecológicas.

Têm-se, então, melhorias nas condições de vida do agricultor familiar, logo um desenvolvimento social, pois estavam atrelados a uma permanência juvenil nos espaços rurais e um protagonismo da mulher rural; os tornando sujeitos ativos e politicamente conscientes de seus direitos, capazes de contribuir na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas. Assim, houve uma transformação da realidade os tornando sujeitos ativos na produção do espaço social.

Contudo, Favareto (2006) já alertava para a necessidade de inovar os instrumentos de política, para que os benefícios alcançados permanecem sendo acrescidos; ou correr-se-ia o risco de ver os ganhos obtidos minguarem.

Foi o que ocorreu com as abruptas mudanças ocorridas no Brasil, pós Golpe de 2016, com as ações dos presidentes Michel Temer e de Jair Bolsonaro culminando no desmonte da Política de Desenvolvimento Territorial, tendo como consequências um momento de impermanência das políticas voltadas à agricultura familiar e um retrocesso da extensão rural no Brasil.

Tais fatos, somados ao que foi observado na pesquisa de campo, mostraram que os agricultores familiares beneficiados com projetos da PDT não conseguiram “caminhar com as próprias pernas”, com muitos não dando continuidade as atividades previstas pelo projeto quando a atuação da COFASPI era encerrada.

Nesse momento de inconstância, e buscando permanecer prestando assistência técnica com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável, a COFASPI tem se apoiado nas políticas territoriais do Estado da Bahia, que também em parceria com órgãos internacionais tem se inspirado nas proposições do hoje extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, para executar projetos como o Pró-Semiárido e o Bahia Produtiva.

Também estão sendo firmados convênios com empresas privadas que atuam no Território, captando recursos para desenvolver projetos nas comunidades rurais do município onde estão instaladas empresas de produção de energia eólica nesse Território de Identidade.

Devido a grandiosidade desses projetos, e entendendo que muito ainda se pode absorver ao analisar tais atividades, buscou-se nesse trabalho apenas apresentá-los como possibilidades de continuação das atividades da COFASPI, que após a interrupção da PDT no âmbito federal precisou se reinventar para continuar atendendo as demandas territoriais.

Nesse quadro apresentado, de descontinuidade da Política de Desenvolvimento Territorial, ressalta-se que apesar das limitações teóricas e falhas no processo de gestão social, não se pode perder de vista que essa política apresentou um primeiro passo na descentralização das decisões, com uma proposta de horizontalidade na formulação, execução e avaliação das políticas públicas.

No Piemonte da Diamantina, a COFASPI ao se apropriar dos preceitos da PDT, tem intensivamente contribuído no desenvolvimento rural, alcançando grandes resultados a partir da captação de recursos para a extensão rural, favorecendo desde o acesso a direitos sociais básicos até a inserção dos agricultores familiares em espaços de comercialização, sempre pautando suas atividades na promoção de um desenvolvimento sustentável, com respeito à cultura e identidade das comunidades rurais, às relações de gênero e à juventude rural. Assim, além de uma melhoria na renda familiar, as intervenções dessa entidade objetivam uma autonomia política, e um desenvolvimento voltado para a melhoria das condições de vida e a expansão das liberdades.

Dessa forma, podemos perceber que o território deve ser tratado em sua complexidade viva enquanto ser dinâmico atravessado pelas redes de circulação e comunicação, as quais se apropriam dos recursos estratégicos cujo valor de vantagem estão ligados a reprodução do modo de vida das populações locais, sem o que não há como reproduzir o espaço através do

trabalho social. E por outro lado esse valor está ligado as demandas regional, nacional e global, através das gestões e das políticas de planejamento territorial engendradas pelo Estado-nação brasileiro.

Esperamos de alguma forma significativa ter fornecido material para endossar a necessidade de novos aprofundamentos, de pesquisas e estudos no campo da Geografia Regional, quanto as dinâmicas sobre a natureza e o território; sabendo que os potenciais paisagísticos, turísticos e de desenvolvimento da ocupação do solo e subsolo, isto é, das riquezas totais dos lugares e das regiões, continuam a ser a dimensão mais importante para o planejamento e o desenvolvimento regional de um País, pois é através disso que sua soberania pode ser exercida enquanto for criada condições para maior autonomia da agricultura familiar e das populações rurais e urbanas produtoras, que em última instância engendram o modo de vida e a produção do espaço, ligados à formação social contida no Território de Identidade assim representado pelo Estado, enquanto filhos e ocupantes da terra.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. In: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4121](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4121)>. Acesso em 08 de agosto de 2018.
- ALCANTARA, F. V. de. **Gestão social nos territórios rurais: limites e possibilidades do agreste de Alagoas**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <[https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5578/1/FERNANDA\\_VIANA\\_ALCANTARA.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5578/1/FERNANDA_VIANA_ALCANTARA.pdf)>. Acesso em Outubro de 2019.
- ALENCAR, M. T de; MENEZES, A. V. C. de. Ação do Estado na produção do espaço rural, In: **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.4, n.8, pgs 121-147, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11913/6969>>. Acesso em Maio de 2020.
- ASA BRASIL. **Articulação no Semiárido Brasileiro**. 2019. Disponível em: <<https://www.asa-brasil.org.br/>>. Acesso em 20 de jan. de 2020.
- BACKHEUSER, E. **A Estrutura Política do Brasil**. I – Notas Prévias. Rio de Janeiro. Mendonça. Machado e Cia. Editores. 1926.
- BAHIA. Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010. **Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Salvador, BA, a. XCIV, n. 20353, 26 de agosto de 2010, seção 1, p. 28-30.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014. **Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – Cedeter e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – Codeter's**. Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Salvador, BA, a. XCIX, n. 21605, seção 1, p. 06-08, 30 de dezembro de 2014.
- \_\_\_\_\_. **Plano Territorial de desenvolvimento sustentável e solidário – PTDSS**, Piemonte da Diamantina - Bahia, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Policlínicas Regionais de Saúde**. Salvador – Bahia. Disponível em: <<http://www.saude.ba.gov.br/municipios-e-regionalizacao/policlinicasregionais/>>. Acesso em 23 de dez. de 2019.
- \_\_\_\_\_. **O Plano Plurianual Participativo 2020-2023**. Disponível em: <<http://www.ppa-participativo.ba.gov.br/>>. Acesso em 21 de jan. de 2020.
- \_\_\_\_\_. **Manual Operativo - Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - PDRS (Bahia Produtiva)**. Salvador – Bahia, 2017. Disponível em: <[http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-01/MOP\\_Bahia\\_Produtiva\\_julho\\_2017\\_PAD01\\_0817.pdf](http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-01/MOP_Bahia_Produtiva_julho_2017_PAD01_0817.pdf)>. Acesso em 20 de jan. 2020.
- BECKER, B. K; EGLER, C. A. G. **BRASIL. Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1993.

BEZERRA, M. L.; BACELAR, T. As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF>>. Acessado em Maio de 2019.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2ed. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp, 2012. Disponível em: <<http://carlosbrandao.org/wp-content/uploads/2019/07/Territo%CC%81rio-e-Desenvolvimento-Carlos-Branda%CC%83o-2012.pdf>>. Acesso em Março de 2020.

CARVALHO, E. de. **O Fator Geographico na Política Brasileira**. Rio de Janeiro. Monitor Mercantil, 1921.

COELHO NETO, A. S. Política de Desenvolvimento Territorial rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 152-169, ago, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19867/13077>>. Acesso em Maio de 2020.

COFASPI. Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte. **Quem somos**. Disponível em: <<http://cofaspi.com.br/conheca-a-cofaspi/>>. Acesso em Maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Portfólio Institucional**. Jacobina – Bahia, 2014.

CONTAG. **O que perde o Brasil com o fim do MDA**. Plataforma Mercosur Social y Solidário, Rio de Janeiro, 20 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.mercosurocialsolidario.org/wp/nota-da-contag%C2%A0o-que-perde-o-brasil-com-o-fim-do-mda/>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

DALLABRIDA, V. R. **Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência**. São Paulo: LiberArs, 2016.

DELEUZE, G. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

DELGADO, N. G.; et al. Tipologias de ruralidades em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados. In: In: MIRANDA, C; SILVA, H. **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2013. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF>>. Acessado em Maio de 2019.

DELGADO, N. G; LEITE, S.P. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (org.): **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

DOURADO, J. A. L; THOMAZ JÚNIOR, A. **Políticas de desenvolvimento territorial, agrohidronegócio e disputas territoriais no semi-árido baiano**. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/79961378-Politic-as-de-desenvolvimento-territorial->

agrohidronegocio-e-disputas-territoriais-no-semi-arido-baiano.html>. Acessado em 21 de janeiro de 2019.

ESCOLAR, M. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em:<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/publico/Arilson.pdf>>. Acesso em Outubro de 2019.

\_\_\_\_\_, A.da S. A longa evolução da relação rural–urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural. **RevistaRuris**, volume 1, número 1, (p. 157-190), março de 2007. Disponível em:<<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/646/514>>. Acesso em Março de 2020.

FERREIRA, D. J. do N; HILLING, C. Juventude rural e protagonismo: caminhos para o desenvolvimento local. **RECoDAF -Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v.4, n.2, 2018. Disponível em:<<http://codaf.tupa.unesp.br:8082/index.php/recodaf/article/view/82/169>>. Acesso em Maio de 2020.

FIGUEREDO, D.A; LIMA, J. daS. Desenvolvimento territorial e participação social: a relação entre o MDA e a COFASPI no Território Piemonte da Diamantina – BA. In: XVIII Jornada de Iniciação Científica da UNEB- 2014. **Anais XVIII Jornada de Iniciação Científica da UNEB- 2014**, Salvador, EDUNEB, 2014, p.609-610.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 20ª ed. 1999.

FURTADO, C. **O mito de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Os desafios da nova geração**. *Jornal dos economistas*, Rio de Janeiro, n. 179, p.03-04, jun. 2004. Disponível em:<<https://www.corecon-rj.org.br/anexos/439E77F2D7FF56E9D39BA29F51D54F00.pdf>>. Acesso em Dezembro de 2019.

GIL. A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOTTMAN. J. **A evolução do conceito de território**. *Boletim Campineiro de Geografia*. V. 2, n. 3, 2012. Disponível em:<[http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86/2012v2n3\\_Gottmann](http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86/2012v2n3_Gottmann)>. Acesso em Março de 2020.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de ordenamento territorial. In: COELHO NETO. A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Orgs.). **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. UEFS Editora, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário, 2017**. Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_. **IBGE Cidades, 2019**. Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: Síntese de indicadores, 2015**. Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2000: características gerais da população**, Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_. **Estimativa populacional, 2018**. Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_. **Atlas Nacional do Brasil Milton Santos, 2010**. Rio de Janeiro: IBGE.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico do Brasil, 2016**. Rio de Janeiro: IBGE.

KOSIK. K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976.

LIMA J. daS. Política de Desenvolvimento Territorial no Brasil: fundamentos, pressupostos e conceitos. In: XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina: Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos, 2013, Lima. **Anais do XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina. Lima - Peru**: Unión Geográfica Internacional, 2013.

\_\_\_\_\_. **Território e desenvolvimento territorial: o (des)envolver dos ativismos sociais no Território do Sisal – BA**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19220/1/LIMA%2C%20J.%20da%20SILVA.pdf>>. Acesso em Maio de 2019.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5 ed. Ver. São Paulo: Cortez, 1994.

MATTEI. L. O novo desenvolvimentismo no limiar do século XXI e as políticas de desenvolvimento rural com ênfase na abordagem territorial. In: **O Legado das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural para a Inclusão Socioprodutiva no Brasil**. Brasília, IICA, 2017. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/82310845-O-legado-das-politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-para-a-inclusao-socioprodutiva-no-brasil.html>>. Acesso em Março de 2020.

\_\_\_\_\_. Crise econômica e a visão das políticas de desenvolvimento rural nos anos 1990. In: **O Legado das Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural para a Inclusão Socioprodutiva no Brasil**. Brasília, IICA, 2017. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/82310845-O-legado-das-politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-para-a-inclusao-socioprodutiva-no-brasil.html>>. Acesso em Março de 2020.

MDA. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Documentos Institucionais, n. 02. Brasília: SDT/MDA, 2005b. Disponível em: <[http://portalsiget.net/ArquivosSIGET/herramientas/Archivos/352017\\_3DOCINSTSDTD TMGTGEN.pdf](http://portalsiget.net/ArquivosSIGET/herramientas/Archivos/352017_3DOCINSTSDTD TMGTGEN.pdf)>. Acesso em Abril, 2020.

\_\_\_\_\_. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Documentos Institucionais, n. 03. Brasília: SDT/MDA, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais.** Documentos Institucionais, n.03 Brasília: MDA/SDT, 2005c.

\_\_\_\_\_. **Referências para a gestão social dos territórios rurais.** Documentos de Apoio, n. 04. Brasília: SDT/MDA, 2006.

MENDONÇA, Gabriela M; MARQUES, Paulo E. M. **Protagonismo feminino na agricultura agroecológica: Estudo de uma organização de controle social no assentamento Milton Santos.** 2019. Disponível em:<[https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2018/9/9\\_Gabriela\\_Mendon%C3%A7a.pdf](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/9/9_Gabriela_Mendon%C3%A7a.pdf)>. Acesso em Março de 2020.

MORAES, Antônio C. Robert. **Território e História no Brasil.** – São Paulo: Annablume, 2005.

MORO,M.D; MOREIRA, E. M. Temer a Bolsonaro: o tiro de morte na reforma agrária. **Anais IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão, 2019. Disponível em:<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_1385\\_13855cc9af261bfba.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1385_13855cc9af261bfba.pdf)>. Acesso em Maio de 2020.

NACHILUK. K; SILVA, R. de O. P. e. **IEA – Instituto de Economia Agrícola.** Primeiras Medidas do Atual Governo Federal em 2019 e Possíveis Impactos na Agricultura. São Paulo, 15 de fev. de 2019. Disponível em:<<http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=14566>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI, In: **O Campo no século XXI: território de vida e de construção da justiça social**;orgs: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques, São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, pgs 29-70.

OLIVEIRA, U. F. de. MDA e as políticas de fortalecimento da agricultura familiar. **CaféPoint**, São Paulo, 28 de jun. de 2016. Disponível em:<<https://www.cafepoint.com.br/colunas/fairtrade-ulisses-ferreira/mda-e-as-politicas-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-100802n.aspx>>. Acesso em 21 de maio de 2019.

PERAFÁN, M. E. V; OLIVEIRA, H. Território e Identidade. In: **Coleção Política e Gestão Culturais.** Disponível em:<[https://conferenciadecultura.files.wordpress.com/2013/11/cartilhas\\_secult\\_set13\\_territc3b3rio-e-identidade.pdf](https://conferenciadecultura.files.wordpress.com/2013/11/cartilhas_secult_set13_territc3b3rio-e-identidade.pdf)>. Acesso em junho de 2019.

PNUD. **Desenvolvimento Humano para além das médias.** Disponível em:<<http://atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em junho de 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. **PolitischeGeographie.** 1 ed. Leipzig, 1897. München und Berlin, 1923. Druck und Verlag von R. Oldenbourg. Otto ZellerVerlag. Osnabrück, 1974.

RECLUS, É. “A ação do homem com modificador das condições naturais, dominando e transformando a natureza” (La Terre, 1881). In: ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). **Élisée Reclus**. São Paulo. Ática. 1985a. pp. 39-55.

\_\_\_\_\_. “A complexidade da produção do espaço geográfico” (L’homme et la Terre, 1905-08). In: ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática. 1985b. pp. 56-60.

REFAS. Cartilha da Rede de Feiras Agroecológicas Solidárias do Piemonte. Jacobina, Bahia, 2018. Disponível em: <<http://cofaspi.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Cartilha-Refas-compressed.pdf>>. Acesso em 05 de fev. de 2020.

\_\_\_\_\_. Projeto Feiras Agroecológicas: Movimentando agricultores/as dos municípios do Território Piemonte da Diamantina. Jacobina, Bahia, 03 de jan. de 2013. Disponível em: <<http://redepimentosolidario.blogspot.com/2013/01/dados-do-projeto-de-fortalecimento-das.html>>. Acesso em 05 de fev. de 2020.

RIOS, Sadraque O. Desafios à categoria “Território de Identidade”: uma análise da proposta de desenvolvimento instituída pela lei baiana nº 13.214/2014. **Revista da AJURIS** – Porto Alegre, v. 45, n. 145, Dezembro, 2018. Disponível em: <[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_informativo/bibli\\_inf\\_2006/Rev-AJURIS\\_n.145.09.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-AJURIS_n.145.09.pdf)>. Acesso em Março de 2020.

ROSSINI, R. E. Pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, p. 5-28, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11953/6982>>. Acesso em Maio de 2019.

SALVADOR, Diego Salomão C. O. A Geografia e o método dialético. **Revista: Sociedade e Território**, Natal, v. 24, nº 1, p. 97 - 114, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3466>>. Acesso em Maio de 2019.

SANTANA, M. R. **As redes técnicas e a cidade**: Salvador do início do século XXI. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

SANTIAGO, J. P. **A Geografia no Brasil: A Contribuição de Manuel Correia de Andrade**. Recife. UFPE/DG. Dissertação de Mestrado. 1990.

\_\_\_\_\_. “Fazer Geografia”. In: **Con(s)ciência: Revista Cultural, Técnica e Científica**. N. 4, 1993. Vitória da Conquista. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 1993. pp. 113-121.

\_\_\_\_\_. **A questão nacional na Geografia ratzeliana e sua assimilação no pensamento social na República Velha**. Tese (Doutorado em Geografia Humana), USP, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Espaço geográfico e geografia do Estado em Friedrich Ratzel**- Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

\_\_\_\_\_. A valorização estratégica do território na acepção ratzeliana. In. **Anais do 1º Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**: racionalidades e práticas em múltiplas escalas. (1º CONGEO). Silva, Augusto César Pinheiro

da. (org.). Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. Disponível em:<[editora1etra1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p159-170.pdf](http://editora1etra1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p159-170.pdf)>. Acesso em Junho de 2019.

\_\_\_\_\_. O Espaço Geográfico como Totalidade Viva e Complexa em Reclus. **Terra Brasilis. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**.2016. Disponível em:<<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1877>>. Acesso em Maio de 2020.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia uma Geografiacrítica**. São Paulo: HUCITEC. 1978.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel. 1985.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC. 1994.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo. HUCITEC. 1996.

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo. Edusp. 2005.

SANTOS, E. L. et al, Desenvolvimento: um conceito multidimensional. In: **Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Contestado**. Ano 2, n.1, jul. 2012. Disponível em:<<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215>>. Acesso em Março de 2020.

SAQUET, M.A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território**: São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em Geografia Agrária. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, José; (Orgs). **Territorialidades e diversidades nos campos e nas cidades latinoamericanas e francesas**. – 1. ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2011.

\_\_\_\_\_. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v.20, n.3, p. 479-505, set-dez, 2018. Disponível em:<<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5655/pdf>>. Acesso em Fevereiro de 2020.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06>>. Acessado em Junho de 2019.

SEAD. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Extrato DAP - Pessoa Física**. Disponível em:<[http://smap14.mda.gov.br/extrato\\_dap/Pesquisar\\_DAP](http://smap14.mda.gov.br/extrato_dap/Pesquisar_DAP)>. Acesso em julho de 2019.

SEI. Superintendência de Estudos econômicos e sociais da Bahia. Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia. In: SEI. **Bahia em dados**. Salvador: SEI, 2018. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2000&Itemid=284](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284)>. Acesso em Março de 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEPLAN. Secretaria do Planejamento. Planejamento e participação social. In: **Relatório de execução do PPA Participativo 2016-2019**. Salvador, 2016. Disponível em: <[http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/relatorios/Ano2016/RELATORIO\\_PARTICIPATIVO\\_2016\\_NEW/RELATORIO-DE-GOVERNO-CAPITULOS-01-E-02.pdf](http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/relatorios/Ano2016/RELATORIO_PARTICIPATIVO_2016_NEW/RELATORIO-DE-GOVERNO-CAPITULOS-01-E-02.pdf)>. Acesso em Maio de 2020.

SILVA, J. G. O Novo Rural Brasileiro. In: **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, 7 (1): 43-81, maio de 1997. Disponível em: <[https://econpapers.repec.org/article/novartigo/v\\_3a7\\_3ay\\_3a1997\\_3ai\\_3a1\\_3ap\\_3a43-81.htm](https://econpapers.repec.org/article/novartigo/v_3a7_3ay_3a1997_3ai_3a1_3ap_3a43-81.htm)>. Acesso em Março de 2020.

SILVA, S. P. A abordagem territorial no planejamento de políticas públicas e os desafios para uma nova relação entre estado e sociedade no Brasil. In: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 17, n. 60, Jan./Jun. 2012 (p. 148-168). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/4043/2731>>. Acesso em Março de 2020.

SILVA, R. M. A. da. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.38, n.3, p. 466-485, jul-set, 2007. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/539>>. Acesso em Março de 2020.

SILVA, M. A. P. da; MIRANDA, R. R. Políticas públicas em tempos de golpe político e de desmonte do desenvolvimento territorial. **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA**, n.115, Presidente Prudente, julho de 2017. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataluta\\_7\\_2017.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_7_2017.pdf)>. Acesso em Março de 2020.

SOUZA, S. T. As investidas do capital no campo através das ideologias do “desenvolvimento” e da “modernização”. **GPECT – Grupo de Pesquisa Estado, Capital, trabalho e as Políticas de Reordenamento Territorial**. UFS, Sergipe. 2009. Disponível em: <<https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/as-investidas-do-capital-no-campo-atravs3a9s-das-ideologias-do.pdf>>. Acessado em 22 de janeiro de 2019.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TEN, Torres Eólicas do Nordeste – **Quem somos**, Jacobina – Bahia, 2019. Disponível em: <<http://ten.ind.br/quem-somos/>>. Acesso em 17 de dez. de 2019.

WANDERLEY, M. de N. B. A. Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista de Estudos, Sociedade e Agricultura**. Nº 15, outubro de 2000: 87-145. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>>. Acessado em 08 de agosto de 2018.

WANDERLEY, M. de N. B.; FAVARETO, A.da S.A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C; SILVA, H. **Concepções da ruralidade contemporânea**: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013. Disponível em: <<http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF>>. Acessado em Maio de 2019.

WITTFOGEL, K. A. **Geopolítica, materialismo geográfico e marxismo. Teoria e Método**. Wittfogel. Seleção de Textos, n.20. São Paulo: AGB, 1992. P. 16-69.



UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA –  
UESB



## APÊNDICE

### Roteiro de Entrevista1

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo**

**PESQUISADOR:** Dhione Andrade Figueredo

**PESQUISA:** Desenvolvimento Territorial e a atuação da COFASPI no Território de Identidade Piemonte Da Diamantina - BA.

1. Qual o nome da Cooperativa?
2. Qual a data de fundação da Cooperativa?
3. Como surgiu a iniciativa para fundação da Cooperativa?
4. Quais órgãos influenciaram na fundação da Cooperativa?
5. Qual principal objetivo da Cooperativa no momento de sua fundação?
6. Esses propósitos iniciais permanecem sendo basilares para o desenvolvimento das atividades da Cooperativa atualmente?
7. Quais os principais problemas encontrados para a fundação da Cooperativa e como estes foram enfrentados?
8. Como se deu a constituição e funcionamento da Cooperativa?
9. Quais municípios foram atendidos pela Cooperativa inicialmente?
10. Houve uma ampliação dos municípios atendidos pela Cooperativa?
11. Como se formou o quadro de associados da Cooperativa?

12. Quantos associados teve inicialmente a Cooperativa e com quantos associados conta hoje?
13. Como acontece a prestação de serviços proposta pela Cooperativa?
14. Como tem sido a relação da Cooperativa com os agricultores familiares que atende?
15. Quais as linhas de ações oferecidas pela Cooperativa?
16. Como a Cooperativa se mantém financeiramente?
17. Qual a relação da Cooperativa com a Política de Desenvolvimento Territorial?
18. Quais benefícios podem ser apontados quanto a adesão da COFASPI à Política de Desenvolvimento Territorial?
19. Quais os problemas/limitações enfrentados para a continuidade das atividades da Cooperativa após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário?
20. Quais novas parcerias estão sendo feitas tendo em vista a continuidade das atividades da Cooperativa?



UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA –  
UESB



## Roteiro de Entrevista 2

### PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo

**PESQUISADOR:**Dhione Andrade Figueredo

**PESQUISA:**Desenvolvimento Territorial e a atuação da COFASPI no Território de  
Identidade Piemonte Da Diamantina - BA.

1. Qual relação você estabelece entre as ações da COFASPI e a Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) adotada pelo MDA desde 2003?
2. Como você avalia a PDT no primeiro e segundo mandato do Presidente Lula, tendo como ponto de acareação as atividades desenvolvidas pela COFASPI nesse período?
3. Nos governos Dilma Rousseff houve continuidade nas PDT? A COFASPI conseguiu desenvolver suas atividades com apoio dessa política?
4. Como a extinção do MDA no Governo Temer afetou as ações da COFASPI?
5. Como vocês (COFASPI) avaliam as políticas desenvolvidas pelo Presidente Bolsonaro para os espaços rurais? A COFASPI tem conseguido potencializar suas ações em parceria com o Governo Federal?
6. A nível estadual, qual a relação da COFASPI com as políticas territoriais para os espaços rurais?
7. Como você avalia as políticas de desenvolvimento territorial?
8. Como a Política de Desenvolvimento Territorial no decorrer dos anos contribuiu nas ações da COFASPI?
9. A partir das ações desenvolvidas na COFASPI, quais fragilidades você aponta na Política de Desenvolvimento Territorial proposta pelo MDA?

10. Quais potencialidades / pontos positivos você atribui a Política de Desenvolvimento Territorial?
11. A COFASPI tem recebido atualmente fomento a nível federal e estadual para desenvolver suas ações?
12. Quais outras parcerias a COFASPI têm feito para potencializar suas atividades nos espaços rurais do Piemonte da Diamantina?
13. Como você avalia a intervenção das ações desenvolvidas pela COFASPI nos espaços rurais do Piemonte da Diamantina ao longo dos anos de atuação?



UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO SUDOESTE DA BAHIA –  
UESB



### Modelo de Questionário1

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB**

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo**

**PESQUISADOR:**Dhione Andrade Figueredo

**PESQUISA:** Desenvolvimento Territorial: Perspectivas a partir da atuação da COFASPI no  
Território de Identidade Piemonte Da Diamantina - BA.

Questionário para os agricultores familiares  
Atendidos pelas atividades da COFASPI no  
Piemonte da Diamantina – BA.

QUESTIONÁRIO Nº			
-----------------	--	--	--

**Local (Povoado/Município):** \_\_\_\_\_

#### 1. Identificação do entrevistado

1.1 Nome (Opcional): \_\_\_\_\_ Apelido: \_\_\_\_\_

1.3 Idade: ( ) <=20 ( ) 21-30 ( ) 31-40 ( ) 41-50 ( ) 51-60 ( ) >60

1.4 Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

1.4.1 Número de moradores na residência: ( ) <3 ( ) 3-5 ( ) 6-8 ( ) >8

1.5 A propriedade em que mora é: ( ) Própria ( ) Arrendada ( ) Herança

1.5.1 E o tamanho (ha)? \_\_\_\_\_

#### 2. Dados sobre a produção

2.1 Agricultura:

( ) Não cultiva ( ) Feijão ( ) Mandioca ( ) Milho ( ) Melancia ( ) Hortaliças ( ) Outros.

Quais? \_\_\_\_\_

2.2 Pecuária:

( ) Não cria ( ) Bovinos ( ) Equinos ( ) Aves ( ) Ovinos ( ) Caprinos ( ) Suínos ( )

Outros. Quais? \_\_\_\_\_

2.3 Realiza outras atividades? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual a atividade? \_\_\_\_\_

**3. A renda familiar se constitui de:**

Agricultura  Serviços/ Industria  Bolsa Família  Aposentadoria  Outros.

\_\_\_\_\_

3.1 Qual a média salarial mensal bruta da família?

Até um salário mínimo  De um a dois salários mínimos  mais de dois salários mínimos

**4. Atuação da COFASPI**

4.1 Quando iniciaram as atividades da COFASPI em sua comunidade?

2003-2006  2007-2010  2011-2015  2016-2018

4.2 Qual linha de ação foi desenvolvida pela COFASPI?

Assistência Técnica

Implementação de tecnologias sociais de captação de água da chuva para consumo humano

Implementação de tecnologias sociais de captação de água da chuva para produção

Produção e comercialização de produtos agroecológicos

Apoio a Práticas de Reciclagem e Educação Ambiental

Construção e Acesso a Políticas Públicas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

Outra \_\_\_\_\_

4.3 Por meio de qual entidade ocorreu o contato entre a COFASPI e a sua comunidade?

Associação  Poder Público Municipal  Igreja  Entidades não governamentais

Outros. Quais? \_\_\_\_\_

4.4 Houve um melhor desempenho das suas atividades após a atuação da COFASPI?

Sim  Não

Quais? \_\_\_\_\_

4.5 Houve um aumento da renda familiar após a atuação da COFASPI em sua propriedade?

Sim  Não

4.5.1 Qual a média desse aumento? \_\_\_\_\_

4.6 Qual o grau de importância da atuação da COFASPI em sua comunidade?

Muito importante  Importante  Pouco importante  Sem importância

4.7 Algum membro de sua família participa de algum espaço decisório do seu Território de Identidade?

Sim  Não

4.7.1 Se sim, quais?

Conselho Municipal Qual? \_\_\_\_\_

Colegiado Territorial

4.7.2 Qual o grau de importância de participar de algum espaço decisório do seu Território de Identidade?

Muito importante       Importante       Pouco importante       Sem importância

4.8 O Sr/Sr<sup>a</sup> percebe alguma mudança de antes da atuação da COFASPI para agora com a atuação da Cooperativa?

Quais?

---

---

---

**OBRIGADO POR SUA CONTRIBUIÇÃO.**